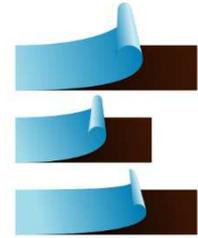


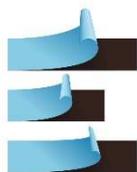


WWW.CM-ESTARREJA.PT

Relatório de Gestão 2014



ESTARREJA
MUNICÍPIO



ESTARREJA
MUNICÍPIO

RELATÓRIO DE GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2014

“ Quem administra bens alheios presta contas ...Ora, bom exemplo de bens alheios são os bens públicos que por serem da comunidade (ou de instituições nascidas da sua auto organização) não são individualmente de ninguém que zele pela sua integridade e pela sua fidelidade e transparência da respetiva gestão. Surge, assim, a obrigação de prestar contas como dever dos que administram a qualquer título, dinheiros ou outros ativos públicos”. Tribunal de Contas

www.cm-estarreja.pt

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETIVO E ENQUADRAMENTO GERAL

O órgão executivo de um município tem a responsabilidade por uma boa gestão dos dinheiros públicos (afetação de recursos com o objetivo da eficiência e a redistribuição de rendimentos e riqueza com vista a uma melhor justiça social) e consequentemente de informarem sobre a forma como utilizam os recursos públicos disponibilizados.

Confrontados os decisores políticos com esta necessidade, sobressai a importância do papel do sistema contabilístico, cabendo-lhe assegurar a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial, fiável e oportuna, e que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos escassos recursos financeiros.

Com o pressuposto base de “**Conhecer e avaliar para gerir melhor**” submete-se a aprovação do Órgão Executivo o RELATÓRIO DE GESTÃO e demais DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, referente ao exercício económico de 2014, conforme determina o disposto no n.º 1 da alínea j) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, cabendo a Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com o disposto na alínea l) do n.º 2 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A prestação de contas obedece ao disposto no ponto 2 das considerações técnicas do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) aprovado pelo Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 162/99 de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei nº315/2000 de 2 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 84-A/2002 de 5 de abril, e Lei nº 98/97 de 26 de agosto e as suas alterações (Lei de Organização e do Processo do Tribunal de Contas).

A organização e documentação das contas segue o preceituado no n.º 13 do POCAL e n.º 28 das Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção – Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas as instruções da Resolução n.º 4/2001 – 2ª secção do Tribunal de Contas de 12 de Julho de 2001, alterada pela Resolução no 6/2013 do Tribunal de Contas, de 21 novembro, que obriga a remeter informação adicional sobre as entidades participadas, decorrentes da aplicação da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

Em conformidade com esta Resolução, resultam para o Município de Estarreja, e como elementos de prestação de contas, os documentos descritos no quadro seguinte.

Quadro nº1 – Documentos de Prestação de Contas (1/2)

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nº	Designação	Código POCAL	Grupo 1
1	↻ Balanço	5	X
2	↻ Demonstração de Resultados	6	X
3	↻ Plano Plurianual de Investimentos	7.1	X
4	↻ Orçamento (Resumo)	7.2	X
5	↻ Orçamento	7.2	X
6	↻ Controlo Orçamental da Despesa	7.3.1	X
7	↻ Controlo Orçamental da Receita	7.3.2	X

Quadro nº1 – Documentos de Prestação de Contas (2/2)

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Nº	Designação	Código POCAL	Grupo 1
8	↻ Execução do Plano Plurianual de Investimentos	7.4	X
9	↻ Fluxos de Caixa	7.5	X
10	↻ Contas de Ordem	7.5	X
11	↻ Operações de Tesouraria	7.6	X
12	↻ Caracterização de Entidade	8.1	X
13	↻ Notas ao Balanço e á Demonstração de Resultados	8.2	X
14	↻ Modificações do Orçamento – Receita	8.3.1.1	X
15	↻ Modificações do Orçamento - Despesa	8.3.1.2	X
16	↻ Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos	8.3.2	X
17	↻ Contratação Administrativa – Situação dos Contratos	8.3.3	X
18	↻ Transferências Correntes – Despesa	8.3.4.1	X
19	↻ Transferências de Capital – Despesa	8.3.4.2	X
20	↻ Subsídios Concedidos	8.3.4.3	X
21	↻ Transferências Correntes – Receita	8.3.4.4	X
22	↻ Transferências de Capital – Receita	8.3.4.5	X
23	↻ Subsídios Obtidos	8.3.4.6	X
24	↻ Ativos de rendimento fixo	8.3.5.1	X
25	↻ Ativos de rendimento variável	8.3.5.2	X
26	↻ Empréstimos	8.3.6.1	X
27	↻ Outras Dívidas a terceiros	8.3.6.2	X
28	↻ Relatório de Gestão	13	X
29	↻ Guia de Remessa		X
30	↻ Ata da reunião em que foi discutida e votada a Conta		X
31	↻ Norma de controlo interno e suas alterações	2.9	X
32	↻ Resumo Diário de Tesouraria	12.2.9	X
33	↻ Síntese das Reconciliações Bancárias		X
34	↻ Mapa de Fundos de Maneio		X
35	↻ Relação de emolumentos notariais e custas de execuções fiscais		X
36	↻ Relação de acumulação de funções		X
37	↻ Relação nominal de responsáveis		X
38	↻ Mapa das Participações da Entidade		X

Respeitando os normativos legais o RELATÓRIO DE GESTÃO e dos DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS foram elaborados perspetivando o competente julgamento da atividade municipal, pela Assembleia Municipal (*Controlo Político*), pela DGAL - Direção Geral da Autarquias Locais e IGF - Inspeção Geral das Finanças (*Controlo Administrativo*), pelo Tribunal de Contas (*Controlo Jurisdicional*) e pelos Eleitores, Fornecedores, Instituições Financeiras, etc. (*Controlo Social*).

1.2. ESTRUTURA/METODOLOGIA

O presente Relatório espelha a execução orçamental durante o ano económico de 2014 e da situação financeira patrimonial da autarquia no final desse período, apresentando em documento/volume autónomo os mapas de Prestação de Contas.

O relato financeiro, que se segue visa explorar as tendências do desempenho financeiro do Município de Estarreja em diferentes óticas, nomeadamente a Orçamental, Económica e Financeira, tendo por base a comparação com os exercícios anteriores.

De forma resumida o **Relatório de Gestão** trata-se de um instrumento fundamental de diagnóstico e de avaliação da performance económica e financeira do município, disponibilizando elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da autarquia evidenciando os aspetos mais importantes, com particular ênfase:

- ✦ apresentada a análise de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguida de uma abordagem individual às componentes da Receita e da Despesa Municipal, relevando os aspetos da execução das Grandes Opções do Plano (doravante GOP's), especificamente no que concerne ao investimento e atividades mais relevantes realizadas;
- ✦ na análise da dívida municipal;
- ✦ análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial, ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, identificando os resultados operados no exercício
- ✦ apresentação e análise de alguns indicadores financeiros

O **Relatório de Gestão** apresenta-se decomposto em seis áreas principais:

- **Enquadramento Macroeconómico**, de descrição dos factos mais relevantes da conjuntura económica mundial e nacional que caracterizaram o ano 2014 e influenciaram a atuação e os resultados da autarquia no exercício económico em análise;
- **Caraterização da Entidade**
- **Análise Orçamental**, desenvolve-se uma avaliação de natureza orçamental, centrada de início na execução global do orçamento, suas alterações e revisões e respetiva articulação entre receita e despesa, assim como os fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma abordagem individualizada às componentes da Receita e da Despesa Municipal;
- **Dívida Municipal**, incluindo uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública;
- **Análise Patrimonial**, tendo por base o balanço e a demonstração de resultados, permitindo uma análise da situação económico-financeira relativa ao exercício, avaliando designadamente a situação patrimonial, a evolução dos custos e proveitos, incluindo proposta de aplicação do resultado Líquido do período.
- **Indicadores de gestão**
- **Contabilidade de Custos**

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos de forma a evidenciar os dados informativos indicados em cada capítulo. Para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal são apresentados, também, elementos relativos à execução dos anos anteriores.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.1. GLOBAL

O crescimento económico global acabou por desapontar novamente em 2014. Depois da crise financeira internacional em 2008 e da Grande Recessão de 2009, assistiu-se a uma recuperação quase técnica em 2010, quando o ritmo de crescimento da economia global foi de 5,4%, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), verificando-se posteriormente uma desaceleração. Nos últimos 3 anos, 2012, 2013 e 2014, a taxa de crescimento económico global rondou pouco mais de 3% (entre os 3,3% e 3,4%).

As principais fontes de previsões mundiais continuam a rever em baixa as previsões de crescimento, sobretudo na zona euro e em alguns dos principais países emergentes, a exceção a esta tendência foi a economia dos EUA, que nos últimos meses de 2014 assistiu ao reposicionamento do cenário económico para níveis mais positivos, mas ainda assim claramente abaixo da média histórica.

Os desempenhos modestos da economia mundial, deveram-se fundamentalmente ao crescimento menos forte das economias emergentes, com particular destaque para o Brasil (refletindo os efeitos de uma política monetária restritiva na procura global com consequências para a estabilidade política e social do país), para a deterioração significativa da economia da Rússia, na sequência do agravamento das tensões geopolíticas em torno da Ucrânia e para a Região do Médio Oriente e do Norte de África.

A evolução do crescimento não foi homogénea entre as principais regiões e economias.

De acordo com o FMI, o bloco de economias avançadas terá registado uma ligeira aceleração da atividade (+0,5 p.p.) mantendo porém taxas de crescimento muito baixas (+1,3 % em 2013 e 1,8% em 2014); no bloco de economias emergentes e em desenvolvimento assistiu-se a um arrefecimento da atividade de 4,7% em 2013 para 4,4% em 2014.

As economias anglo-saxónicas destacaram-se durante o ano 2014, sobretudo os EUA e o Reino Unido, assente sobretudo na procura interna.

Em relação á economia norte-americana, o primeiro trimestre de 2014 foi marcado por uma retração da sua atividade, graças a fatores climatéricos extremos, assistindo-se entre abril e setembro a uma visível aceleração da atividade económica, com o ritmo de crescimento a situar-se nos patamares mais elevadas da última década. Subjacente a esta dinâmica esteve a procura interna, com destaque para o consumo e investimento.

Relativamente ao Japão a evolução da atividade económica conheceu uma contração a partir do segundo trimestre de 2014 devido à implementação do aumento do IVA, devido sobretudo a antecipação da despesa no 1º trimestre.

O desempenho do grupo de economias emergentes evidenciou-se pela negativa em 2014, sublinhando-se a tendência de arrefecimento nestes países em desenvolvimento, em resultado nomeadamente de questões de ordem geopolítica, bem como da manutenção de vulnerabilidades estruturais, acrescendo ainda o impacto da evolução dos preços das matérias-primas.

A região da América Latina continua a mostrar-se incapaz de sustentar as elevadas taxas de crescimento, exibidas no período após a crise financeira de 2008-2009. O abrandamento da economia no ano 2014 resultou de fatores internos, em particular de um abrandamento do

consumo e do investimento, em alguns casos decorrente da incerteza relacionada com processos eleitorais e políticas económicas que acabaram por prejudicar a confiança e a procura interna. Em relação aos desempenhos heterógenos entre as principais economias da América Latina, salienta-se a divergência entre a estagnação do Brasil, a aceleração do crescimento no México e nos países andinos, e a recessão na Argentina e na Venezuela.

Sendo uma das principais fontes de energia primária, a baixa dos preços do petróleo nos mercados internacionais favoreceu o crescimento, pois a queda dos preços dos combustíveis que lhe está associada tem um impacto positivo nos resultados das empresas e nos encargos das famílias. O contexto de baixa inflação (proximidade de inflação negativa na Europa) foi reforçado pela queda substancial do preço do petróleo nos últimos meses de 2014.

Em 2014 as políticas monetárias das principais autoridades monetárias mantiveram o cariz ultra acomodatório, mas entre os principais bancos centrais – Reserva Federal, Banco de Inglaterra, Banco Nacional da Suíça, Banco do Japão e Banco Central Europeu – surgiram sinais de divergência no seu posicionamento, refletindo disparidades nos respetivos ciclos económicos, claramente mais fortes nas economias anglo-saxónicas.

Num contexto de pressões inflacionistas contidas e de uma taxa de utilização da capacidade produtiva ainda baixa na generalidade das economias avançadas, a política monetária da maioria dos países caracterizou-se por uma orientação acomodatória em 2014, especialmente para a área do euro. Com efeito, até ao início de outubro de 2014, os Bancos Centrais do Reino Unido, dos EUA e do Japão mantiveram as taxas de juro diretoras ao nível de final de 2009, ou seja, próximas de zero. Em junho e setembro de 2014, o Conselho do BCE decidiu reduzir a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento em 20 p.b. (para 0,05%),

Em consequência do baixo crescimento económico, dos níveis de desemprego ainda elevados e da diminuição dos preços das matérias-primas, a inflação permaneceu muito baixa em grande parte das economias desenvolvidas, tendo-se também reduzido em diversas economias emergentes.

2.2. EUROPA

O ano de 2014 ficou marcado pelo fraco crescimento económico na Zona Euro, justificado pelo aumento dos conflitos geopolíticos, especialmente as tensões com a Rússia, a par do enfraquecimento de algumas economias desenvolvidas e emergentes, com relações estreitas com os países do centro da Europa. Neste ponto, realce para as três principais economias, Alemanha, França e Itália, cujo desempenho económico foi determinante para o fraco crescimento na área do euro, contrariamente a outros países, como Irlanda, Espanha, Portugal e Grécia, cujo crescimento foi melhor que o esperado.

O desemprego na região registou uma ligeira redução em 2014, após dois anos consecutivos de aumento. A taxa de desemprego média, até novembro, fixou-se em 11,6%, menos 0,4 pontos percentuais do que o registado em 2013, resultado das melhorias registadas nos países mais vulneráveis.

As diferenças entre Estados-Membros continuaram a ser significativas em 2014, variando entre 5,1% na Alemanha e 26,8% na Grécia. Ao mesmo tempo, as fracas melhorias registadas no mercado de trabalho tiveram impacto limitado no consumo privado.

A incerteza sobre os rendimentos futuros e o processo lento de desalavancagem no setor das famílias estiveram na base do reduzido crescimento do consumo privado

Apesar de ter sido afetado pelo processo de desalavancagem, num contexto de baixa inflação e de fraca procura, o investimento em 2014 parece ter iniciado uma recuperação face ao decréscimo de 2,4% observado em 2013, crescendo 0,6% no ano anterior.

Na Área Euro, a evolução dos preços acentuou os receios de um prolongado período de inflação muito baixa ou mesmo de deflação. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), registou uma variação média de 0,4%, um ponto percentual abaixo do verificado em 2013, apenas superior ao valor observado em 2009, quando a referida taxa média foi de 0,3%.

No intuito de incentivar o crescimento económico e tendo em conta o avolumar das preocupações com os níveis de inflação, os principais bancos centrais reforçaram as medidas de estímulo monetário, quer através do incremento da liquidez, quer, onde possível, através de redução das taxas de juro diretas.

O Banco Central Europeu (BCE) revelou-se particularmente ativo ao longo do ano. A evolução da conjuntura levou a que decidisse por duas vezes, em junho e em setembro, reduções das taxas de referência, tendo fixado, pela primeira vez na história, a taxa de depósito em terreno negativo. Adicionalmente, anunciou novas Operações de Refinanciamento de Prazo Alargado Direcionadas (TLTRO), com o propósito de incentivar a disponibilização de crédito bancário às empresas não financeiras e famílias, e ainda dois programas de compra de títulos de dívida em mercado secundário.

Em 2014, as taxas de rendibilidade da dívida pública voltaram a mostrar uma redução, a um ritmo ainda mais acentuado do que no ano anterior, tendo atingido novos mínimos desde a criação da Área do Euro, situação que se observou igualmente em Portugal.

A balança corrente na Zona Euro tem verificado excedentes, registando, em 2014, 2,5% do PIB. Este excedente não se deve ao fortalecimento das exportações, mas antes à vulnerabilidade da procura interna, que afetou desfavoravelmente as importações.

2.3. PORTUGAL

No que respeita à economia nacional, o ano 2014 fica marcado pelo fim do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado em 2011 com a Comissão Europeia (CE), o BCE e o FMI e pela recuperação da capacidade de financiamento junto dos mercados internacionais.

Para tal foi necessária a conjugação de diversos fatores externos e internos, sendo de destacar o aumento da integração institucional a nível europeu, a diminuição da perceção de risco associada à economia portuguesa, o processo de consolidação orçamental, a melhoria das contas externas e a desalavancagem dos setores financeiro e não financeiro.

Em consequência, e apesar de alguns desequilíbrios estruturais que continua a evidenciar, tem vindo a verificar-se uma gradual recuperação da economia portuguesa que, em 2014, terá registado um aumento do PIB (cerca de 1%) pela primeira vez nesta década, suportado na evolução do consumo privado e do investimento.

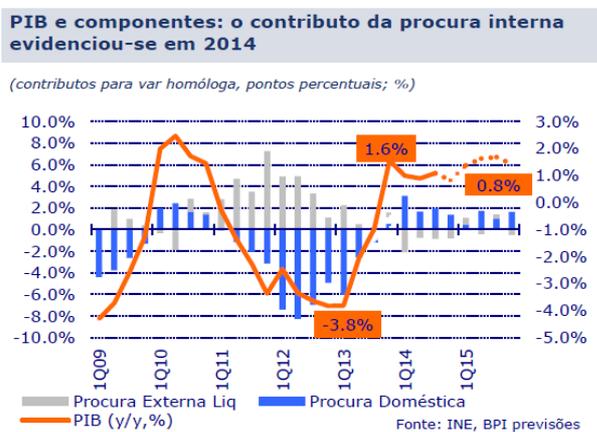
Por outro lado, e apesar da relativa estagnação económica dos principais parceiros comerciais, as exportações de bens e serviços registaram um crescimento próximo de 3%, em particular ao

nível dos bens energéticos refinados e do turismo, o que para além do efeito na balança com o exterior, evidencia o aumento relativo dos recursos afetos aos setores de bens e serviços transacionáveis.

De referir, contudo, que, em 2014, as importações registaram um crescimento de 6% superior ao das exportações, o que conduziu a uma deterioração do saldo da balança de bens e serviços, que ainda assim manteve um valor positivo em torno de 1,6% do PIB.

Efetivamente, depois de três anos consecutivos de retração, a procura interna voltou a aumentar, embora bem menos que em 2010 ou em anos anteriores à eclosão da crise financeira internacional; as importações deixaram de contribuir positivamente para a expansão, sinalizando o padrão de expansão mais equilibrado, também apoiado pelas componentes domésticas da procura agregada; e as exportações contribuíram positivamente, embora com um efeito minorado pela referida interrupção da atividade de refinação e venda ao exterior.

Gráficos nº1 e 2



A taxa de inflação em 2014 em Portugal foi negativa tendo-se fixado nos 0,3%, claramente inferior ao objetivo de longo prazo de 2%, beneficiando da moderação salarial, decorrente das condições existentes no mercado de trabalho e da descida dos preços das matérias-primas, em particular do petróleo.

Gráfico nº3 - Índices de preços no consumidor e de inflação subjacente (taxa de variação homóloga e média dos últimos 12 meses)



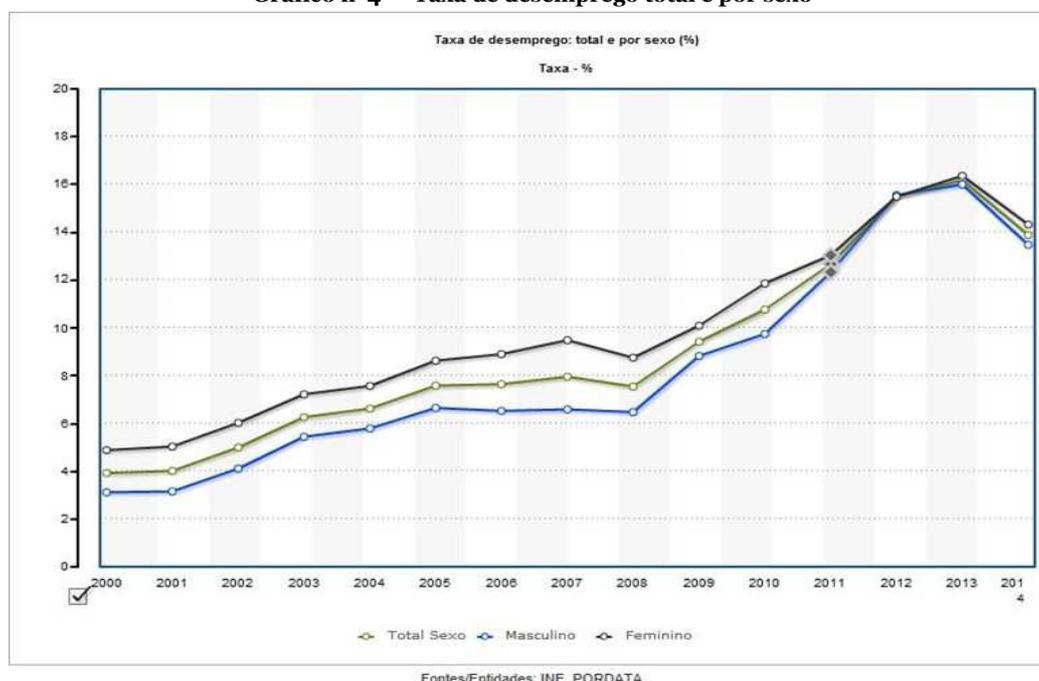
Este é o valor mais baixo desde 2009 ano em que os preços também haviam caído (-0,8%). Recorde-se que em 2013 a taxa de inflação havia sido marginalmente positiva: 0,3%.

Segundo o INE excluindo a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média anual também desceu, passando dos 0,2% em 2013 para 0,1% em 2014. A taxa de variação homóloga situou-se em -0,4% em dezembro de 2014.

Relativamente, mercado de trabalho, verificou-se uma tendência de redução da taxa de desemprego, que registou um valor médio anual próximo de 12,7%, tendo em dezembro de 2014 atingido os 13,4% refletindo quer a melhoria da atividade económica, quer a redução da população ativa, com especial incidência nos segmentos mais jovens onde a migração se tem feito de forma mais vincada.

A taxa de desemprego em Portugal foi a quarta mais elevada da União Europeia (UE), só melhor que Irlanda (14,5 por cento), Espanha (22,9 por cento), e Grécia (26,1 por cento)., indicam os dados mais recentes do Eurostat.

Gráfico nº4 – Taxa de desemprego total e por sexo



Na frente orçamental continuaram os esforços no sentido de redução do défice que se estima que se tenha situado perto da meta definida pelo Governo. Para esta evolução contribuiu sobretudo o crescimento da receita fiscal acima do esperado acompanhado por um decréscimo da despesa pública.

A informação mais recente relativamente ao andamento das contas públicas aponta para a redução do défice do estado para 6.42 mil milhões de euros nos primeiros onze meses de 2014, (numa base de caixa), uma melhoria de 2.765,5 milhões de euros face ao mesmo período de 2013. Esta evolução reflete o bom desempenho da receita fiscal, +6.2% yoy, enquanto que a despesa registou um crescimento de apenas 0.8% yoy no mesmo período e põe em evidência o esforço de consolidação das contas públicas levado a cabo nos últimos anos, dando suporte ao desenhar-se de uma trajetória de melhor sustentabilidade da dívida pública. Todavia, importa

ter presente que este esforço está longe de ter terminado, sendo importante manter ativa a intenção de reduzir de forma estrutural a despesa pública.

Os dados conhecidos são ainda em contabilidade pública (ótica de recebimentos e pagamentos de caixa) e não em contabilidade nacional (ótica de compromissos). É o saldo em contabilidade nacional que conta para a Comissão Europeia e esses dados só serão conhecidos em Março. Os 655 milhões em contabilidade pública podem não representar uma folga equivalente em contabilidade nacional, esperando-se que, quer a meta de 4% (sem despesas extraordinárias) quer a de 4,8% (com despesas extraordinárias), sejam cumpridas.

Apesar da melhoria verificada ao longo do ano de 2014, as condições de financiamento mantiveram-se restritivas, o que aliado ao elevado nível de endividamento, continuará a ser um fator limitador do crescimento futuro da economia portuguesa.

2.4. ADMINISTRAÇÃO LOCAL _ Enquadramento Financeiro e Legal

O exercício de 2014 decorreu num contexto marcado pela continuação de um importante conjunto de restrições e clima de contenção orçamental que tem caracterizado o funcionamento os últimos anos, tendo como base o atual enquadramento macro económico e estrutural em que vivemos, denotando-se, no entanto, durante o ano 2014 um clima de recuperação e alívio de algumas medidas de austeridade.

No que concerne as medidas de política estas continuam a visar sobretudo a contenção da despesa pública, continuando a merecer destaque a redução das remunerações totais ilíquidas nomeadamente do setor público, o pagamento dos subsídios de Natal pago por duodécimos, pelo que passa a ser apurado mensalmente e corresponde a remuneração base após a redução remuneratória acima referida, persiste o congelamento das progressões e promoções, o congelamento nas admissões, a redução do número de contratados, horas extraordinárias de trabalho, a proibição de revalorizações remuneratórias e de acumulação de salários e pensões.

Em paralelo, sucede-se a produção e publicação de um conjunto muito alargado de legislação que tem como objetivo alterar significativamente a gestão pública na administração local.

Neste pacote legislativo, temos que em finais de 2013, com fortes implicações no exercício de 2014 são publicadas a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – revisão da Lei das Finanças Locais e a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais e Estatuto das Entidades Intermunicipais. Estes novos diplomas, coincidem com um novo ciclo autárquico decorrente das eleições realizadas no dia 29 de setembro de 2013, tendo mesmo a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entrado em vigor no dia seguinte às eleições, sendo inevitável assistir-se, em consonância, a um ciclo de mudança na gestão dos municípios e das freguesias. Veio introduzir algumas modificações num conjunto de matérias, em parte por via dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, através do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que prevê expressamente a revisão da Lei das Finanças Locais (LFL) com o objetivo de promover a adaptação aos processos orçamentais definidos na Lei de Enquadramento Orçamental.

Por força da entrada em vigor do novo regime financeiro das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que vem revogar entre outras, a anterior lei das finanças locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e que contém alterações legislativas relevantes, entre as quais se destacam as respeitantes à execução e controlo orçamentais, ao

regime de crédito e endividamento municipal, aos deveres de informação e transparência e à prestação de contas individuais e consolidadas.

Relativamente aos impostos municipais, a principal modificação introduzida tem que ver com a extinção do IMT, que ira ocorrer em 2018, através de um processo de redução gradual de um terço da taxa do imposto, a iniciar em 2016, do qual resultara um benefício substantivo para os contribuintes e o afastamento dos municípios das receitas provenientes do imobiliário.

Também o IMI sofre alterações, embora nesta matéria exista apenas uma "deslocação" de receitas dos municípios para as freguesias, na medida em que e introduzida a afetação da totalidade receita do IMI rustico e de 1% da receita do IMI dos prédios urbanos para as juntas de freguesia.

A principal reforma introduzida por esta nova LFL tem a ver com o endividamento municipal, na medida em que passa a estabelecer novos limites para a dívida municipal, incluindo contração de empréstimos, sem qualquer possibilidade de exceção e tomando em linha de conta para esses limites, todas as entidades que pertencem à esfera do município, ou seja, contempla para além da autarquia, os serviços municipalizados, as empresas municipais e intermunicipais, as fundações e demais entidades participadas ou controladas pelas câmaras municipais. Esta alteração acontece porque, apesar de a legislação publicada em 2007 já ter dado passos importantes em matéria de consolidação das contas dos municípios, não ter tido a abrangência suficiente ao possibilitar que algumas entidades pertencentes ao grupo autárquico não relevassem para efeitos de endividamento, podendo constituir um fator de risco para a solvabilidade financeira dos respetivos municípios.

Por força da entrada em vigor da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA_Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro) e do conceito de Fundos Disponíveis ali considerado, foi claramente perceptível uma mudança do paradigma na governação autárquica.

A implementação da LCPA implicou, em 2012, a uma reformulação do planeamento das despesas, para além da definição de novos procedimentos e mecanismos que permitissem uma mais fácil e suave transição para o novo modelo de gestão, processo esse que foi consolidado no exercício 2013, e perfeitamente impregnado na organização no ano 2014.

A aprovação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), introduziu a obrigatoriedade de previsão de fundos disponíveis para a assunção de compromissos, o que contribuirá para um ajustamento da gestão autárquica tendo em vista atingir uma execução orçamental mais equilibrada.

Esta lei veio reduzir significativamente o risco orçamental que existia anteriormente sendo que com as regras atuais o risco fica mais confinado à possibilidade de uma evolução da receita que não permita fazer face aos compromissos já assumidos ou aos legalmente previstos.

Do exposto resulta como inequívoco que o cumprimento da referida Lei dos Compromissos teve implicações de elevado nível na reorganização da atividade autárquica, designadamente nas óticas económica, orçamental e financeira, exigindo-se um esforço adicional no controlo da despesa municipal.

A necessidade de avaliar e analisar convenientemente a eficácia da execução orçamental e a eficiência na aplicação de recursos surge de forma imperiosa.

Esta proliferação legislativa aos mais variados níveis, em muitos casos fragilizada na qualidade dos seus conteúdos, despegada da realidade prática e indutora de reformas atabalhoadas, as

instituições públicas travam uma verdadeira luta para manter os seus níveis de serviço, face a consecutivos e cegos cortes orçamentais em quase todas as áreas de atuação, obrigando-se a um rigoroso controlo e otimização de custos para alcançar uma gestão orçamental eficaz.

Neste cenário, assume particular relevância a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna, que bem auxilie a tomada de decisão e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros, bem como a necessidade de aos gestores públicos e aos responsáveis políticos lhes ser exigida uma atitude de *Accountability*.

A atual conjuntura é ainda de maior exigência e, por isso, impõe-se um elevado esforço e empenho, bem como uma capacidade de adaptação constante, a produção de demasiada legislação de difícil interpretação, sem diretivas e apoio dos organismos de reporte e/ou Tutela.

3. CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE

3.1. IDENTIFICAÇÃO

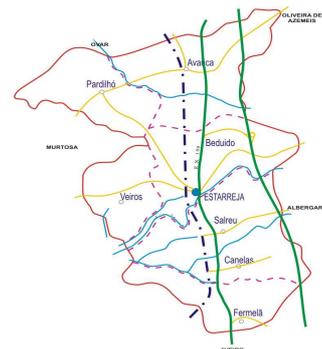


O Foral de Antuã, concedido por D. Manuel I, e datado de 15 de novembro de 1519 libertou as terras de Antuã do domínio feudal, estabelecendo aí uma nova organização do território, da economia e da justiça, e dando maior liberdade e privilégios aos seus habitantes.

Em meados do século XVII, o concelho de Antuã alterou a sua designação para Estarreja, o qual, já no século XIX, viria a sofrer grandes alterações em virtude da extinção dos foros do senhorio do Mosteiro de Arouca e dos concelhos de Angeja e Bemposta.

Foi a base para o surgimento do concelho de Estarreja.

O concelho de Estarreja pertence administrativamente ao distrito de Aveiro (Beira Litoral). Localiza-se na sub-região do Baixo Vouga e integra-se numa individualidade regional – a ria. Caracteriza-se pela existência de esteiros e canais em todas as freguesias e esta influência marinha contribuiu para se constituir nela, ao seu redor, uma diversidade de biótopos com grande importância do ponto de vista ecológico.



O concelho de Estarreja, possui um total de 26.997 habitantes e estendendo-se por uma área de 108,2 km² abrangendo 7 freguesias: Avanca, Beduído, Canelas, Fermelã, Pardilhó, Salreu e Veiros.

É limitado a norte pelo município de Ovar, a leste por Oliveira de Azeméis, a leste e a sul por Albergaria-a-Velha e a oeste por Murtoza, sendo servido por uma importante rede viária.

O concelho de Estarreja fica situado num território levemente acidentado a nascente e de planície a poente. É-lhe fronteira a Ria de Aveiro e o seu rio principal é o Antuã, que delimita as freguesias de Beduído, pelo Sul, e de Salreu, pelo Norte.

Atravessam o seu território a linha de caminho-de-ferro do norte, a A1, a EN109, a A29 e fica-lhe próxima a A25. A posição privilegiada que o concelho de Estarreja ocupa no agrupamento do Baixo Vouga, não só permite a existência de importantes eixos de acessibilidade, como também fatores de ordem natural, relativos à proximidade da ria de Aveiro, a aptidão dos solos para a agricultura, a zona industrial, entre outros.

O brasão do Município de Estarreja foi criado em 1929, altura em que foi estabelecido em decreto que defendia que as instituições públicas deveriam ter uma marca identificativa para autenticação dos seus documentos, foi depois aprovado em 1936, por Portaria nº 8339 de 17/01/1936.



Então, por proposta de Afonso de Dornelas, famoso heraldista português de então, foi criado o brasão, as armas e o selo da Câmara, tendo em conta as características e tradições preponderantes deste território.

Com a elevação de Estarreja a cidade em 2005, as armas foram ajustadas à situação de Cidade, passando o brasão de 4 para 5 torres, como em heráldica é próprio das cidades.

O feriado Municipal de Estarreja comemora-se, desde 1978, a 13 de Junho por ser o dia de Santo António, o santo padroeiro de Estarreja.

3.2. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização do Município de Estarreja caracteriza-se pela existência de duas estruturas fundamentais, uma política e outra administrativa.

ESTRUTURA POLÍTICA

A estrutura política assenta em dois órgãos, a Câmara Municipal, com funções essencialmente executivas e a Assembleia Municipal, com funções de natureza predominantemente deliberativa e fiscalizadora da atividade desenvolvida pela primeira.

A Assembleia Municipal é composta por 21 deputados, dos quais 21 são eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do município e indiretamente, uma vez que assumem aquela função na qualidade de Presidentes de Junta das Freguesias que constituem a divisão administrativa do Concelho de Estarreja.

A Câmara Municipal é constituída por 7 (sete) membros – 1 (um) Presidente e 6 (seis) Vereadores, a quem compete, um quadro de delegações previamente estabelecido, que tem o grosso da responsabilidade pela definição das estratégias e políticas municipais, bem como as decisões mais relevantes sobre a atividade dos serviços municipais.

No quadro seguinte apresentam-se os membros do órgão executivo, com a indicação das competências que lhe estão delegadas:

Quadro nº1- Quadro das Responsabilidades Políticas 2013-2017

CARGO	Nome do Responsável	Pelouros/Áreas de Atuação
<p>Presidente</p> 	Diamantino Manuel Sabina	Administração, Turismo, Eco Parque Empresarial de Estarreja, Regeneração e Reabilitação Urbana, Freguesias, Proteção Civil, Segurança, Despesas Públicas, Empreitadas e Saúde.
<p>Vice-Presidente</p> 	Adolfo Figueiredo Vidal	Urbanismo, Planeamento, Desenvolvimento Económico e Finanças, Despesas Públicas, Empreitadas, Obras Públicas e Ambiente, Aprovisionamento e Armazéns, Modernização Administrativa e Gestão da Informação e Comunicação e Desporto
<p>Vereador</p> 	João Carlos Teixeira Alegria	Cultura, Educação, Juventude, Coletividades, Ciência, Trânsito e Gestão e Manutenção da Frota.
<p>Vereadora</p> 	Rosa Maria Lopes Bandeira Simão Correia	Ação Social, Habitação Social, Recursos Humanos, e Gestão da Qualidade, Espaços Verdes, Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, Mercado, Comércio e Abastecimentos
<p>Vereador</p> 	Fernando Manuel Mendonça Albergaria Matos	Sem Pelouro
<p>Vereadora</p> 	Madalena Maria Coelho Trindade Balça	Sem Pelouro
<p>Vereadora</p> 	Catarina Ascensão Nascimento Rodrigues	Sem Pelouro

ESTRUTURA ORGANIZATIVA EFETIVA

A estrutura organizacional e funcional do Município de Estarreja é a que consta do Despacho n.º 982/2013 publicado no Diário da República n.º 12, 2ª Série, de 17 de janeiro de 2013, páginas 2381 a 2396.

O organograma da Câmara Municipal apresenta-se da forma que segue:



3.3. RECURSOS HUMANOS

À semelhança de anos anteriores, permaneceram as limitações em sede de Orçamento de Estado 2014 (Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro), na redução de trabalhadores nas autarquias locais, no controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais e recrutamento de trabalhadores nas autarquias em situações de desequilíbrio estrutural ou de rutura financeira, situação que não tem enquadramento na realidade financeira deste município.

A par das limitações no recrutamento, o Orçamento de Estado de 2014 continha nos seus artigos 62º e 64º normas que visavam, no âmbito de outras medidas de estabilidade orçamental, quer de redução de trabalhadores nas autarquias locais quer no respetivo controlo no seu recrutamento, impondo no ano 2014 uma redução de 2% de trabalhadores face aos existentes em 31/12/2013.

Contudo, conforme resulta do n.º 7 do artigo 62º, tal obrigação de redução em 2% não é aplicável às autarquias locais que cumpram cumulativas previstas nas alíneas a), b) e c) dessa norma.

O Município de Estarreja, cumprindo na íntegra os requisitos enumerados nas alíneas atrás referenciadas, teria que cumprir o estipulado no nº8 do artigo 62º do LOE 2014, ou seja, não poderia aumentar em 2014 o número de trabalhadores relativamente aos existentes em 31 de dezembro de 2013.

Assim, verifica-se que em 2014 e por referência ao ano de 2013, o número de efetivos recuou cerca de 4,3%, diminuindo os seus efetivos em nº de 9 (nove), fixando-se nos 202 efetivos.

Quadro nº2- Evolução de Efetivos

Efetivos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Totais	252	245	244	210	211	202
Variação (nº)		-7	-1	-34	1	-9
Variação %		-2,8%	-0,4%	-13,9%	0,5%	-4,3%

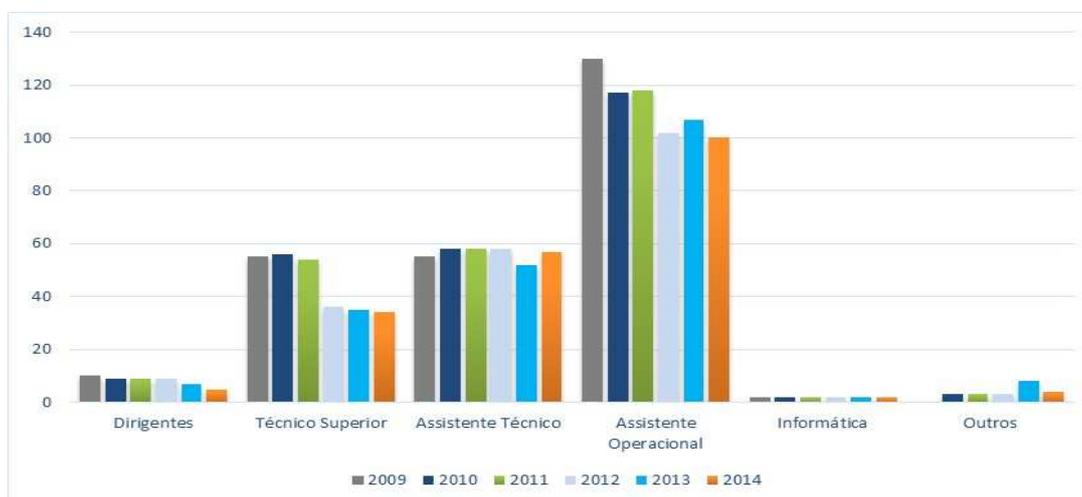
Variação 2010/2013	-13,88%
Variação 2011/2013	-13,52%
Variação 2010/2014	-17,55%
Variação 2011/2014	-17,21%

Gráfico nº5 – Evolução de nº de efetivos



No que toca à estruturação dos efetivos por cargos/carreiras, em 2014, a maioria dos efetivos são absorvidos pela carreira geral de assistentes operacionais.

Gráfico nº6 – Nº de trabalhadores por Cargo /Carreiras



Quadro nº3 - Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação e género

ANOS	S	Técnico Assistente Assistente						Total	Total
		Dirigentes Superior	Técnico	Operacional	Informática	Outros			
2009	H	7	28	12	86	1	0	134	252
	M	3	27	43	44	1	0	118	
2010	H	6	29	14	51	1	1	102	245
	M	3	27	44	66	1	2	143	
2011	H	6	27	14	68	1	1	117	244
	M	3	27	44	50	1	2	127	
2012	H	6	10	14	63	1	1	95	210
	M	3	26	44	39	1	2	115	
2013	H	5	11	10	62	1	4	93	211
	M	2	24	42	45	1	4	118	
2014	H	3	13	13	58	1	1	89	202
	M	2	21	44	42	1	3	113	

4. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise dos documentos base orçamental mantém um capítulo próprio, não obstante algumas lacunas de informação contabilística e financeira, as quais são devidamente colmatadas com a introdução da Contabilidade Geral/Patrimonial. De facto, através da Contabilidade Orçamental (contabilidade essencialmente na ótica “de caixa”) é possível obter conclusões muito rápidas e elucidativas quanto à forma como é gerido o Município, tal como facilmente se consegue aferir a sua situação financeira de curto-prazo.

Numa primeira instância procede-se a uma apreciação de âmbito orçamental, inicialmente centrada na execução global do orçamento, seguindo-se uma abordagem do equilíbrio orçamental, designadamente ao nível da poupança corrente, fluxos monetários e das fontes de financiamento do investimento, para por último desenvolver uma análise individual às componentes da Receita e Despesa Municipal.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2014, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua execução.

Em matéria da Contabilidade Orçamental, a prestação de contas é feita em termos de execução dos documentos previsionais “Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2014”.

A execução dos documentos orçamentais consubstancia-se no desenvolvimento das ações necessárias à arrecadação de receitas previstas e à realização de despesas inscritas no Orçamento, visando alcançar os objetivos fixados nas Grandes Opções do Plano.

4.1. EXECUÇÃO GLOBAL DO ORÇAMENTO.

Neste primeiro momento, pretende-se evidenciar a execução orçamental do Município de Estarreja, no ano económico de 2014. Para o efeito, são analisadas as componentes orçamentais da receita e da despesa municipal, com relevância para as de maior peso na respetiva estrutura.

Pela análise da Contabilidade Orçamental, podemos acompanhar todo o processo de realização da despesa e arrecadação de receitas.

A estrutura da receita e da despesa obedece ao estabelecido no classificador económico apresentado no D.L. 26/2002 de 14 de Fevereiro, dividindo-se em correntes e de capital e outras receitas/despesas.

Na ótica da receita, analisar-se-à a previsão orçamental, a cobrança e os saldos orçamentais.

Na ótica da despesa, os factos financeiros objetos de análise e comparação serão a despesa prevista, os compromissos assumidos, os pagamentos efetuados e os compromissos por pagar.

4.1.1. Orçamento Inicial versus Final e Executado

Por forma a compreender a execução orçamental e avaliar a capacidade financeira do município em executar o orçamento proposto, de seguida procede-se a uma breve comparação entre **orçamento inicial, final e executado** aferindo, deste modo, a concretização dos projetos a que o Município se propôs, nomeadamente a capacidade de gestão dos recursos da autarquia, bem como o esforço de angariação da receita, fator fundamental para a realização do objetivo político, num panorama macroeconómico em que os recursos financeiros são cada vez mais escassos.

A análise realizada no presente ponto, tem por base os mapas de execução orçamental que fazem parte dos Documentos de Prestação de Contas, visando, numa primeira abordagem, comparar o valor do orçamento inicial e corrigido final, resultado de modificações aos documentos previsionais, como os valores da execução orçamental a fim de evidenciar os desvios de execução mais significativos.

No âmbito desta análise, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e a taxa de execução da despesa, respeita a obrigações efetivamente pagas e não a despesa traduzida no total das obrigações assumidas para com terceiros (despesa faturada).

Quadro nº 4-Orçamento Inicial versus Final, Executado

Orçamento para o ano 2014							
Designação (a)	PREVISÃO			EXECUÇÃO		Taxas de Execução	
	Inicial (b)	Final/ Corrigida (c)	Desvio (d)	Valor (e)	Desvio (f)	Inical (g)= (e)/(b)	Corrigida (h)= (e)/(c)
Receitas Correntes	13.045.235,00	12.750.235,00	-295.000,00	12.741.855,63	-8.379,37	97,67%	99,93%
Receitas de Capital	4.404.765,00	3.719.765,00	-685.000,00	1.240.513,76	-2.479.251,24	28,16%	33,35%
Outras	50.000,00	3.464.481,24	3.414.481,24	3.427.651,44	-36.829,80	6855,30%	98,94%
Receitas Totais	17.500.000,00	19.934.481,24	2.434.481,24	17.410.020,83	-2.524.460,41	99,49%	87,34%
Despesas Correntes	10.805.878,00	11.146.359,24	340.481,24	8.820.699,93	-2.325.659,31	81,63%	79,14%
Despesas de Capital	6.694.122,00	8.788.122,00	2.094.000,00	4.555.650,22	-4.232.471,78	68,05%	51,84%
Despesas Totais	17.500.000,00	19.934.481,24	2.434.481,24	13.376.350,15	-6.558.131,09	76,44%	67,10%

Os documentos previsionais de 2014 (Orçamento e Grandes Opções do Plano) aprovados pela Assembleia Municipal, inscreviam uma previsão inicial (receitas) e uma dotação inicial (despesa), de 17.500.000,00€, sendo de reforçar que em termos comparativos com o exercício económico anterior, os documentos previsionais 2014 apresentaram uma previsão inferior ao Orçamento de 2013 em 3.200.000,00€.

Dessa previsão e dotação inicial, e no termos do ponto 8.3.1 do POCAL procederam-se a um conjunto de modificações orçamentais que se traduziram em 9 (nove) alterações e 1 (uma) revisão orçamental, que, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento de 13,91 % ou em termos absolutos num aumento do orçamento de 2.434.481,24€.

O orçamento corrigido final de 2014 do Município de Estarreja situou-se nos 19.934.481,24€, após a 1ª revisão orçamental e teve por base principal o nível de receita efetiva acrescido do saldo da gerência anterior.

Em matéria de natureza **corrente**:

- ♦ Nas receitas correntes, a previsão inicial de 13.045.235,00€ foi reduzida em (-) 295.000,00€, o que originou uma dotação final de 12.750.235,00€.
- ♦ Nas despesas correntes, uma variação positiva (+) 340.481,24€ na dotação das despesas orçadas, cuja previsão inicial foi de 10.805.878,00€, redundou numa dotação final de 11.146.359,24€.

Quantos às rubricas de natureza de **capital**:

- ♦ O orçamento inicial das despesas de capital foi definido para 6.694.122,00€, tendo sido aumentado em (+) 2.094.000,00€, o que o posicionou no final em 8.788.122,00€.
- ♦ A receita de capital, inicialmente dotada com 4.404.765,00€, finalizou com uma redução de 3.719.765,00€, por força da redução da sua dotação em (-) 685.000,00€.

O exposto resulta que do ponto de vista orçamental, se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de caráter corrente.

► Alterações e Revisões ao Orçamento

Em matéria de execução orçamental e ao longo dos exercícios económicos são por regra realizadas modificações orçamentais, reforçando e ou anulando a dotação das rubricas tendo em vista adequar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão, sendo que, no exercício de 2014, foi necessário proceder a 10 (dez) modificações ao orçamento, nos termos a seguir identificados:

Quadro nº 5

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Receita		1
Orçamento da Despesa	9	1
Plano Plurianual de Investimentos	9	1
Plano de Atividades Municipais	9	1

As modificações operadas no Orçamento verificaram-se tanto ao nível da receita como da despesa.

Estruturando a informação referente às modificações orçamentais realizadas em grupos, onde se agregam tanto os reforços como as anulações a que foram sujeitos os diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita autárquica, avalia-se de seguida o comportamento das respetivas dotações orçamentais durante o ano 2014, face aos consecutivos ajustamentos das previsões às realizações então efetivadas.

Em consequência das 10 (dez) modificações realizadas ao orçamento da despesa, e como se pode observar no quadro nº4, foram realizados reforços no valor de 3.562.146,24€ que apenas determinaram um aumento da dotação global de 2.434.481,24€, isto resultado da incorporação de uma parte do saldo de gerência anterior. Para os 1.127.665,00€ de remanescente aferido nos demais reforços, foi utilizado como contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

Quadro nº 6- Alterações e Revisões orçamentais segundo a natureza económica – DESPESA

(unidade monetária:€uros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	10.805.878,00	61,75%	918.911,24	578.430,00	11.146.359,24	55,91%	340.481,24	3,15%
Despesas com Pessoal	4.624.700,00	26,43%	170.300,00	272.800,00	4.522.200,00	22,69%	-102.500,00	-2,22%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	4.776.365,00	27,29%	508.591,24	189.080,00	5.095.876,24	25,56%	319.511,24	6,69%
Juros e Outros Encargos	262.000,00	1,50%	0,00	0,00	262.000,00	1,31%	0,00	0,00%
Transferências Correntes	959.954,00	5,49%	172.020,00	82.270,00	1.049.704,00	5,27%	89.750,00	9,35%
Outras Despesas Correntes	182.859,00	1,04%	68.000,00	34.280,00	216.579,00	1,09%	33.720,00	18,44%
		0,00%						
Despesas de Capital	6.694.122,00	38,25%	2.643.235,00	549.235,00	8.788.122,00	44,09%	2.094.000,00	31,28%
Aquisição de Bens de Investimento	4.781.834,00	27,32%	2.109.400,00	336.735,00	6.554.499,00	32,88%	1.772.665,00	37,07%
Transferências de Capital	580.163,00	3,32%	233.835,00	0,00	813.998,00	4,08%	233.835,00	40,31%
Activos Financeiros	129.625,00	0,74%	300.000,00	212.500,00	217.125,00	1,09%	87.500,00	67,50%
Passivos Financeiros	1.200.000,00	6,86%	0,00	0,00	1.200.000,00	6,02%	0,00	0,00%
Outras Despesas de Capital	2.500,00	0,01%	0,00	0,00	2.500,00	0,01%	0,00	0,00%
Total da Despesa	17.500.000,00	100,00%	3.562.146,24	1.127.665,00	19.934.481,24	100,00%	2.434.481,24	13,91%

Como se pode observar, as variações líquidas em termos orçamentais mais significativas em termos absolutos ocorreram nas rubricas “Aquisição de Bens de Capital” (1.772.665,00€) e “Aquisição de Bens e Serviços correntes” (319.511,24€) e “Transferências de Capital”(233.835,00€), estes reforços ocorreram com a integração do saldo de gerência anterior, dotando o município com maior capacidade de liquidar faturação de serviços e fornecimento de bens correntes (diminuição de dívida administrativa) e de investir.

A rubrica das “Despesas com Pessoal” foi a única rubrica económica a registar uma redução da sua dotação inicial, associada a manutenção das reduções remuneratórias nos vencimentos e saída de algum pessoal por motivos de aposentação.

As despesas de capital, para além das possíveis implicações que os diferentes reforços e anulações contêm no orçamento da despesa, têm de ter obrigatoriamente reflexos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), determinando por isso alterações ou até mesmo revisões naquele documento.

A única modificação formalizada no Orçamento da Receita teve por finalidade integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior”, no montante de 3.414.481,24€, tendo dado origem a um aumento global da receita no valor de 2.434.481,24€, nos termos seguidamente sistematizados.

Quadro nº7- Alterações e Revisões orçamentais segundo a natureza económica -RECEITA

(unidade monetária: Euros)

Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Corrigida		Variação	
	Valor	%	Reforços	Deduções	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	13.045.235,00	74,54%	5.000,00	300.000,00	12.750.235,00	63,96%	-295.000,00	-2,26%
Impostos Directos	3.866.800,00	22,10%	0,00	300.000,00	3.566.800,00	17,89%	-300.000,00	-7,76%
Impostos Indirectos	566.500,00	3,24%	0,00	0,00	566.500,00	2,84%	0,00	0,00%
Taxas, Multas e Outras Penal.	182.095,00	1,04%	5.000,00	0,00	187.095,00	0,94%	5.000,00	2,75%
Rendimentos de Propriedade	714.800,00	4,08%	0,00	0,00	714.800,00	3,59%	0,00	0,00%
Transferências Correntes	6.647.240,00	37,98%	0,00	0,00	6.647.240,00	33,35%	0,00	0,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	923.800,00		0,00	0,00	923.800,00	4,63%	0,00	0,00%
Outras Receitas Correntes	144.000,00		0,00	0,00	144.000,00	0,72%	0,00	0,00%
Receitas de Capital	4.404.765,00	25,17%	0,00	685.000,00	3.719.765,00	18,66%	-685.000,00	-15,55%
Venda de Bens de Investimento	321.500,00	1,84%	0,00	0,00	321.500,00	1,61%	0,00	0,00%
Transferências de Capital	2.710.452,00	15,49%	0,00	685.000,00	2.025.452,00	10,16%	-685.000,00	-25,27%
Passivos Financeiros	1.243.188,00	7,10%	0,00	0,00	1.243.188,00	6,24%	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	129.625,00	0,74%	0,00	0,00	129.625,00	0,65%	0,00	0,00%
Outras Receitas	50.000,00	0,29%	3.414.481,24	0,00	3.464.481,24	17,38%	3.414.481,24	6828,96%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50.000,00	0,29%	0,00	0,00	50.000,00	0,25%	0,00	0,00%
Saldo da Gerência Anterior	0,00	0,00%	3.414.481,24	0,00	3.414.481,24	17,13%	3.414.481,24	n.a.
Total da Despesa	17.500.000,00	100,00%	3.419.481,24	985.000,00	19.934.481,24	100,00%	2.434.481,24	13,91%

► **Resumo da Execução Orçamental**

O orçamento é composto por receitas correntes e receitas de capital, que sustentam despesas diferenciadas de igual forma, e está sujeito ao **princípio do equilíbrio orçamental**, sempre numa perspetiva de otimização dos recursos recebidos, face às necessidades de despesa existentes.

De referir, o valor do **saldo de gerência anterior e transitado para 2014**, 3.414.481,24€, traduz efetiva receita e disponibilidade para cobertura de despesas realizadas no ano 2014.

Quadro nº8- Resumo de Execução Orçamental 2014

(unidade monetária: Euros)

Designação	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	13.045.235,00	12.750.235,00	12.741.855,63	-8.379,37	97,67%	99,93%
Receitas de Capital	4.404.765,00	3.719.765,00	1.240.513,76	-2.479.251,24	28,16%	33,35%
Outras	50.000,00	3.464.481,24	3.427.651,44	-36.829,80	6855,30%	98,94%
Receitas Totais	17.500.000,00	19.934.481,24	17.410.020,83	-2.524.460,41	99,49%	87,34%
Despesas Correntes	10.805.878,00	11.146.359,24	8.820.699,93	-2.325.659,31	81,63%	79,14%
Despesas de Capital	6.694.122,00	8.788.122,00	4.555.650,22	-4.232.471,78	68,05%	51,84%
Despesas Totais	17.500.000,00	19.934.481,24	13.376.350,15	-6.558.131,09	76,44%	67,10%

Em matéria de execução orçamental, resumidamente, regista-se que:

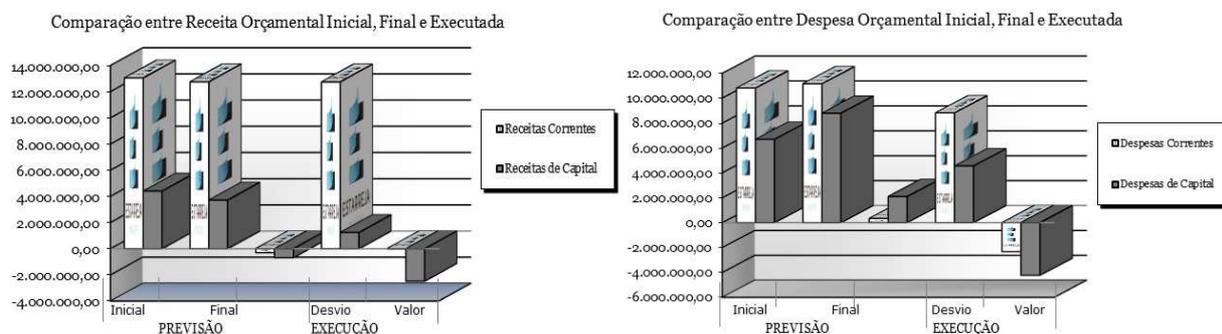
- A taxa de execução das **receitas correntes**, apesar de reduzir ligeiramente, face ao ano transato, mantêm-se em níveis elevados, 99,93%, o que significa que para uma previsão final de 12.750.235,00€ se atingiu uma execução de 12.741.855,63€ originando um desvio de (-) 8.379,37 €, sobretudo devido à influência da rubrica de Rendimentos de Propriedade e Transferências Correntes;
- No que respeita às **receitas de capital**, estas continuam aquém do previsto, uma vez que para uma previsão final de 3.719.765,00€ apenas se atingiu uma execução de 1.240.513,76 €, representando um desvio de (-) 2.479.251,24 €, correspondendo uma taxa de execução de 33,35%, sendo determinante a não utilização de empréstimo bancário (capital alheio), o qual ainda se encontrava em período de carência apresentando um *plafond* disponível, e que por existência de fundos próprios não foi utilizado.

- ▶ No grupo das despesas, a taxa de execução atingiu 67,10%. As **despesas correntes** cumpriram uma taxa de execução de 79,14%, com um valor de despesa paga de 8.820.699,93€ e as **despesas de capital** atingiram uma execução de 4.555.650,22€, representando uma taxa de execução 51,84% do total orçamentado final, o que determina que sejam as despesas correntes aquelas que mais se destacam na realização do orçamento.

Face a tais desvios, o Município arrecadou **receitas totais** no montante de **17.410.020,83€**, o que representa uma taxa de execução da receita de 87,34% (em 2013 foi de 92,91%), e um nível de **despesa total** paga de **13.376.350,15€**, que equivale a uma taxa de execução da despesa de 67,10% (em 2013 foi de 76,59%).

Os gráficos abaixo apresentados atestam as diferenças atrás anotadas:

Gráficos nº7 e 8– Orçamento Inicial, Final e Executado – RECEITA e DESPESA



4.1.2. Evolução da Execução Orçamental

Atendendo ao comportamento de cada uma das suas componentes económicas, correntes e capital, proceder-se-á, de seguida, a uma análise da evolução global das receitas e das despesas.

Neste sentido, assistiu-se, no ano económico 2014, a um decréscimo das receitas arrecadas e das despesas pagas, na ordem dos 10,43% e 16,51% respetivamente.

Comparando com a gerência do ano anterior, temos o seguinte quadro:

Quadro nº9- Evolução da Execução Orçamental 2013/2014

(unidade monetária: Euros)

Designação	REALIZADO			ORÇADO (corrigido)			Taxas de Execução (%)		Tx de Crescimento
	2013	2014	Diferença	2013	2014	Diferença	2013	2014	
Receitas Correntes	12.726.223,74	12.741.855,63	15.631,89	12.368.905,00	12.750.235,00	381.330,00	102,89%	99,93%	0,12%
Receitas de Capital	5.464.039,71	1.240.513,76	-4.223.525,95	7.409.486,00	3.719.765,00	-3.689.721,00	73,74%	33,35%	-77,30%
Outras	1.246.340,24	3.427.651,44	2.181.311,20	1.140.463,60	3.464.481,24	2.324.017,64	109,28%	98,94%	175,02%
Receitas Totais	19.436.603,69	17.410.020,83	-2.026.582,86	20.918.854,60	19.934.481,24	-984.373,36	92,91%	87,34%	-10,43%
Despesas Correntes	10.085.243,40	8.820.699,93	-1.264.543,47	11.278.287,12	11.146.359,24	-131.927,88	89,42%	79,14%	-12,54%
Despesas de Capital	5.936.879,05	4.555.650,22	-1.381.228,83	9.640.567,48	8.788.122,00	-852.445,48	61,58%	51,84%	-23,27%
Despesas Totais	16.022.122,45	13.376.350,15	-2.645.772,30	20.918.854,60	19.934.481,24	-984.373,36	76,59%	67,10%	-16,51%

Da análise da receita no último biénio, realça-se a evolução negativa das **receitas totais**, que registaram um recuo em termos absolutos de 2.026.582,86€, a que corresponde uma taxa de

crescimento negativa de 10,43%, contrariando a tendência que se tinha vindo a registar desde 2011 com um crescimento acumulado de 1.763.053,69€, com um acréscimo, de cerca de 9,9%, de 2011 a 2013.

No que respeita ao nível das **despesas totais** do Município observa-se, no ano em causa, um decréscimo relativamente ao ano anterior, no valor de (-) 2.645.772,30€, significando uma taxa de decréscimo de 16,51%.

Do quadro apresentado, verifica-se que relativamente ao ano de 2013, a arrecadação de Receitas Correntes aumentaram 0,12% (+15.631,89€), tendo as Receitas de Capital apresentado um decréscimo de 77,30% (-4.223.525,95€). Esta fraca execução das Receitas de Capital decorreu da não utilização de financiamento bancário previsto em orçamento e a verbas de transferências de capital oriundas de Fundos Comunitários que por questões administrativas de encerramento do QREN atrasou claramente o recebimento deste tipo de financiamento.

As Despesas Correntes sofreram um decréscimo de 12,54% (- 1.264.543,47€) e as Despesas de Capital uma diminuição de 23,27% (-1.381.228,83€), mantendo-se a tendência verificada no ano 2013.

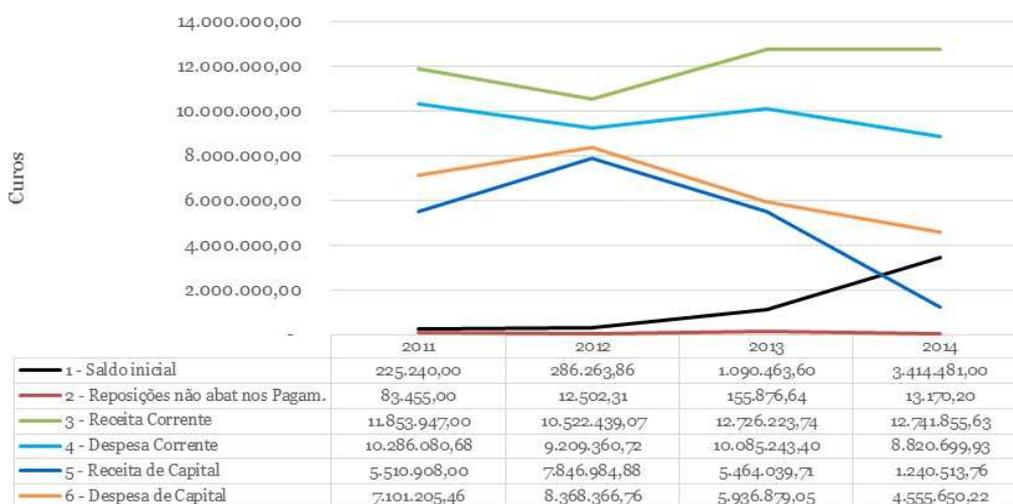
No quadriénio de 2011/2014, as receitas cobradas e as despesas pagas tiveram a evolução que se encontra expressa no quadro e gráfico seguinte.

Quadro nº10- Evolução e taxas de execução da receita e da despesa municipal (unidade monetária :

RUBRICAS	PREVISÃO/EXECUÇÃO (valores absolutos)								PREVISÃO/EXECUÇÃO (%s)			
	2011		2012		2013		2014		2011	2012	2013	2014
	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução	Previsão	Execução				
1 - Saldo inicial	225.240	225.240	286.264	286.264	1.090.464	1.090.464	3.414.481	3.414.481	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2 - Reposições não abat nos Pagam.	31.000	83.455	50.000	12.502	50.000	155.877	50.000	13.170	269,21%	25,00%	311,75%	26,34%
3 - Receita Corrente	11.893.188	11.853.947	11.978.311	10.522.439	12.368.905	12.726.224	12.750.235	12.741.856	99,67%	87,85%	102,89%	99,93%
4 - Despesa Corrente	11.864.667	10.286.081	11.118.119	9.209.361	11.278.287	10.085.243	11.146.359	8.820.700	86,70%	82,83%	89,42%	79,14%
5 - Receita de Capital	14.606.312	5.510.908	11.948.689	7.846.985	7.409.486	5.464.040	3.719.765	1.240.514	37,73%	65,67%	73,74%	33,35%
6 - Despesa de Capital	14.665.833	7.101.205	13.145.145	8.368.367	9.640.567	5.936.879	8.788.122	4.555.650	48,42%	63,66%	61,58%	51,84%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	26.755.740	17.673.550	24.263.264	18.668.190	20.918.855	19.436.604	19.934.481	17.410.021	66,06%	76,94%	92,91%	87,34%
8 - Despesa Total (4+6)	26.530.500	17.387.286	24.263.264	17.577.727	20.918.855	16.022.122	19.934.481	13.376.350	65,54%	72,45%	76,59%	67,10%

€uros)

Gráfico nº9- Variação das Receitas e Despesas 2011/2014



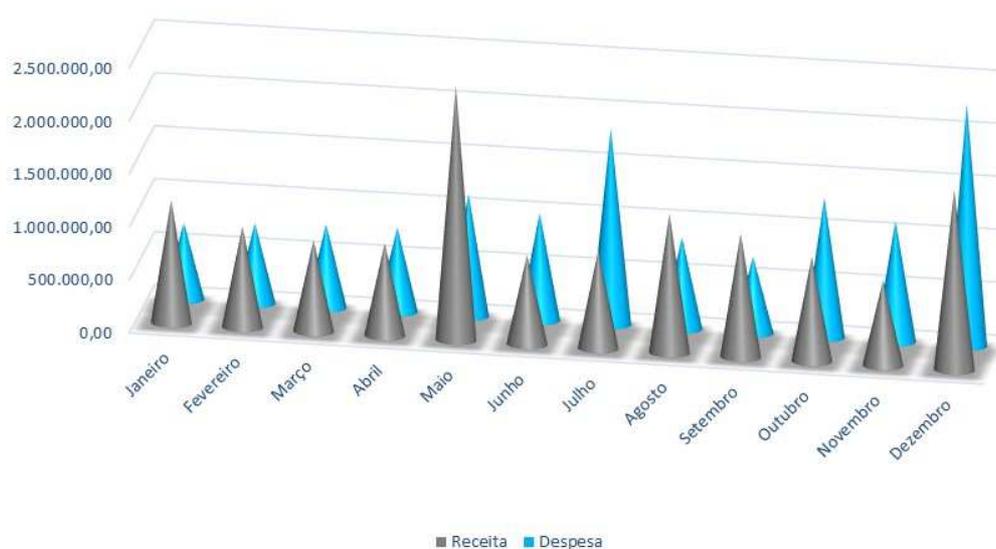
O grau de execução orçamental da receita total disponível apresentou em 2014 uma taxa de execução da receita na ordem dos 87,34%. A evolução da receita corrente é bastante positiva e estável, rondando as taxas de execução dos 100% de execução. Estes dados demonstram a preocupação na elaboração de orçamentos municipais mais realistas e prudentes.

O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano.

Quadro nº11- Distribuição da Despesa e Receita ao longo dos meses de 2014.... (unidade monetária : Euros)

Mês	Receita				Despesa		
	Corrente	Capital	Outras Rec.	Total	Corrente	Capital	Total
Saldo Gerência Anterior			3.414.481,24	3.414.481,24			
Janeiro	1.105.964,54	44.871,00	9.567,45	1.160.402,99	616.423,98	101.997,05	718.421,03
Fevereiro	870.424,41	81.946,50	1.239,30	953.610,21	542.603,31	211.260,23	753.863,54
Março	719.836,99	142.497,75	114,75	862.449,49	596.174,59	188.790,56	784.965,15
Abril	795.011,39	80.814,75	0,00	875.826,14	618.487,34	174.519,05	793.006,39
Maio	2.272.134,40	119.800,88	1.820,76	2.393.756,04	1.113.858,95	39.484,81	1.153.343,76
Junho	783.299,33	59.161,86	22,49	842.483,68	845.843,11	165.193,33	1.011.036,44
Julho	860.527,75	68.177,11	0,00	928.704,86	1.043.224,73	802.562,65	1.845.787,38
Agosto	1.252.249,02	61.719,00	0,00	1.313.968,02	607.766,26	253.909,25	861.675,51
Setembro	911.774,29	256.419,11	0,00	1.168.193,40	525.570,94	190.579,31	716.150,25
Outubro	902.117,46	86.066,25	0,00	988.183,71	781.597,50	532.633,94	1.314.231,44
Novembro	734.074,22	70.537,70	0,00	804.611,92	709.341,89	429.406,81	1.138.748,70
Dezembro	1.534.441,83	168.501,85	405,45	1.703.349,13	819.807,33	1.465.313,23	2.285.120,56
	12.741.855,63	1.240.513,76	13.170,20	17.410.020,83	8.820.699,93	4.555.650,22	13.376.350,15

Gráfico nº10- Evolução Mensal das Receitas e Despesas 2014 (excluindo Saldo de Gerência Transitado)



Destacam-se, na receita, os meses de maio, agosto e dezembro

- maio – IMI = 1.431.103,36€
- agosto – IMI= 339.100,13€
- dezembro- IMI =711.714,96€k

4.1.3. Relação Entre Receita e Despesa

► Saldo de gerência

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos recebimentos e pagamentos nos seus principais agregados de 2011 a 2014.

Quadro nº12- Recebimentos, Pagamentos e Saldos Orçamentais (unidade monetária : Euros)

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (VERTENTE CAIXA) (Unid. Monetário:Euros)	2011	2012	2013	2014
RECEITAS				
Receitas Correntes	11.853.948,00	10.522.439,07	12.726.223,74	12.741.855,63
Receitas de Capital	5.510.908,00	7.846.984,88	5.464.039,71	1.240.513,76
Reposições Abatidas nos Pagamentos	83.455,00	12.502,31	155.876,64	13.170,20
Saldo da Gerência Anterior	225.239,00	286.263,86	1.090.463,60	3.414.481,24
Total Recebimentos (Ano)	17.448.311,00	18.381.926,26	18.346.140,09	13.995.539,59
Total Recebimentos	17.673.550,00	18.668.190,12	19.436.603,69	17.410.020,83
DESPEASAS				
Despesas Correntes	10.286.080,68	9.209.360,72	10.085.243,40	8.820.699,93
Despesas de Capital	7.101.205,46	8.368.366,76	5.936.879,05	4.555.650,22
Total Pagamentos	17.387.286,14	17.577.727,48	16.022.122,45	13.376.350,15
SALDOS ORÇAMENTAIS				
Saldo Corrente (Receitas Correntes + Despesas Correntes)	1.567.867,32	1.313.078,35	2.640.980,34	3.921.155,70
Saldo de Capital (Receitas de Capital + Despesas de Capital)	- 1.590.297,46	- 521.381,88	- 472.839,34	- 3.315.136,46
Saldo do Exercício (Saldo Corrente+Saldo de Capital+ Reposições não Abatidas nos Pag.tos)	61.024,86	804.198,78	2.324.017,64	619.189,44
Encargos Não Pagos*	2.609.374,80	840.256,88	301.910,93	239.774,08
Encargos transitados de anos anteriores	2.081.943,40	2.609.374,80	840.256,88	301.910,93
Saldo Real do Exercício (Saldo do exercício - Encargos não Pagos + Encargos transitados de exercícios anteriores)	- 466.406,54	2.573.316,70	2.862.363,59	681.326,29
Saldo Orçamental da Gerência (Saldo Inicial da Gerência/Saldo a Gerência anterior +Saldo do Exercício)	286.263,86	1.090.462,64	3.414.481,24	4.033.670,68

* corresponde à diferença entre o valor faturado e o valor pago - Posição do Orçamento da Despesa

Da análise do quadro nº12, verificamos que ao longo do último quadriénio, o Município de Estarreja, tem registado saldos de tesouraria positivos e que se avolumam de exercício em exercício económico, sendo de destacar o saldo da gerência 2014, o qual transitou para o exercício seguinte (ano 2015) no valor de 4.033.670,68€, significando um acréscimo de poupança em relação ao saldo de gerência de 2013 no valor de 619.189,44€ (18,1%).

O indicador Saldo Real do Exercício incorpora encargos não pagos no exercício, sendo que este saldo tem conhecido uma trajetória um pouco diferente do saldo de gerência, dada a dívida a transitar para o ano seguinte e a dívida transitada de anos anteriores. O saldo real do exercício foi negativo no ano 2011, mas retomou saldos positivos nos anos seguintes, sendo que o saldo do exercício de 2014 foi de 681.316,29€.

► Evolução dos Fluxos Monetários (operações orçamentais)

A análise que se segue pretende avaliar as fontes de financiamento e a evolução da variação de ativos numa ótica orçamental que, durante os últimos quatro anos, tiveram reflexos no saldo final da conta de gerência. O objetivo é relacionar a evolução das despesas e receitas efetivas e confrontá-las com o desenvolvimento quer do saldo corrente do exercício (receita corrente – despesa corrente), quer do de capital (receita de capital – despesas de capital), aferindo em que medida contribuem para financiar a gerência do exercício seguinte.

Da análise do Quadro nº13, é possível aferir que nos últimos quatro exercícios o município obteve montantes de receita corrente muito superiores às despesas correntes pagas, permitindo sucessivas poupanças correntes brutas entre os 1,3M€ e os 2,6M€.

Quadro nº 13 – Evolução dos Fluxos Financeiros

(unidade monetária : Euros)

	2011			2012			2013			2014		
	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença	Receita Cobrada	Despesa Paga	Diferença
Saldo da Gerência Anterior	225.240,35		225.240,35	286.264,82		286.264,82	1.090.463,60		1.090.463,60	3.414.481,24		3.414.481,24
Corrente	11.853.947,35	10.286.081,11	1.567.866,24	10.522.439,07	9.209.360,72	1.313.078,35	12.726.223,74	10.085.243,40	2.640.980,34	12.741.855,63	8.820.699,93	3.921.155,70
Capital	5.510.908,60	7.101.205,46	-1.590.296,86	7.846.984,88	8.368.366,76	-521.381,88	5.464.039,71	5.936.879,05	-472.839,34	1.240.513,76	4.555.650,22	-3.315.136,46
Outras	83.455,09		83.455,09	12.502,31		12.502,31	155.876,64		155.876,64	13.170,20		13.170,20
TOTAL	17.673.551,39	17.387.286,57	286.264,82	18.668.191,08	17.577.727,48	1.090.463,60	19.436.603,69	16.022.122,45	3.414.481,24	17.410.020,83	13.376.350,15	4.033.670,68

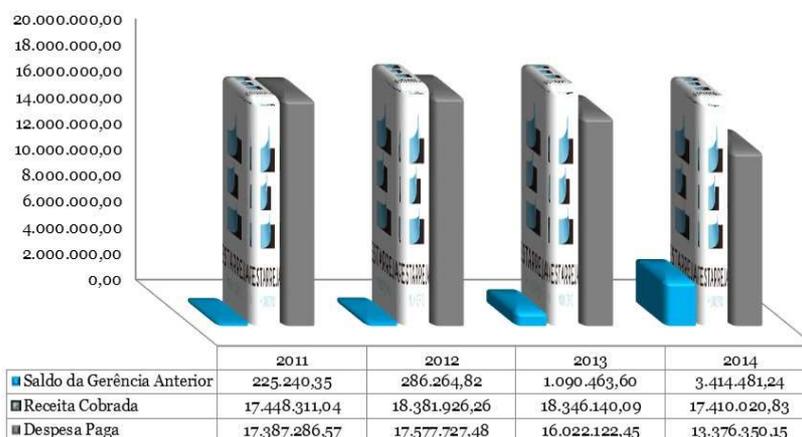
Em 2014, a receita corrente cobrada ascendeu a 12.741.855,63€ e a despesa paga situou-se nos 8.820.699,93€, refletindo uma considerável poupança corrente bruta de 3.921.155,70€, constituindo esta, uma das principais fontes de financiamento do investimento.

Comportamento inverso é assegurado pelas rubricas de natureza de capital, uma vez que a receita cobrada é sempre inferior á despesa paga, apresentando-se sempre com variações negativas que só serão combatidas recorrendo à poupança corrente realizada no exercício e ao saldo da gerência anterior.

Neste exercício, o total da receita cobrada bruta atingiu 17.410.020,83 € e a despesa total paga 13.376.350,15 € gerando um **saldo para a gerência seguinte** de 4.033.670,68 €, superior ao transitado da gerência de 2013, resultado sobremaneira influenciado pelas implicações financeiras decorrentes da entrada em vigor da LCPA.

O próximo gráfico ilustra a evolução destes fluxos nos últimos quatro anos:

Gráfico nº 11- Evolução dos Fluxos Financeiros



► Equilíbrio Orçamental

A poupança corrente cifrou-se em 3.921.155,70€ traduzida no rácio financeiro de expressão da atividade municipal Receitas Correntes/Despesas Correntes, que regista o resultado de 144%, apresentando-se garantido o princípio do equilíbrio orçamental (vidé al. e) do ponto 3.1.1 do POCAL), segundo o qual “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”.

De referir, que o Orçamento do Município de Estarreja cumpria este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

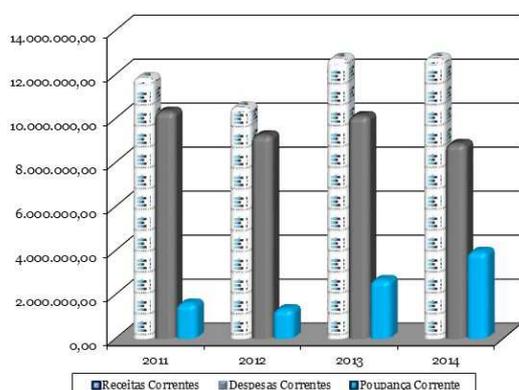
O Orçamento do Município de Estarreja previa uma poupança corrente bruta de 1.603.875,76€. A poupança corrente executada foi de 3.921.155,70€, superior em 2.317.279,94€ relativamente ao previsto.

Quadro nº 14 – Evolução Poupança Corrente Prevista/Executada

(unidade monetária : Euros)

	2011	Variação	2012	Variação	2013	Variação	2014	Variação
Receita Corrente Prevista	11.893.188,00	-3,49%	11.978.311,00	0,72%	12.368.905,00	3,26%	12.750.235,00	3,08%
Despesa Corrente Prevista	11.864.667,00	-15,01%	11.118.119,95	-6,29%	11.278.287,12	1,44%	11.146.359,24	-1,17%
Poupança Corrente Prevista	28.521,00	98,26%	860.191,05	3115,99%	1.090.617,88	26,79%	1.603.875,76	47,06%
Receita Corrente Executada	11.853.947,35	3,48%	10.522.439,07	-11,23%	12.726.223,74	20,94%	12.741.855,63	0,12%
Despesa Corrente Executada	10.286.081,11	-19,66%	9.209.360,72	-10,47%	10.085.243,40	9,51%	8.820.699,93	-12,54%
Poupança Corrente Executada	1.567.866,24	-16,33%	1.313.078,35	183,75%	2.640.980,34	101,13%	3.921.155,70	48,47%
Variação Prevista/Executada	1.539.345,24		452.887,30		1.550.362,46		2.317.279,94	
% Variação			52,6%		142,2%		144,5%	

Gráficos nº 12 e 13 – Evolução da Poupança Corrente



A evolução da poupança corrente do exercício ao longo do último quadriénio permite verificar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e amortização da dívida.

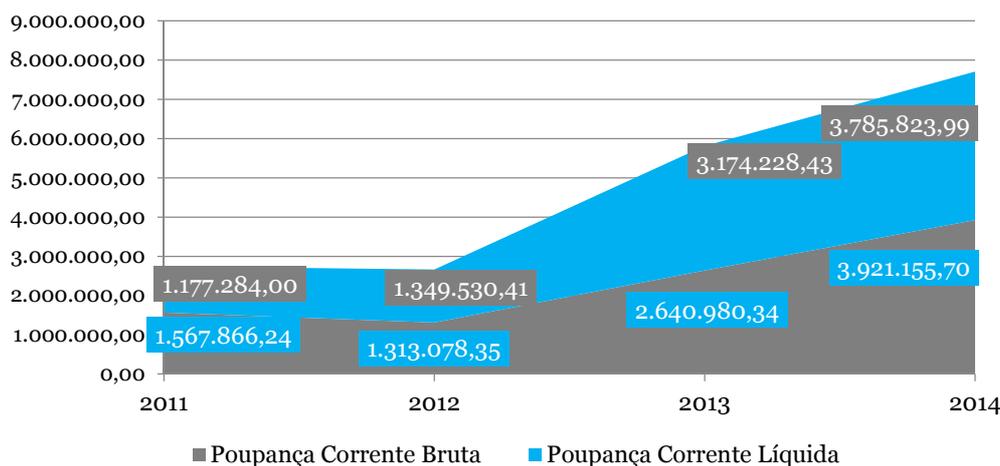
A poupança corrente acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como a receita corrente liquidada e não cobrada no exercício, permite-nos obter uma poupança corrente do exercício que, em 2014, é de 3.785.823,99€.

Quadro nº 15 – Poupança Líquida Corrente

(unidade monetária : Euros)

Designação	2010	2011	2012	2013	2014
Receita Corrente Executada	11.455.286,88	11.853.947,35	10.522.439,07	12.726.223,74	12.741.855,63
Despesa Corrente Executada	12.803.101,64	10.286.081,11	9.209.360,72	10.085.243,40	8.820.699,93
Poupança Corrente Executada	-1.347.814,76	1.567.866,24	1.313.078,35	2.640.980,34	3.921.155,70
Dívida Corrente Transitada da Gerência anterior	975.458,69	543.691,71	370.888,44	517.802,36	174.358,29
Dívida Corrente Transitada para Gerência seguinte	543.691,71	370.888,44	517.802,36	174.358,29	234.400,69
Receita Corrente Liquidada e não cobrada da gerência anterior	645.325,87	1.339.281,72	775.896,21	959.262,19	1.149.066,21
Receita Corrente Liquidada e não cobrada para a gerência seguinte	1.339.281,72	775.896,21	959.262,19	1.149.066,21	1.073.776,90
Poupança Corrente do Exercício	-222.091,93	1.177.284,00	1.349.530,41	3.174.228,43	3.785.823,99

De assinalar que no cálculo da poupança líquida apenas foram consideradas as receitas correntes liquidadas e não cobradas no próprio exercício, pelo que tais receitas estão deduzidas do montante transitado da gerência anterior.

Gráficos nº 14 – Evolução da Poupança Líquida Corrente

EQUILIBRIO ORÇAMENTAL Á LUZ DO NOVO RFALEI

Com a publicação e vigência do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI) - Lei n.º 73/2013, de 3/set, a regra do Equilíbrio Orçamental conheceu uma alteração, sendo que no seu art. 40º (RFALEI), sob a epígrafe “ *Equilíbrio orçamental* “, prevê-se o seguinte:

“ 1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.”

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo. “

Esta norma, embora de aplicação *ex-ante*, foi seguida na execução desenvolvida ao longo do ano (equilíbrio *ex-post*), permitindo a formação de poupança corrente com vista à sua aplicação na despesa de investimento.

Quadro nº 16 – Equilíbrio orçamental – art.40º RFALEI

	2014
Receita Corrente Prevista	12.750.235,00
Despesa Corrente Prevista	11.146.359,24
Amortizações de Empréstimos M/L prazo	1.050.000,00
Poupança Corrente Prevista	553.875,76
Receita Corrente Executada	12.741.855,63
Despesa Corrente Executada	8.820.699,93
Amortizações de Empréstimos M/L prazo	1.183.836,96
Poupança Corrente Executada	2.737.318,74
Variação Prevista/Executada	2.183.442,98

O Município de Estarreja cumpriu na íntegra a regra prevista no art.º. 40º, n.º 2, do RFALEI, apresentando um desvio positivo (poupança) de 2.737.318,74€.

► **Equilíbrio Orçamento em sentido substancial**

O **Princípio do Equilíbrio em Sentido Substancial** pode ser analisado numa ótica de *Execução Autónoma do Ano*, em que se avalia a taxa de cobertura das despesas orçamentais realizadas e pagas no ano pelas receitas disponíveis do ano ou, pode ser analisado numa ótica de *Execução Global* através da taxa de cobertura das despesas orçamentais totais (pagas e a transitar para o ano seguinte) pelas receitas disponíveis no ano.

Neste pressuposto, apresenta-se o Quadro 17 que pretende demonstrar o grau de execução daquele Princípio.

Quadro nº 17 – Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial

(unidade monetária : Euros)

CONTROLO DO EQUILIBRIO ORÇAMENTAL EM SENTIDO SUBSTANCIAL				
	2011	2012	2013	2014
Receita Cobrada	17 448 310	18 381 926	18 346 140	13 995 540
Corrente	11 853 947	10 522 439	12 726 224	12 741 856
Capital	5 510 908	7 846 985	5 464 040	1 240 514
Outras Receitas	83 455	12 502	155 877	13 170
Despesa Paga	17 387 286	17 577 726	16 022 122	13 376 350
Corrente	10 286 081	9 209 361	10 085 243	8 820 700
Capital	7 101 205	8 368 366	5 936 879	4 555 650
Saldo Transitado de Operações Orçamentais	225 239	286 264	1 090 464	3 414 481
Divida Transitada (Outras dividas a 3ºs de Curto Prazo)- Balancete de terceiros				
Da Gerência Anterior	4 477 349	4 654 780	2 761 850	1 745 566
Para a Gerência Seguinte	4 654 780	2 761 850	1 745 566	1 857 725
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Autónoma do ano)	99,34%	117,20%	122,26%	103,76%
Equilíbrio Orçamental Substancial (Execução Global do ano)	80,18%	91,78%	109,39%	114,28%

Da análise do Quadro nº15, é possível concluir que no ano 2014 o Princípio do Equilíbrio Orçamental em Sentido Substancial **foi integralmente cumprido**, quer no que toca à execução autónoma do ano (103,76%) quer no que toca à execução global do ano (114,28%).

De facto, importa anotar a evolução positiva verificada nos últimos anos, em especial o comportamento decrescente da dívida transitada que tem reduzido e que influencia o comportamento dos rácios do equilíbrio orçamental em sentido substancial.

4.1.4. Movimentos de Tesouraria

Na sequência do instituído no ponto 7.6 do POCAL, o movimento das cauções quando em dinheiro está inserido no “Mapa de Fluxos de Caixa” por estas serem objeto de tratamento contabilístico no sistema de contabilidade patrimonial, e estarem devidamente refletidas no saldo das dotações não orçamentais, bem como na conta de disponibilidades constante do balanço da autarquia.

Atendendo ao exposto, no “Mapa das Contas de Ordem” só estão refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma análoga titulada por um documento.

➤ Fluxos de Caixa

O mapa de fluxos de caixa reflete os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício estando associados à execução do orçamento e às demais operações não orçamentais (operações de tesouraria e cauções em dinheiro), neste documento são demonstrados, os respetivos saldos, da gerência anterior e para a gerência seguinte, desagregados de acordo com a sua origem.

As operações de tesouraria (incluindo cauções em dinheiro) são operações de entrada e saída de fundos sem implicações orçamentais que os serviços autárquicos efetuam para terceiros, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

O Quadro 16 apresenta, de forma resumida, todos os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos no exercício de 2014.

Quadro nº 18 – Mapa Fluxos de Caixa - RESUMO

(unidade monetária : Euros)

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		3.577.441,59	DESPESAS ORÇAMENTAIS		13.376.350,15
Da Conta de Execução Orçamental	3.414.481,24		Correntes	8.820.699,93	
Da Conta de Operações Tesouraria	162.960,35		Capital	4.555.650,22	
RECEITAS ORÇAMENTAIS		13.995.539,59	OPERAÇÕES DE TESOURARIA		972.496,86
Correntes	12.741.855,63				
Capital	1.240.513,76		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		4.292.036,49
Outras	13.170,20		Da Conta Execução Orçamental	4.033.670,68	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		1.067.902,32	Da Conta Oper. Tesouraria	258.365,81	
TOTAL		18.640.883,50	TOTAL		18.640.883,50
		=====			=====

Da avaliação dos movimentos financeiros ocorridos na gerência de 2014 pode-se concluir que:

- ♦ as entradas de fundos ascenderam a 15.063.441,91€, sendo 13.995.539,59€ provenientes de receitas orçamentais e 1.067.902,32 € a operações de tesouraria (dotações não orçamentais)..
- ♦ Por sua vez, as saídas de fundos somaram 14.348.847,01€, dos quais 13.376.350,15€ resultam de despesas orçamentais (correntes e de capital) e o remanescente de despesas não orçamentais: 972.496,86€ procedentes de operações de tesouraria.

- ✦ Deste balanceamento entre entradas e saídas de fundos e o saldo transitado do ano anterior resulta como saldo final da gerência do ano de 2014, um total de 4.292.036,49€, sendo 4.033.670,68 € decorrentes da execução orçamental, 258.365,81€ de operações de tesouraria.

Quadro nº19- Resumo Fluxos de Caixa

(unidade monetária : Euros)

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	TOTAL
(1) Saldo Transitado de 2013	3.414.481,24	162.960,35	3.577.441,59
(2) Receitas Arrecadadas	13.995.539,59	1.067.902,32	15.063.441,91
(3) Despesas Pagas	13.376.350,15	972.496,86	14.348.847,01
Saldo Transitar para 2015 (1)+(2)-(3)	4.033.670,68	258.365,81	4.292.036,49

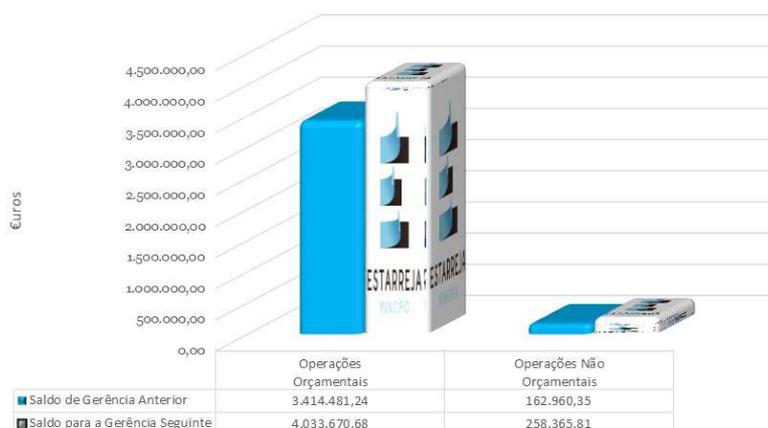
Da análise dos movimentos financeiros ocorridos no ano 2014 verifica-se que a despesa global paga foi inferior à receita global cobrada em 714.594,90€. No entanto, se a este valor se acrescentar o saldo inicial de 3.577.441,59€, obtemos o saldo final da gerência a transitar para o exercício económico seguinte no valor global de 4.292.036,49€.

Conclui-se pois, que o valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permite obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

Este saldo final da gerência do ano 2014 do Mapa de Fluxos de Caixa corresponde ao valor das disponibilidades em balanço, o qual totaliza 4.292.036,49€, dos quais 4.033.670,68€ respeita a saldo de gerência decorrente da execução orçamental e 258.365,81€ a saldo de operações de tesouraria (operações extra-orçamentais).

O saldo orçamental positivo de €4.033.670,68€ corresponde a 23,2% da receita orçamental total.

Gráficos nº 15 – Comparação entre o saldo da Gerência Anterior e o Saldo de Gerência seguinte no Resumo de Fluxos de Caixa



No âmbito das **Operações Não Orçamentais**, as operações de tesouraria são as cobranças que os serviços do Município da Estarreja realizaram para entidades terceiras (ex: ADSE, CGA, IGFSS, AT, Sindicatos, ATAM, ATAL, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e outros) ou seja, são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial, e as cauções em

dinheiro resultam de operações que não produzem alterações no património da entidade, mas representam possibilidade de futuras alterações.

Da análise dos dados do Quadro nº20, verifica-se que no exercício de 2014 os fluxos financeiros de entradas em cofre e destinados a outras entidades situaram-se nos 1.067.902,32€ €, enquanto os movimentos de saída perfizeram o montante de 972.496,86 €. A maior parte destes movimentos são de natureza fiscal destinados a ser entregues ao Estado, designadamente em matéria de retenção de impostos sobre rendimento e contribuições para a Segurança Social, assim, o tempo que permanecem nos cofres da autarquia é reduzido uma vez cumpridos os prazos de entrega legalmente impostos.

As cauções em dinheiro assumem uma maior importância no total das operações não orçamentais, consequência dos saldos que transitaram de gerências anteriores.

Quadro nº 20 – Mapa de Operações de Tesouraria (Dotações Não Orçamentais) –RESUMO

(unidade monetária: Euros)

DESIGNAÇÃO DAS CONTAS	Saldo da Gerência Anterior		Movimento Anual		Saldo para a Gerência Seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
21 CLIENTES/CONTRIBUINTES/UTENTES		32.123,56	0,00	0,00		32.123,56
21.7 Clientes e Utentes C/ Cauções		32.123,56	0,00	0,00		32.123,56
21.7.1 Cauções de água		31.664,41	0,00	0,00		31.664,41
21.7.2 Preparos para processos licenciamento sanitários		459,15	0,00	0,00		459,15
24 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		61.281,22	899.862,00	900.347,08		61.766,30
24.2 Retenção de impostos sobre rendimentos		34.867,12	464.127,04	465.340,39		36.080,47
24.2.1 Trabalho dependente		30.148,00	402.789,00	402.098,00		29.457,00
24.2.2 Rendimentos Profissionais		2.774,12	33.629,04	35.493,39		4.638,47
24.2.5 IRS - Pensões		0,00	2.334,00	2.549,00		215,00
24.2.6 IRS - Sobretaxa Extraordinária		1.945,00	25.375,00	25.200,00		1.770,00
24.4 Restantes impostos		35,55	615,23	599,38		19,70
24.4.1 Imposto de selo		35,55	615,23	599,38		19,70
24.5 Contribuições para a Segurança Social		24.814,16	402.168,75	401.464,41		24.109,82
24.5.1 Caixa Geral de Aposentações		20.206,65	254.712,72	253.777,99		19.271,92
24.5.2 Segurança Social		4.607,51	62.824,64	63.055,03		4.837,90
24.5.3 Assistência na doença dos funcionários públicos		0,00	84.631,39	84.631,39		0,00
24.9 Outras Contribuições		1.564,39	32.950,98	32.942,90		1.556,31
24.9.1 Multas e Coimas		0,00	1.260,00	1.260,00		0,00
24.9.9 Outras		1.564,39	31.690,98	31.682,90		1.556,31
26 OUTROS DEVEDORES E CREDITORES		69.555,57	72.634,86	167.555,24		164.475,95
26.1 Fornecedores de Imobilizado		27.373,29	0,00	0,00		27.373,29
26.1.2 Fornecedores de Imobilizado c/ garantias		27.373,29	0,00	0,00		27.373,29
26.2 Pessoal		14.249,88	0,00	2.121,54		16.371,42
26.2.9 Outras operações com o pessoal		14.249,88	0,00	2.121,54		16.371,42
26.3 Sindicatos		531,97	6.201,93	6.196,69		526,73
26.8 Devedores e Creditores diversos		27.400,43	66.432,93	159.237,01		120.204,51
26.8.7 Devedores e Creditores Diversos - OT		27.400,43	66.432,93	159.237,01		120.204,51
26.8.8 Devedores e Creditores Diversos - Outros		0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL		162.960,35	972.496,86	1.067.902,32		258.365,81

Apesar da sua natureza não orçamental, estes fluxos de entrada e a saída de fundos, tal como nas operações de carácter orçamental, são sempre documentados, respetivamente por guia de recebimento e ordem de pagamento.

➤ **Contas de Ordem**

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, anotando-se, contudo, que apenas se faz referência à movimentação de garantias e cauções tituladas por papel, uma vez que as garantias prestadas em numerário, estão vertidas no mapa de operações não orçamentais anteriormente referido, por terem dado origem a registos na contabilidade patrimonial.

O Quadro nº21 reflete os movimentos ocorridos nas contas de ordem, durante o ano em análise.

Quadro nº 21 – Resumo das Contas de Ordem

(Unidade: Euros)

RECEBIMENTOS / ENTRADA DE FUNDOS			PAGAMENTOS / SAÍDA DE FUNDOS		
Saldo da Gerência Anterior		3.796.075,69	Garantias e Cauções Accionadas		0,00
Garantias e cauções	3.254.445,58		Garantias e Cauções Devolvidas		1.353.203,11
Recibos para cobrança	541.630,11		Receita Virtual Cobrada	99.586,98	
Garantias e Cauções Prestadas		237.555,71	Receita Virtual Anulada	845,72	100.432,70
Receita Virtual Liquidada		132,89	Saldo para a Gerência Seguinte		2.580.128,48
			Garantias e Cauções	2.138.798,18	
			Recibos para cobrança	441.330,30	
TOTAL		4.033.764,29	TOTAL		4.033.764,29

No início do ano de 2014, a autarquia detinha cerca de 541.630,11€ recibos de cobrança (receita virtual), a que cresceu durante o ano o montante de 132,89€. No entanto, 99.586,98€ foram transformados em receita efetiva e foram anulados 845,72€, pelo que transitam para 2015 um valor de débitos ao tesoureiro que totaliza o montante de 441.330,30€.

Por outro lado, para 2015 transita um valor de fundos caucionados na ordem dos €2.138.798,18€ resultante de um saldo inicial de €3.254.445,58, a que deduziram da libertação de cauções em €1.353.203,11, tendo sido prestadas no ano 2014, 237.555,77€ de cauções.

4.2. ANÁLISE DA RECEITA.

4.2.1. Execução Orçamental da Receita

A análise da execução do orçamento da receita revela uma significativa diminuição dos valores absolutos arrecadados em 2014, em contraponto com o verificado nos dois últimos exercícios. Esse decréscimo redundou numa receita de €17.410.020,83, que equivale a uma taxa de execução do orçamento da receita de 87,34 p.p..

Quadro nº 22– Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução

(unidade monetária: Euros)

ORÇAMENTO DA RECEITA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Orçamento	30 470 257,93	33 748 806,00	31 005 976,00	26 755 740,00	24 263 263,86	20 918 854,60	19 934 481,24
Execução	21 358 492,00	22 593 192,00	22 430 658,00	17 673 550,00	18 668 190,12	19 436 603,69	17 410 020,83
%	70,10%	66,95%	72,34%	66,06%	76,94%	92,91%	87,34%

Gráfico nº 16- Evolução do Orçamento da Receita e sua Execução

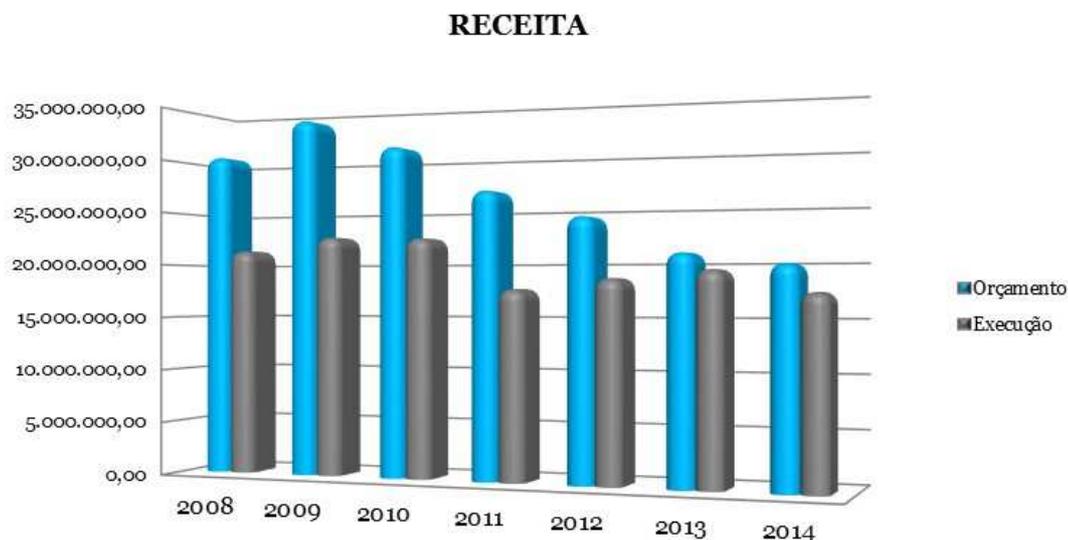
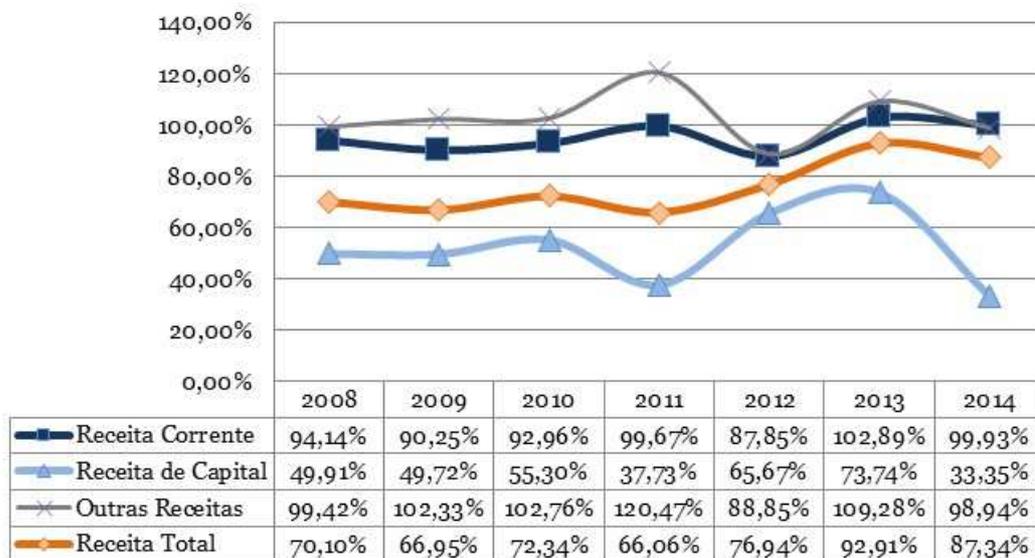


Gráfico nº 17- Evolução das Taxas de Execução da Receita



Quadro nº23 - Execução das Receitas

(unidade monetária : €uros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução (c)	Desvio		
	Inicial (a)	Final (b)		Valor (c)-(b)	Exec % (c)/(a)	Exec % (c)/(b)
Receitas Correntes	13.045.235,00	12.750.235,00	12.741.855,63	-8.379,37	97,67%	99,93%
Impostos Directos	3.866.800,00	3.566.800,00	4.055.694,45	488.894,45	104,89%	113,71%
Im posto municipal sobre Imóveis	2.400.000,00	2.100.000,00	2.772.476,59	672.476,59	115,52%	132,02%
Im posto Único de Circulação	536.500,00	536.500,00	559.782,27	23.282,27	104,34%	104,34%
Im posto municipal s/ transmissões onerosas	308.500,00	308.500,00	268.504,98	-39.995,02	87,04%	87,04%
Derrama	620.300,00	620.300,00	454.930,61	-165.369,39	73,34%	73,34%
Im postos abolidos	1.000,00	1.000,00	0,00	-1.000,00	0,00%	0,00%
Im postos Directos Diversos	500,00	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00%
Impostos Indirectos	566.500,00	566.500,00	560.752,00	-5.748,00	98,99%	98,99%
Taxas, Multas e Outras Penal.	182.095,00	187.095,00	118.675,15	-68.419,85	65,17%	63,43%
Rendimentos de Propriedade	714.800,00	714.800,00	536.283,23	-178.516,77	75,03%	75,03%
Transferências Correntes	6.647.240,00	6.647.240,00	6.510.850,02	-136.389,98	97,95%	97,95%
Venda de Bens e Serviços Correntes	923.800,00	923.800,00	894.584,77	-29.215,23	96,84%	96,84%
Outras Receitas Correntes	144.000,00	144.000,00	65.016,01	-78.983,99	45,15%	45,15%
Receitas de Capital	4.404.765,00	3.719.765,00	1.240.513,76	-2.479.251,24	33,35%	33,35%
Venda de Bens de Investimento	321.500,00	321.500,00	337.069,50	15.569,50	104,84%	104,84%
Transferências de Capital	2.710.452,00	2.025.452,00	903.444,26	-1.122.007,74	33,33%	44,60%
Passivos Financeiros	1.243.188,00	1.243.188,00	0,00	-1.243.188,00	0,00%	0,00%
Em p. Contraídos a M/L Prazo	1.243.188,00	1.243.188,00	0,00	-1.243.188,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	129.625,00	129.625,00	0,00	-129.625,00	0,00%	0,00%
Outras Receitas	50.000,00	50.000,00	13.170,20	-36.829,80	26,34%	26,34%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50.000,00	50.000,00	13.170,20	-36.829,80	26,34%	26,34%
Saldo da Gerência Anterior		3.414.481,24	3.414.481,24	0,00		100,00%
Na Posse do Serviço.		3.414.481,24	3.414.481,24	0,00		100,00%
Total da receita	17.500.000,00	19.934.481,24	17.410.020,83	-2.524.460,41	99,49%	87,34%

Com base no quadro nº23, comparando o valor orçado das Receitas Totais (19.934.481,24€), com o efetivamente arrecadado (17.410.020,83€) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das receitas de 87,34 %, ou seja, o valor da cobrança efetiva foi inferior ao previsto em € 2.524.460,41.

Relativamente às Receitas Correntes, verificou-se que o valor da totalidade das receitas efetivamente cobradas, é praticamente idêntico ao valor das orçadas, correspondendo a uma taxa de execução do orçamento das receitas correntes de 99,93%, com um desvio de apenas 8.379,37€.

Para esta taxa de execução da receita corrente, destaque para o desempenho dos Impostos Indiretos (+57,84 p.p.), do IMI (+15,16 p.p.), das Taxas, Multas e Outras Penalidades (+15,49 p.p.). Das rubricas que tiveram um desempenho desfavorável, destaque para a Derrama (-42,55 p.p.), os Rendimentos de Propriedade (-38,68 p.p.) e o Imposto Municipal sobre Transmissões (-12,74 p.p.).

No geral as Receitas de Capital cobradas foram inferiores às orçamentadas, em 2.479.251,24€, correspondendo a uma taxa de execução de 33,35%.

O detalhe das receitas de capital, mostra o fraco desempenho face às previsões das Transferências de Capital (-74,46 p.p.) e Passivos Financeiros (-100,00 p.p.). Estas duas situações estão diretamente relacionadas com o atraso verificado no encerramento das candidaturas financiadas pelo QREN e correspondente retenção dos saldos finais, bem como

pela não utilização do montante ainda disponível para aplicar, no âmbito do empréstimo contratado para financiar diversos projetos previstos no PPI 2012. Por outro lado, verificou-se uma inversão da tendência da Venda de Bens de Investimento (+634,21 p.p.), representando um aumento de 291.160,50€ relativamente a 2013.

No que se refere às Outras Receitas, verificou-se que as receitas cobradas foram inferiores às orçadas, em 36.829,80€, correspondendo a uma taxa de execução de 26,34%.

4.2.2. Estrutura e Evolução da Receita

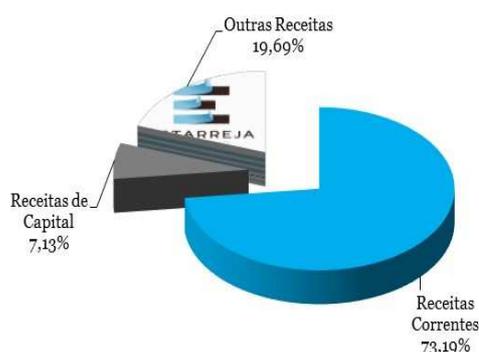
Com base nos valores descritos no quadro nº24 e atendendo à estrutura primária das receitas, verifica-se que no exercício económico de 2014, o Município de Estarreja arrecadou 12.741.855,63€ de Receitas Correntes, 1.240.513,76€ de Receitas de Capital e 3.427.651,44 € de Outras Receitas, perfazendo um total de 17.410.020,83€ de Receitas Municipais. Relativamente ao ano anterior, verifica-se um decréscimo de receitas arrecadadas de 10,43%.

Quadro nº 24- Evolução da Receita (2013/2014)

(unidade monetária : Euros)

	2013	2014	%	Desvio	Tx Cresc.
Receitas Correntes	12 726 223,74	12 741 855,63	73,19%	15 631,89	0,12%
Receitas de Capital	5 464 039,71	1 240 513,76	7,13%	-4 223 525,95	-77,30%
Outras Receitas	1 246 340,24	3 427 651,44	19,69%	2 181 311,20	175,02%
Receitas Totais	19 436 603,69	17 410 020,83	100,00%	-2 026 582,86	-10,43%

Gráfico nº 18- Estrutura Interna das Receitas 2014



Constata-se que 73,19% das Receitas Totais são relativas a Receitas de natureza corrente, as Receitas de Capital representam 7,13%, enquanto as Outras Receitas correspondem a 19,69% das Receitas Totais arrecadadas pelo município no ano de 2014.

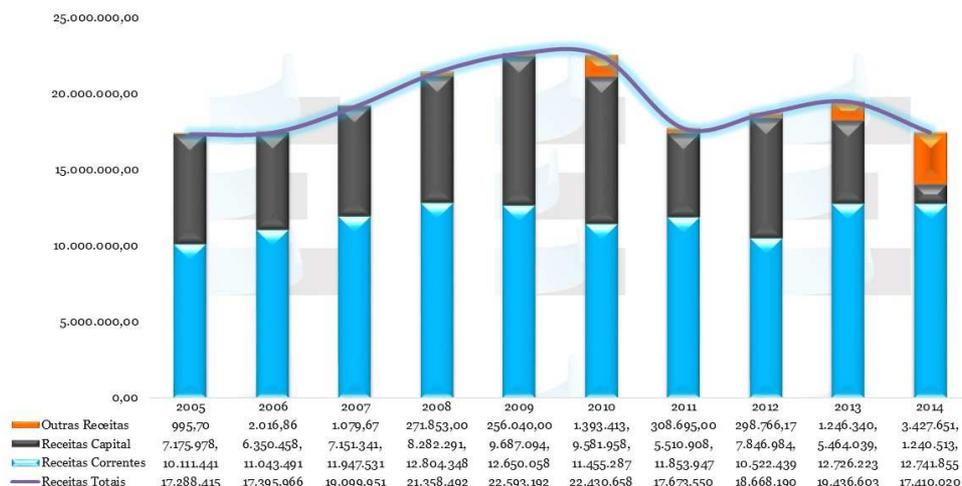
Comparativamente com o ano 2013 verifica-se que as Receitas de Capital diminuíram cerca de 77,30%, tendo as

Receitas Correntes registado um aumento muito ligeiro de 0,12%. Quanto às Outras Receitas, podemos confirmar que as mesmas cresceram 175,02%, justificado especialmente pela incorporação do saldo de gerência anterior que registou um enorme aumento.

Verifica-se até 2009 um crescimento da receita total do Município de Estarreja, com uma ligeira diminuição em 2010 e o agravamento desta queda em 2011. No entanto, durante os anos de 2012 e 2013 esta tendência foi corrigida, tendo-se conseguido registar um novo aumento das receitas. Porém estes bons indícios de recuperação foram interrompidos durante 2014, verificando-se uma nova descida, com o regresso a um valor próximo do arrecadado em 2011.

Importa referir que em 2014 as autarquias locais continuaram a sentir os efeitos dos Planos de Estabilidade e Crescimento tendo este Município sido bastante penalizado, apesar de ter recebido um valor ligeiramente superior (€184.614,46) de fundos provenientes do Orçamento de Estado, comparativamente a 2013. Mesmo tendo em consideração o aumento verificado (2,83%), quando comparado com o ano de 2009, verifica-se que as transferências de fundos do OE para este Município diminuíram €613.288,54.

Gráfico nº 19 – Evolução das Receitas (2005-2014)



Em termos globais, a taxa de execução das Receitas Totais apresenta um decréscimo de cerca de 5,58 pontos percentuais, relativamente ao verificado no ano anterior. No entanto, se optarmos, por decompor a Receita nos seus principais itens – Receitas Correntes e Receitas de Capital – podemos constatar que o seu desempenho foi parcialmente diferente quando comparada com o ano anterior. Enquanto as receitas correntes apresentaram uma execução ligeiramente inferior à do ano 2013 em 2,95 p.p., as receitas de capital assistiram a um significativo decréscimo da sua execução com uma diminuição de 40,39 p.p., passando de uma taxa de execução de 73,74% em 2013, para 33,35% em 2014.

Quadro nº25 - Execução Homóloga da Receita

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2013				2014				Δ Exec 2013/2014	Tx Cresci.to
	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução	Dotada	Cobrada	Desvio em Valor Absoluto	% de Execução		
Receitas Correntes	12 368 905,00	12 726 223,74	357 318,74	102,89%	12 750 235,00	12 741 855,63	-8 379,37	99,93%	15 631,89	0,12%
Impostos Directos	3 421 250,00	4 120 643,81	699 393,81	120,44%	3 566 800,00	4 055 694,45	488 894,45	113,71%	-64 949,36	-1,58%
Imposto municipal sobre Imóveis	1 850 000,00	2 407 462,86	557 462,86	130,13%	2 100 000,00	2 772 476,59	672 476,59	132,02%	365 013,73	15,16%
Imposto Único Circulação	460 000,00	613 489,57	153 489,57	133,37%	536 500,00	559 782,27	23 282,27	104,34%	-53 707,30	-8,75%
Imposto municipal s/ transmissões onerosas	416 000,00	307 720,17	-108 279,83	73,97%	308 500,00	268 504,98	-39 995,02	87,04%	-39 215,19	-12,74%
Derrama	693 250,00	791 917,27	98 667,27	114,23%	620 300,00	454 930,61	-165 369,39	73,34%	-336 986,66	-42,55%
Impostos abolidos	1 500,00	53,94	-1 446,06	3,60%	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00%	-53,94	-100,00%
Impostos Directos Diversos	500,00	0,00	-500,00	0,00%	500,00	0,00	-500,00	0,00%	0,00	n.a.
Impostos Indirectos	540 450,00	355 267,73	-185 182,27	65,74%	566 500,00	560 752,00	-5 748,00	98,99%	205 484,27	57,84%
Taxas, Multas e Outras Penal.	180 580,00	102 762,33	-77 817,67	56,91%	187 095,00	118 675,15	-68 419,85	63,43%	15 912,82	15,49%
Rendimentos de Propriedade	705 200,00	874 555,86	169 355,86	124,02%	714 800,00	536 283,23	-178 516,77	75,03%	-338 272,63	-38,68%
Transferências Correntes	6 487 025,00	6 271 853,99	-215 171,01	96,68%	6 647 240,00	6 510 850,02	-136 389,98	97,95%	238 996,03	3,81%
Venda de Bens e Serviços Correntes	879 350,00	895 376,00	16 026,00	101,82%	923 800,00	894 584,77	-29 215,23	96,84%	-791,23	-0,09%
Outras Receitas Correntes	155 050,00	105 764,02	-49 285,98	68,21%	144 000,00	65 016,01	-78 983,99	45,15%	-40 748,01	-38,53%
Receitas de Capital	7 409 486,00	5 464 039,71	-2 509 877,29	73,74%	3 719 765,00	1 240 513,76	-2 479 251,24	33,35%	-4 223 525,95	-77,30%
Venda de Bens de Investimento	335 500,00	45 909,00	-289 591,00	13,68%	321 500,00	337 069,50	15 569,50	104,84%	291 160,50	634,21%
Transferências de Capital	4 649 130,00	3 537 032,06	-1 112 097,94	76,08%	2 025 452,00	903 444,26	-1 122 007,74	44,60%	-2 633 587,80	-74,46%
Passivos Financeiros	1 795 660,00	687 471,65	-1 108 188,35	38,29%	1 243 188,00	0,00	-1 243 188,00	0,00%	-687 471,65	-100,00%
Emp. Contraídos a M/L Prazo	1 795 660,00	687 471,65	-1 108 188,35	38,29%	1 243 188,00	0,00	-1 243 188,00	0,00%	-687 471,65	-100,00%
Outras Receitas de Capital	629 196,00	1 193 627,00	564 431,00	189,71%	129 625,00	0,00	-129 625,00	0,00%	-1 193 627,00	-100,00%
Outras Receitas	50 000,00	155 876,64	105 876,64	311,75%	50 000,00	13 170,20	-36 829,80	26,34%	-142 706,44	-91,55%
Reposições Não Abatidas nos Pagam.	50 000,00	155 876,64	105 876,64	311,75%	50 000,00	13 170,20	-36 829,80	26,34%	-142 706,44	-91,55%
Saldo da Gerência Anterior	1 090 463,60	1 090 463,60	0,00	100,00%	3 414 481,24	3 414 481,24	0,00	100,00%	2 324 017,64	213,12%
Total da receita	20 918 854,60	19 436 603,69	-2 046 681,91	92,91%	19 934 481,24	17 410 020,83	-2 524 460,41	87,34%	-2 026 582,86	-10,43%

A decomposição dos agregados da receita, mostra que os **Impostos Directos** registaram uma ligeira descida de 1,58% traduzindo uma diminuição de arrecadação de receita face a 2013 de 64.949,36€, e que são reflexo da enorme quebra registada na Derrama (-42,55 p.p.), mas que foi compensada pelo forte crescimento registado no Imposto Municipal sobre Imóveis (+15,16 p.p.).

No que concerne ao capítulo de **Impostos Indirectos** constata-se um aumento de 57,84 p.p. com relevo para o forte desempenho da rubrica Ocupação de Via Pública (+308,59 p.p.).

O capítulo de **Taxas, Multas e Outras Penalidades**, que traduzem na generalidade as operações com os particulares, conheceu um acréscimo significativo (+15,49 p.p.).

Os **Rendimentos de Propriedade** conheceram uma óbvia quebra (-38,68 p.p.) justificado essencialmente pela quebra na distribuição de dividendos da ADRA, ERSUC e Lusitânia Gás, bem como pela contabilização de apenas 3 trimestres da renda de concessão à EDP.

As **Transferências Correntes** apresentaram um aumento de 3,81 p.p. que resulta essencialmente do acréscimo das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro, com uma variação em termos absolutos no valor de 380.747,54€ (8,53 p.p.).

Relativamente às **Vendas de Bens e Serviços Correntes**, cuja evolução homóloga aponta para um ligeiro decréscimo de 0,09 p.p., reflexo da conjunta de austeridade e restrição inerente á crise financeira que caracteriza a economia nacional e internacional, originando retração no consumo das famílias com efeitos evidentes na venda dos “produtos” e “serviços” prestados pelos município.

Passando para as receitas de capital, começamos pela análise da rubrica de **Venda de Bens de Investimento** que apresenta um desempenho melhor do que o registado no ano anterior, com um aumento significativo de 634,21 p.p., mas com um valor total bastante inferior ao verificado no período de 2007-2011.

O capítulo das **Transferências de Capital** sofreu um decréscimo de 74,46 p.p. por via da menor execução financeira de projetos QREN (originada pelo atraso verificado no encerramento das candidaturas), permitindo arrecadar apenas um valor de 352.378,74€ referente a comparticipação comunitária. Importa também referir que esta diminuição das **Transferências de Capital** resulta também da diminuição das transferências do Fundo de Equilíbrio Financeiro, com uma variação de €577.878,00 (-51,77 p.p.).

A inexistência de receitas arrecadadas na rubrica **Passivos Financeiros** foi uma consequência da opção de não utilizar qualquer verba do montante ainda disponível para aplicar, no âmbito do empréstimo contratado para financiar diversos projetos previstos no PPI 2012.

Pela análise do quadro nº 26, apresentado de seguida, constata-se que os capítulos Transferências Correntes e de Capital, representam a principal força de financiamento do Município com 42,59 p.p., seguido dos Impostos Diretos com 23,30 p.p. e das Venda de Bens e Serviços Correntes com 5,14 p.p..

As Transferências – Correntes e Capital – têm um peso importante na estrutura da Receita, com uma clara vantagem das correntes, mostrando uma certa dependência que a autarquia tem perante os Fundos Municipais (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Direta e Variável no IRS). De salientar que a importância destes Fundos Municipais se revela cada vez maior nas transferências correntes.

Quadro nº 26 - Estrutura da Receita executada em 2014

(unidade monetária : Euros)

Receitas Correntes				Receitas de Capital				Outras Receitas			
Designação	Valor	%/RCor	% TOTAL	Designação	Valor	%/Recap	% TOTAL	Designação	Valor	%/ORec	% TOTAL
Impostos Directos	4 055 694,45	31,83%	23,30%	Venda de Bens de Investimento	337 069,50	27,17%	1,94%	Outras Receitas	3 427 651,44	100,00%	19,69%
Imposto municipal sobre imóveis	2 772 476,59	21,76%	15,92%	Transferências de Capital	903 444,26	72,83%	5,19%	Reposições não abatidas nos pag.	13 170,20	0,38%	0,08%
Imposto Único de Circulação	559 782,27	4,39%	3,22%	F.E.F.	538 452,00	43,41%	3,09%	Saldo da Gêrência Anterior	3 414 481,24	99,62%	19,61%
Imposto m unic s/ transm. onerosas	268 504,98	2,11%	1,54%	Outras	364 992,26	29,42%	2,10%				
Derrama	454 930,61	3,57%	2,61%	Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%				
Impostos abolidos	0,00	0,00%	0,00%	Emp. Contraídos a M/L Prazo	0,00	0,00%	0,00%				
Impostos Directos Diversos	0,00	0,00%	0,00%	Outras Receitas de Capital	0,00	0,00%	0,00%				
Impostos Indirectos	560 752,00	4,40%	3,22%								
Taxas, Multas e Outras Penal.	118 675,15	0,93%	0,68%								
Rendimentos de Propriedade	536 283,23	4,21%	3,08%								
Transferências Correntes	6 510 850,02	51,10%	37,40%								
F.E.F. + F.S.M. + P.F.IRS	5 989 733,54	47,01%	34,40%								
Outras	521 116,48	4,09%	2,99%								
Venda de Bens e Serviços Correntes	894 584,77	7,02%	5,14%								
Venda de Bens	7 289,91	0,06%	0,04%								
Prestações de Serviços	854 213,52	6,70%	4,91%								
Rendas e Alugueres	33 081,34	0,26%	0,19%								
Outras Receitas Correntes	65 016,01	0,51%	0,37%								
Totais de Receitas Correntes	12 741 855,63	100,00%	73,19%	Totais de Receitas de Capital	1 240 513,76	100,00%	7,13%	Totais de Outras Receitas	3 427 651,44	100,00%	19,69%
TOTAL DAS RECEITAS							17 410 020,83				

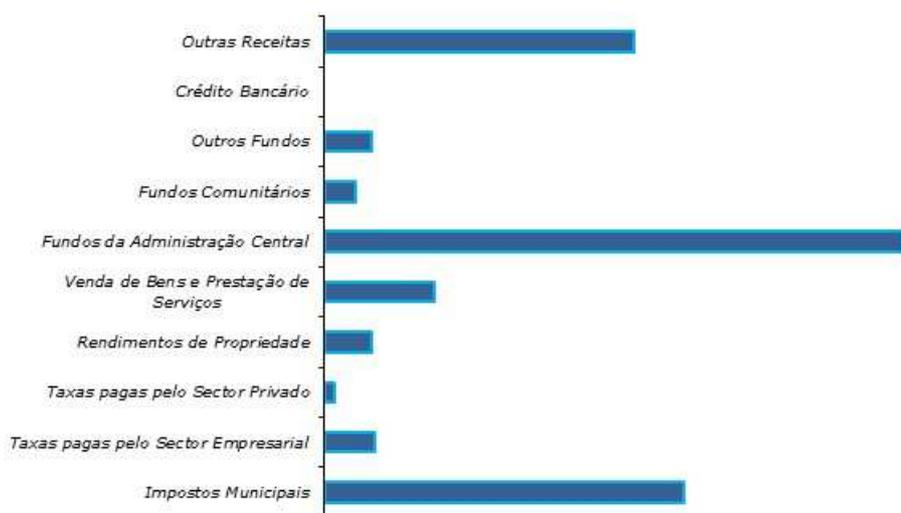
Os fundos oriundos da cobrança de Impostos Diretos, detêm um peso significativo no cômputo geral das receitas angariadas no ano de 2014, representando 31,83% das Receitas Correntes e 23,30% das Receitas Totais.

A repartição das receitas globais angariadas no ano 2014 podem ser vistas de outra forma conforme o descrito no gráfico e quadro apresentado de seguida.

Quadro nº 27 – Repartição das Receitas (unidade monetária : Euros)

Repartição das Receitas	Valor	%
Impostos Municipais	4 055 694,45	23,30%
Taxas pagas pelo Sector Empresarial	560 752,00	3,22%
Taxas pagas pelo Sector Privado	118 675,15	0,68%
Rendimentos de Propriedade	536 283,23	3,08%
Venda de Bens e Prestação de Serviços	1 231 654,27	7,07%
Fundos da Administração Central	6 528 185,54	37,50%
Fundos Comunitários	352 378,74	2,02%
Outros Fundos	533 730,00	3,07%
Crédito Bancário	0,00	0,00%
Outras Receitas	3 492 667,45	20,06%
Total da receita	17 410 020,83	100,00%

Gráfico nº20



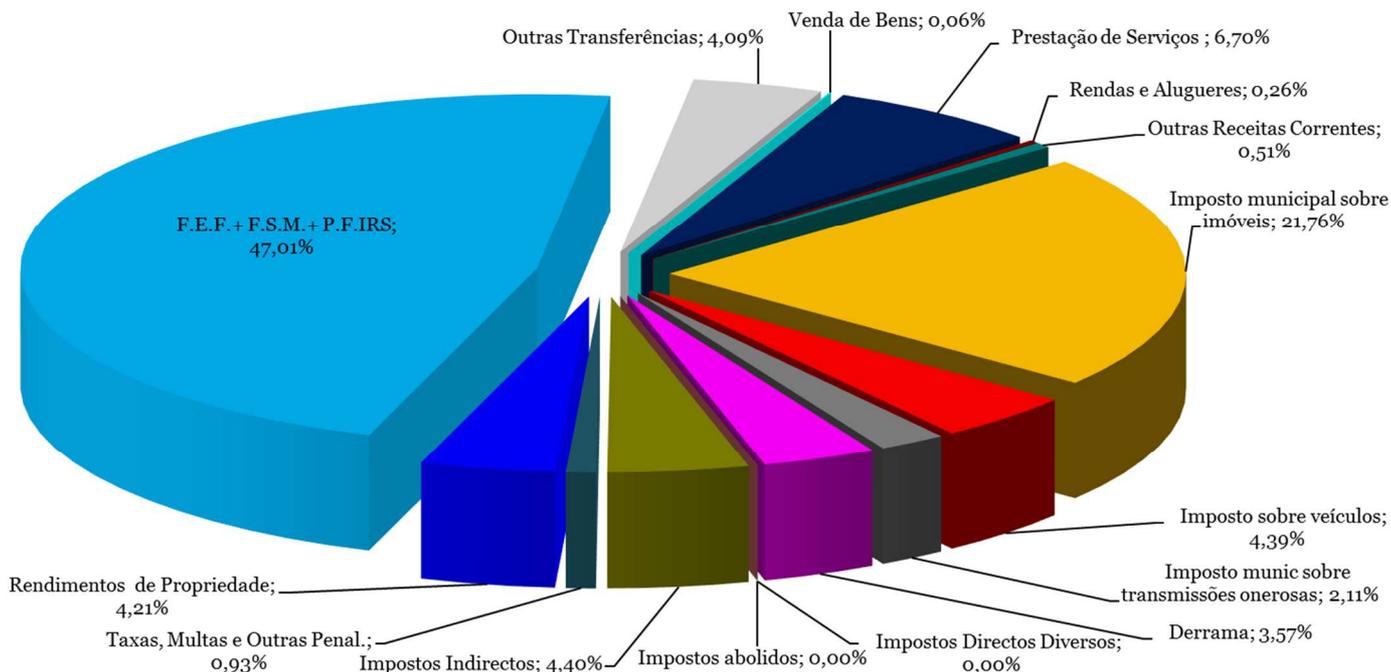
4.2.3. Análise das Receitas Correntes

A repartição das receitas de natureza corrente arrecadas pelo município no ano 2014, encontra-se descrita no gráfico nº 21.

Da análise do gráfico seguinte, destacam-se as receitas provenientes do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Variável no IRS) que constituem 47,01% das Receitas Correntes. De destacar igualmente o somatório dos Impostos Diretos (Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Sobre Veículos, Imposto Municipal de sobre Transmissões Onerosas (IMT) e Derrama), que representam 31,83% das Receitas Correntes.

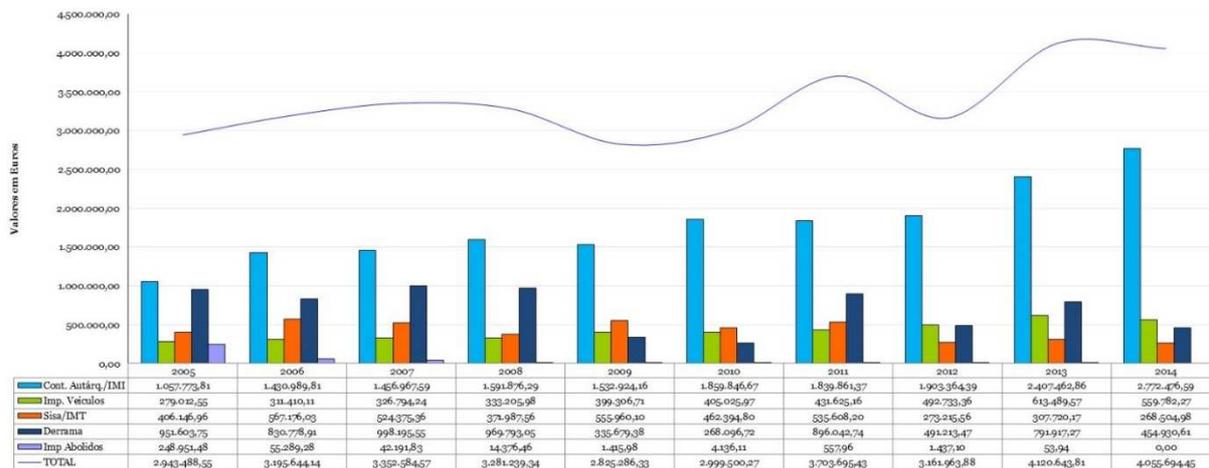
A venda de bens e serviços correntes merece igualmente uma referência, pois conforme se pode verificar, apresenta um peso de 7,02% do total das Receitas Correntes.

Gráfico nº 21



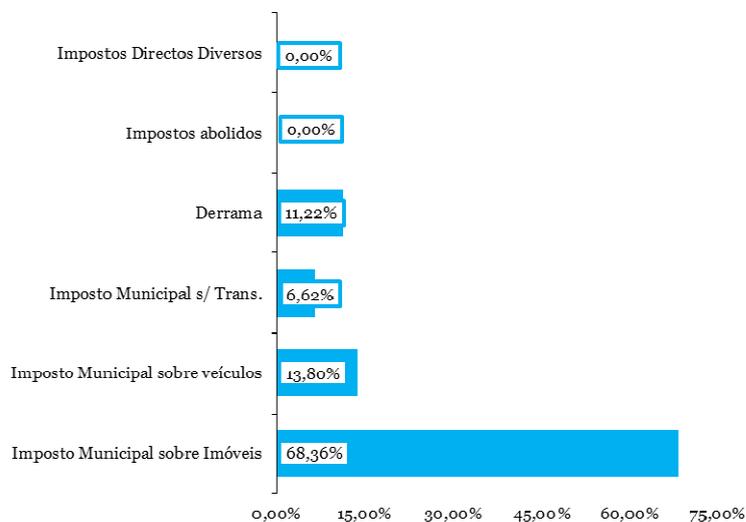
► Impostos Directos

Gráfico nº22 – Evolução dos Impostos Directos (2005-2014)



Das Receitas Fiscais arrecadadas pelo Município de Estarreja, em 2014, 4.055.694,45€ correspondem a Impostos Directos, representando 23,30 % das Receitas Totais, verificando-se uma diminuição de 1,58% relativamente a 2013.

Gráfico nº23 – Distribuição dos Impostos Diretos (Ano 2014)

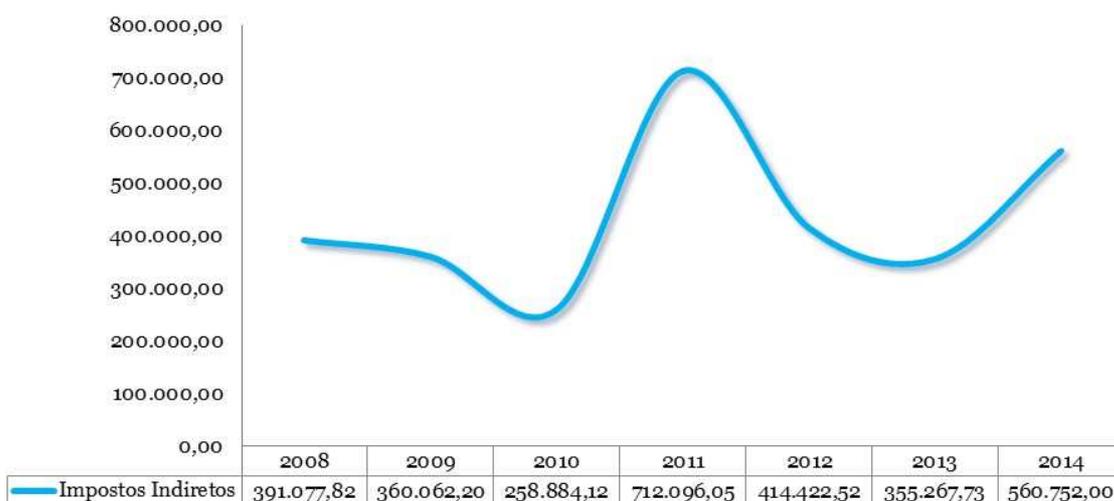


No contexto desta rubrica o Imposto Municipal sobre Imóveis é responsável por 68,36% do total dos impostos arrecadados em 2014, seguindo-se o Imposto Municipal sobre Veículos com 13,80%.

► Impostos Indiretos

Esta Receita Corrente engloba receitas que recaem exclusivamente sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, venda, a compra ou utilização dos bens e serviços. Consideram-se ainda nesta rubrica as receitas que revistam taxas, licenças, emolumentos e outras semelhantes, pagas por unidades industriais.

Gráfico nº24– Impostos Indiretos no período 2008-2014



Neste contexto sobressai a receita proveniente da rubrica Ocupação da Via Pública (63,83%), seguindo-se-lhe por ordem de importância a receita auferida por conta de Mercados e Feiras, responsável por 23,51% desta rubrica em 2014.

Quadro nº 28 - Desagregação dos Impostos Indiretos

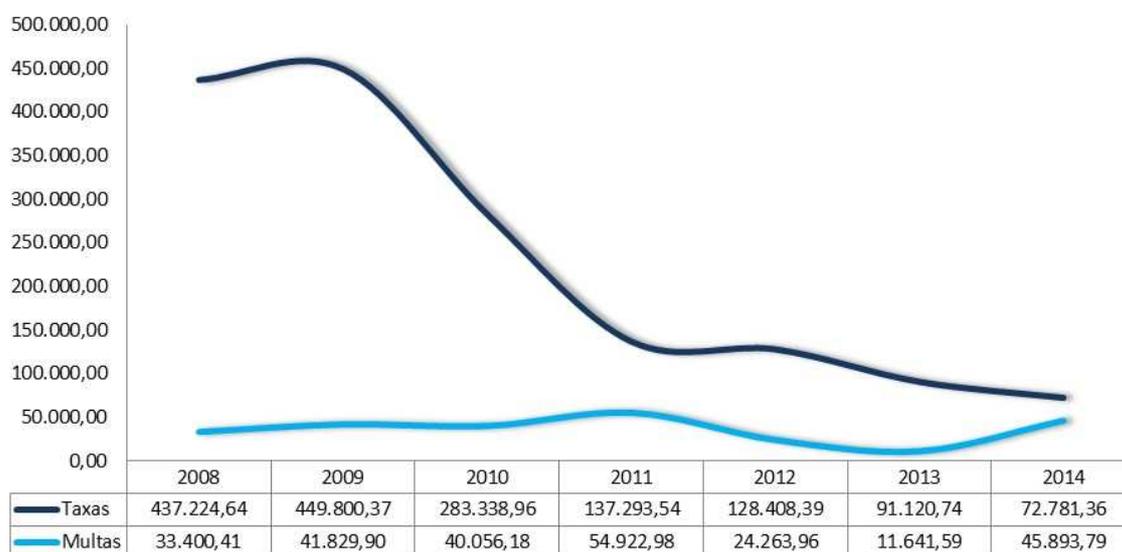
(unidade monetária : Euros)

Designação	2014		2013		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	
Impostos Indirectos Específicos das Autarquias					
Mercados e Feiras	131 808,88	23,51%	134 435,83	37,84%	-1,95%
Loteamentos e Obras	33 720,30	6,01%	72 857,98	20,51%	-53,72%
Ocupação da Via Pública	357 916,51	63,83%	87 597,19	24,66%	308,59%
Publicidade	6 758,68	1,21%	24 767,20	6,97%	-72,71%
Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n.a.
Outros	30 547,63	5,45%	35 609,53	10,02%	-14,22%
<i>Taxas Municipal de Direito de passagem</i>	938,44	0,17%	7 254,15	2,04%	-87,06%
<i>Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	n.a.
<i>Outros</i>	29 609,19	5,28%	28 355,38	7,98%	4,42%
TOTAL	560 752,00	100,00%	355 267,73	100,00%	57,84%

No ano económico de 2014, os impostos indiretos (receitas provenientes da cobrança de taxas, emolumentos, licenças e outras semelhantes pelo facto de serem pagas pelo sector produtivo) totalizaram 560.752,00€, apresentando um acréscimo de 57,84p.p., correspondendo em termos absolutos a um aumento de €205.484,27 relativamente ao verificado em 2013.

► **Taxas, Multas e Outras Penalidades**

Gráfico nº25 – Evolução das Taxas, Multas e Outras Penalidades no período 2008-2014



No referente à receita proveniente de Taxas e Multas municipais estas representam 0,68% da Receita Total em 2014, contrastando com os 2,66% em 2007.

Quadro nº 29 - Desagregação das Taxas, Multas e O. Penalidades (unidade monetária : Euros)

Designação	2014		2013		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Taxas Específicas das Autarquias					
Mercados e Feiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Loteamentos e Obras	57 536,64	48,48%	77 343,45	75,26%	-25,61%
Ocupação da Via Pública	6 835,90	5,76%	2 068,89	2,01%	230,41%
Caça, Uso e Porte de Armas	184,27	0,16%	131,40	0,13%	40,24%
Saneamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	8 224,55	6,93%	11 577,00	11,27%	-28,96%
<i>Taxas de Depósito da Ficha Técn. Habitação</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	8 224,55	6,93%	11 577,00	11,27%	-28,96%
SUBTOTAL	72 781,36	61,33%	91 120,74	88,67%	-20,13%
Multas e Outras Penalidades					
Juros de Mora	15 520,52	13,08%	2 590,25	2,52%	499,19%
Juros Compensatórios	18 014,16	15,18%	0,00	0,00%	n.a.
Coimas e penalidades por contra-ordenações	11 651,99	9,82%	8 612,97	8,38%	35,28%
Multas e penalidades diversas	707,12	0,60%	438,37	0,43%	61,31%
SUBTOTAL	45 893,79	38,67%	11 641,59	11,33%	294,22%
TOTAL	118 675,15	100,00%	102 762,33	100,00%	15,49%

Taxas

A cobrança de taxas relativas a serviços prestados pela Autarquia a particulares rendeu 72.781,36€, que representa uma redução de 20,13%, comparativamente com 2013, sendo os loteamentos de obras (48,48%) a principal fonte deste tipo de recursos.

A cobrança destas taxas representa 0,57% das Receitas Correntes e 0,42% das Receitas Totais.

Multas e Outras Penalidades

A efetivação de sanções pecuniárias produziu, no exercício de 2014, 45.893,79€, traduzindo um significativo aumento de 294,22% em relação ao valor verificado no ano anterior. Estas receitas punitivas e compensatórias representam 0,26% das Receitas Totais e 0,36% das Receitas Correntes.<

► Rendimentos de Propriedade

As receitas provenientes de rendimentos de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos concedidos), terrenos e de ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros), representam 3,08% das Receitas Totais e 4,21% das Receitas Correntes.

Quadro nº 30 - Desagregação dos Rendimentos de Propriedade (unidade monetária : Euros)

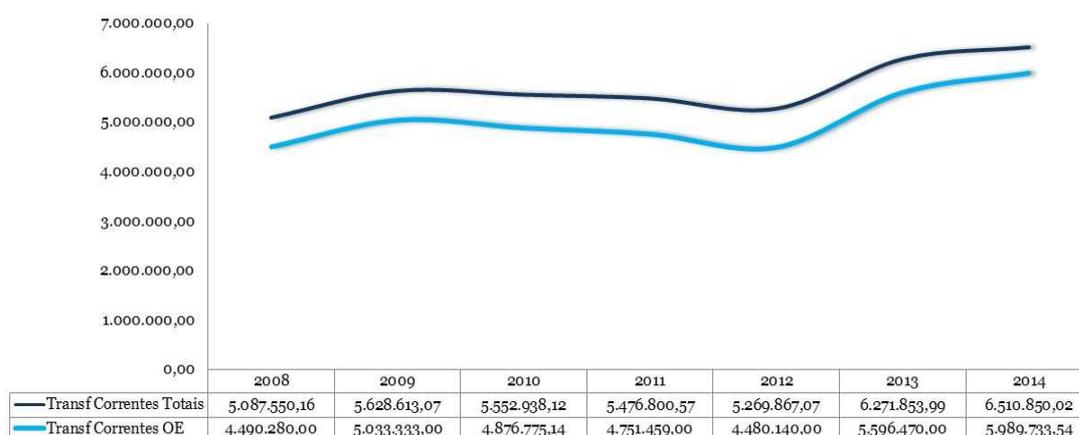
Designação	2014		2013		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Juros	77 324,93	14,42%	25 793,59	4,81%	199,78%
<i>Bancos e outras Inst.Financeiras</i>	77 324,93	14,42%	25 793,59	4,81%	199,78%
<i>Companhias de Seguros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outros</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Dividendos e outras participações em lucros	92 451,99	17,24%	236 442,42	44,09%	-60,90%
<i>Empresas municipais e intermunicipais</i>	92 451,99	17,24%	236 442,42	44,09%	-60,90%
<i>Empresas privadas</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rendas	366 506,31	68,34%	612 319,85	114,18%	-40,14%
<i>Edifícios</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
<i>Bens de Domínio Público</i>	366 506,31	68,34%	612 319,85	114,18%	-40,14%
<i>Outras</i>	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	536 283,23	100,00%	874 555,86	100,00%	-38,68%

Os rendimentos de propriedade obtidos, neste ano económico, dizem respeito, à remuneração de depósitos detidos por esta entidade em Instituições de Crédito, aos rendimentos resultantes da distribuição de dividendos em participações de capital detidas pela Autarquia em outras empresas e sistemas multimunicipais (nomeadamente, nas empresas ADRA, ERSUC e Lusitânia Gás) e à renda de concessão com a empresa EDP.

► **Transferências Correntes**

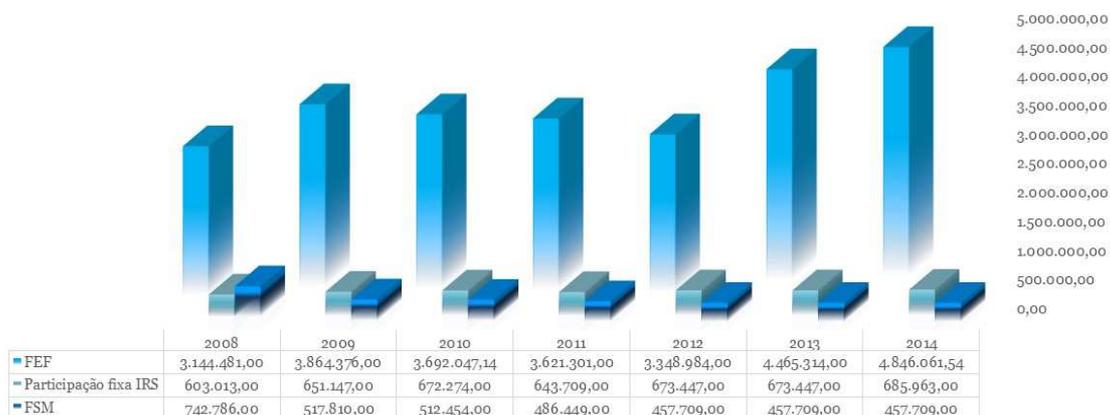
As Transferências Correntes compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida, representando 49,28% do valor da receita corrente, auferida em 2014. Os fundos consignados ao Município pelas Transferências Correntes globalizaram, em 2014, os 6.510.850,02€, representando 37,40% das Receitas Totais arrecadadas.

Gráfico nº26 – Evolução das Transferências Correntes no período 2008-2014



No enquadramento legal das Finanças Locais expresso pela Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro, a repartição de recursos públicos entre o Estado e os Municípios (verba inscrita no Orçamento de Estado e transferida para os municípios) subdivide-se nos seguintes fundos: **Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Direta e Variável no IRS.**

**Gráfico nº27 – Repartição de recursos públicos entre o Estado e a autarquia
- evolução no período 2008-2014**



No seu conjunto, estas verbas transferidas diretamente do Orçamento do Estado para o Município de Estarreja contribuíram com cerca de 92,00% do resultado apresentado pelas Transferências Correntes, tendo existido um aumento de 393.263,54€ comparativamente com o ano anterior.

Este crescimento das Transferências Correntes deveu-se essencialmente às alterações introduzidas pela Lei Geral do Orçamento de Estado, dado que cada município pode decidir como efetuar a repartição dos montantes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, entre receita corrente e de capital. No entanto, a receita corrente não poderá exceder 90 % do valor total do FEF.

Os municípios devem informar anualmente, até 30 de Junho do ano anterior ao ano a que respeita o orçamento, qual a percentagem do FEF que deve ser considerada como transferência corrente, na ausência da qual é considerada a percentagem de 90 %.

Quadro nº 31 - Desagregação das Transferências Correntes (unidade monetária : Euros)

Designação	2014		2013		Tx Cresc%
	Valor	%	Valor	%	
Sociedades e Quase Soc. Não Financeiras	1 000,00	0,02%	399,00	0,01%	150,63%
Públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Privadas	1 000,00	0,02%	399,00	0,01%	150,63%
Sociedades Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Bancos e Outras Instituições Financeiras	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Administração Central	6 336 172,73	97,32%	6 075 233,76	96,87%	4,30%
Estado	6 336 172,73	97,32%	6 001 052,60	95,68%	5,58%
Fundo Equilíbrio Financeiro	4 846 061,54	74,43%	4 465 314,00	71,20%	8,53%
Fundo Social Municipal	457 709,00	7,03%	457 709,00	7,30%	0,00%
Participação Fixa no IRS	685 963,00	10,54%	673 447,00	10,74%	1,86%
Outras	346 439,19	5,32%	404 582,60	6,45%	-14,37%
Estado- Participação com unitária	0,00	0,00%	74 181,16	1,18%	-100,00%
Famílias	173 677,29	2,67%	196 221,23	3,13%	-11,49%
Resto do Mundo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	6 510 850,02	100,00%	6 271 853,99	100,00%	3,81%

Na sub-rubrica Famílias registam-se os pagamentos relativos a passes escolares e prolongamentos de horário do pré-escolar. No cômputo geral esta rubrica económica apresenta um decréscimo relativamente à execução do ano anterior de 11,49%.

De forma discriminativa, no quadro seguinte identifica-se a origem das receitas de transferências correntes da Administração Central /Outras.

Quadro nº 32- Transferências Correntes da Adm. Central / Outras (unid monetária.: Euros)

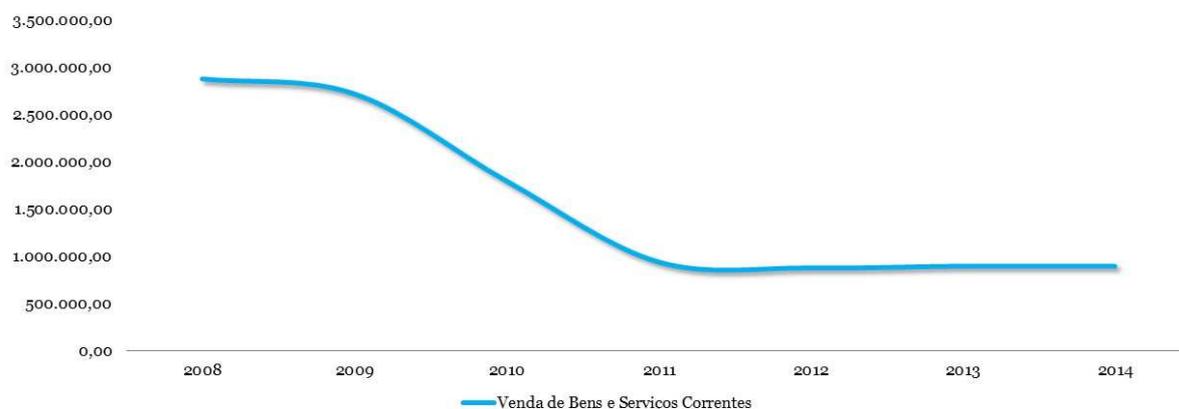
Transferências Correntes - Administração Central / Administração Local / Outras		
Designação	2013	2014
Acordo de Colaboração - Expansão da Rede Nacional de Educação Pré-Escolar		
Lei nº5/97 de 10 de Fevereiro e nº4 do artigo 32º do DL 147/97 de 11/06	113 684,78	118 207,45
Centro de Emprego de Aveiro -Inst de Emprego e Formação Profissional		
Programas Ocupacionais para Trabalhadores Desempregados	23 859,52	10 240,28
Estágios Profissionais	0,00	9 574,22
Compensação pelos Encargos com Transportes Escolares		
Decreto-Lei nº 299/84 de 09/05 e Decreto-Lei nº 35/90 de 25/01	45 227,00	45 227,00
Direcção Geral das Autarquias Locais		
Subsidio para Gabinete Técnico Florestal	12 200,16	16 820,72
Direcção Regional de Educação do Centro		
Com participação - Auxiliares de Acção Educativa	68 978,60	113 422,93
Contrato-Programa - Fornecimento de Refeições Escolares Al.1ºCiclo	0,00	22 343,60
Com participação nas Actividades de Enriquecimento Curricular	118 825,00	0,00
Instituto de Desenvolvimento Social		
Protocolo de Colaboração para a Comissão de Protecção de Crianças Menores	21 142,54	10 602,99
Participação dos Municípios nos Impostos do Estado - Fundos Municipais		
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4 465 314,00	4 846 061,54
Fundo Social Municipal	457 709,00	457 709,00
Participação Fixa no IRS	673 447,00	685 963,00
Estado- Participação Comunitária em Projectos Co-Financiados		
POPH - Programa Operacional de Potencial Humano - RAMPA	74 181,16	0,00
Ciência Viva - Biologia no Verão	1 064,00	0,00
Diversos - Familias e Donativos		
Diversos - Familias e Donativos	196 221,23	174 677,29
TOTAL	6 271 853,99	6 510 850,02

Especificamente, as transferências correntes encontram-se descritas no Documento de Prestação de Contas “**Transferências Correntes – Receita**” (Anexo às Demonstrações Financeiras).

➤ **Venda de Bens e Prestações de Serviços Correntes**

A venda de bens e prestação de serviços correntes rendeu à autarquia 894.584,77€, menos €791,23 que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um decréscimo de cerca de 0,09% deste tipo de receitas.

Gráfico n°28 – Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes



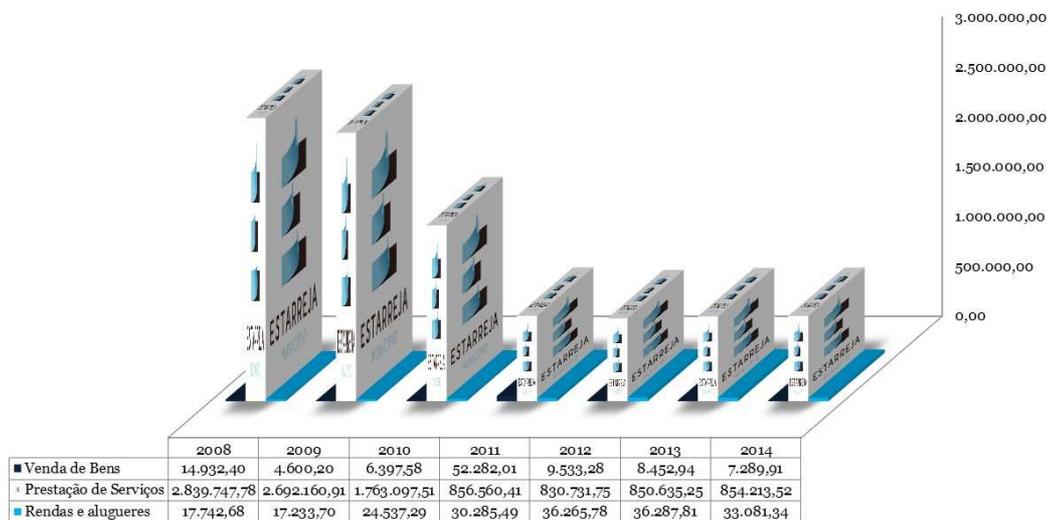
A Venda de bens e Prestação de Serviços Correntes responde por 5,14% do total da receita de 2014, registando-se uma diminuição ao longo dos anos e com maior incidência desde 2010/2011, justificada com a redução na cobrança de receitas como a prestação de serviços associados a Saneamento e distribuição de água, explicadas pela concessão à ADRA de toda a gestão e exploração do sistema da rede pública de águas (água potável, bruta e residuais).

Quadro n° 33-Desagregação da Venda de Bens e Prest. Serv. Correntes

(unid. monetária:€uros)

Designação	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Venda de Bens	7.289,91	8.452,94	9.533,28	52.282,01	6.397,58	4.600,20	14.932,40
Publicações e Impressos	94,00	240,00	0,00	0,00	0,00	79,09	11.879,94
Bens Inutilizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desperdícios, Resíduos e Refugos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos Acabados e Intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	7.195,91	8.212,94	9.533,28	52.282,01	6.397,58	4.521,11	3.052,46
Prestação de Serviços	854.213,52	850.635,25	830.731,75	856.560,41	1.763.097,51	2.692.160,91	2.839.747,78
Aluguer de Espaços e Equipamentos	85.946,98	86.742,96	43.972,03	34.978,16	2.772,91	1.148,57	1.627,29
Serviços Sociais, Recreativos, Culturais e Desp.	298.435,04	314.281,92	340.854,75	363.939,00	205.557,52	181.615,90	168.929,25
<i>Serviços Recreativos</i>	7.202,23	9.272,57	8.994,74	8.716,50	2.666,50	825,50	787,00
<i>Serviços Culturais</i>	65.435,10	61.880,37	59.510,80	53.485,32	22.844,87	19.514,87	18.760,69
<i>Serviços Desportivos</i>	225.797,71	243.128,98	272.349,21	301.737,18	180.046,15	161.275,53	149.381,56
Serviços Específicos das Autarquias	469.831,50	449.610,37	445.904,97	457.643,25	1.554.767,08	2.509.396,44	2.669.191,24
<i>Saneamento</i>	0,00	0,00	0,00	17,80	730.980,83	965.164,93	1.074.285,53
<i>Resíduos Sólidos</i>	399.850,77	401.896,90	381.893,25	403.896,11	188.561,19	306.760,46	309.337,65
<i>Trabalho por conta de particulares</i>	1.582,67	852,41	10.275,31	4.256,87	27.582,79	58.947,28	95.993,80
<i>Mercados e Feiras</i>	212,64	222,91	351,97	6.072,33	549,96	533,94	3.251,58
<i>Distribuição de Água</i>	192,79	1.316,70	0,00	29,03	565.100,61	1.139.777,60	1.136.342,10
<i>Parques de Estacionamento</i>	13.711,47	9.411,94	8.825,06	8.382,09	7.877,69	7.904,60	12.090,72
<i>Outros</i>	54.281,16	35.909,51	44.559,38	34.989,02	34.114,01	30.307,63	37.889,86
Rendas e Alugueres	33.081,34	36.287,81	36.265,78	30.285,49	24.537,29	17.233,70	17.742,68
Edifícios	33.081,34	36.287,81	36.265,78	30.285,49	24.537,29	17.233,70	17.742,68
TOTAL	894.584,77	895.376,00	876.530,81	939.127,91	1.794.032,38	2.713.994,81	2.872.422,86

Gráfico nº29– Evolução da Venda de Bens e Serviços Correntes



No âmbito da Venda de Serviços a receita proveniente da Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos, representa 44,70% do total deste tipo de receita auferida, seguida da venda de serviços recreativos, culturais e desportivos com 33,36%.

► **Outras Receitas Correntes**

A rubrica Outras Receitas Correntes rendeu à autarquia 65.016,01€, menos 40.748,01€ que a receita arrecadada no ano anterior, ou seja, verificou-se um decréscimo de cerca de 38,53% deste tipo de receitas, representando 0,37% das Receitas Totais e 0,51% das Receitas Correntes.

Quadro nº 34 - Desagregação de Outras Receitas Correntes

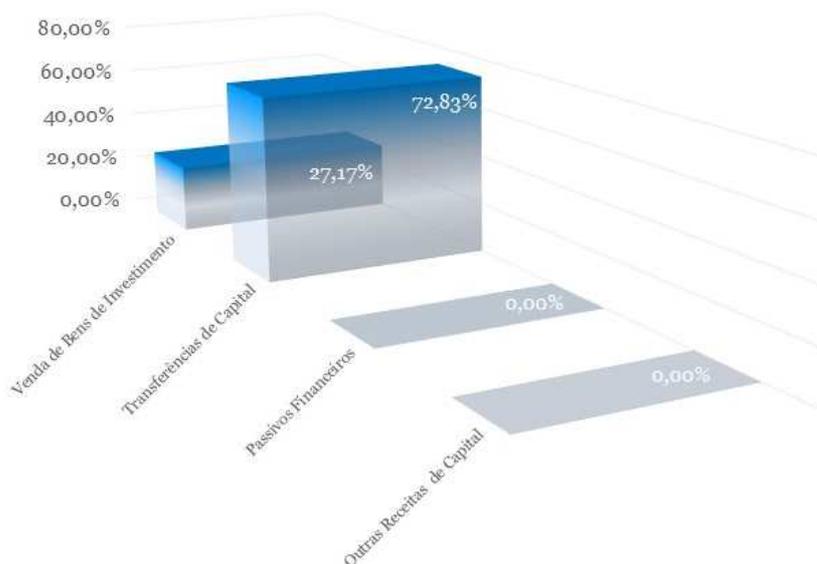
(unidade monetária : Euros)

Designação	2014		2013		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Indemnizações - deteiorização, roubo e extravio	0,00	0,00%	5 992,59	5,67%	n.a.
Indemnizações - estragos provocados por outrém	15 724,59	24,19%	4 702,42	4,45%	234,39%
IVA-Reembolsado	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
IVA-Inversão do Sujeito Passivo	21 055,14	32,38%	43 500,98	41,13%	-51,60%
Diversas	28 236,28	43,43%	51 568,03	48,76%	-45,24%
TOTAL	65 016,01	100,00%	105 764,02	100,00%	-38,53%

4.2.4. Análise das Receitas de Capital

A repartição das receitas de natureza capital arrecadas pelo município, no ano 2014, encontra-se descrita no gráfico nº 30.

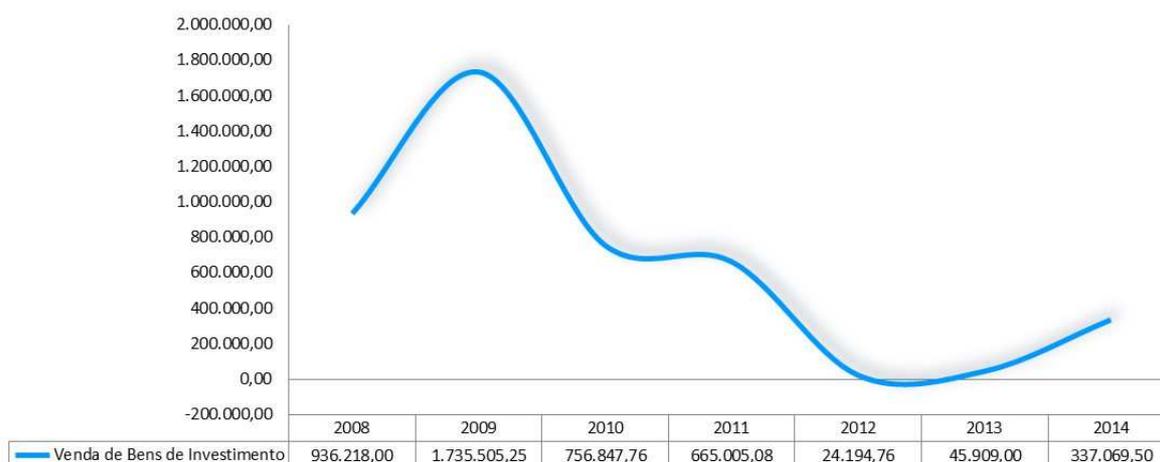
Gráfico nº30 – Repartição das Receitas de Capital 2014



► Venda de Bens de Investimento

A receita proveniente da venda de bens de investimento tem mantido algumas oscilações em virtude da venda de terrenos.

Gráfico nº31 – Evolução da Venda de Bens de Investimento (2008-2014)



De referir, que o aumento acentuado na venda de terrenos atingindo o montante de 311.869,50€, foi a justificação principal para o crescimento desta rúbrica, em contraciclo com os dois últimos anos.

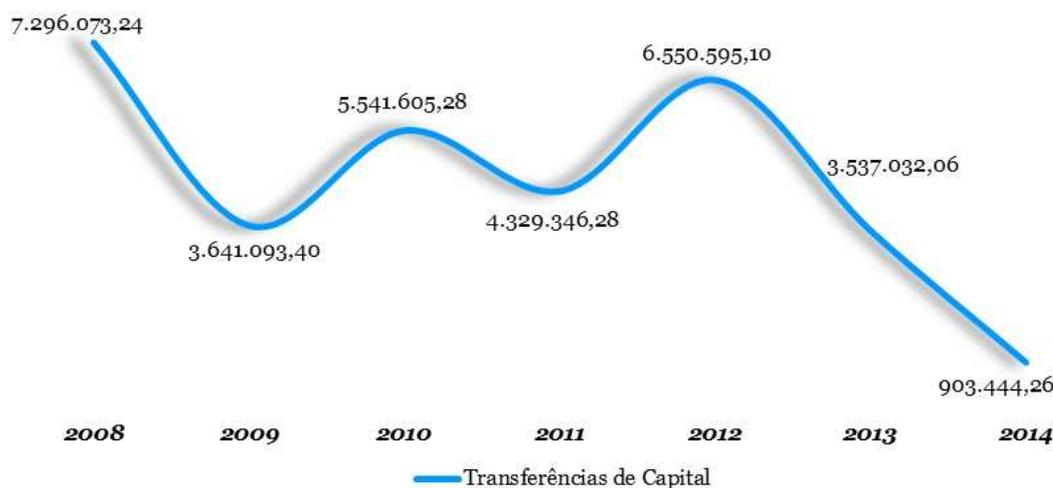
Quadro nº 35 – Evolução rubrica de Venda de Bens de Investimento

Designação	2014		2013		Tx Cresc %
	Valor	%	Valor	%	
Terrenos e recursos naturais	311 869,50	92,52%	20 709,00	45,11%	1405,96%
Habitacões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Edifícios	25 200,00	7,48%	25 200,00	54,89%	0,00%
Equipamento de transporte	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Maquinaria e Equipamento	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
TOTAL	337 069,50	100,00%	45 909,00	100,00%	634,21%

► **Transferências de Capital**

As Transferências de Capital, em conjunto com as Transferências Correntes, representam um importante apoio financeiro da Autarquia Local.

Gráfico nº32 – Evolução das Transferências de Capital (2008-2014)

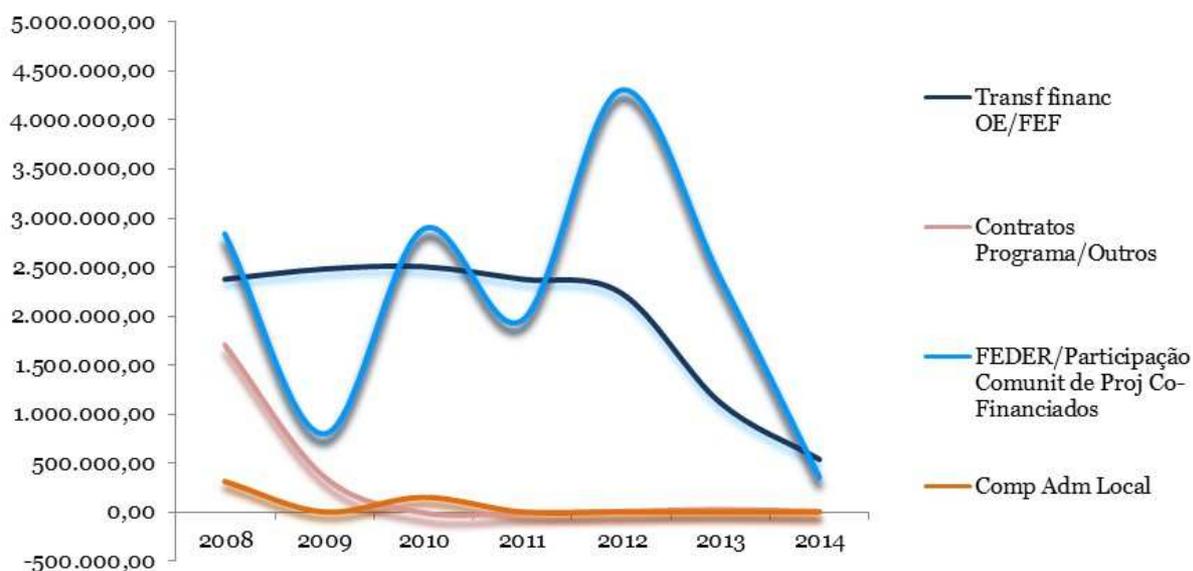


As Transferências de Capital compreendem os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Nota-se um decréscimo significativo, na ordem dos 74,46% nas receitas provenientes de Transferências de Capital.

No ano de 2014, entraram nos cofres do município €903.444,26 de fundos relativos a verbas transferidas de orçamentos de outras entidades (Administração Central, Administração Local, Comunidade Europeia, empresas e outras), sendo 59,60% desses fundos, originários da verba inscrita no Orçamento de Estado destinada, propriamente, ao município de Estarreja ao abrigo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, sendo este constituído em partes iguais pelo Fundo Geral Municipal e Fundo de Coesão Municipal.

Gráfico nº33 – Evolução das Transferências de Capital por rubrica (2008-2014)



Nota-se uma acentuada descida nas receitas provenientes de transferências de capital do Orçamento de Estado, em relação ao registado em 2013, de cerca €577.878,00, traduzindo um decréscimo de 51,77%.

Em relação ao total das transferências obtidas do Orçamento de Estado verificou-se uma redução de 2,75% em relação ao transferido em 2012 e 2013. Relacionando com o valor transferido em 2011 temos uma redução que ascende a 8,39%.

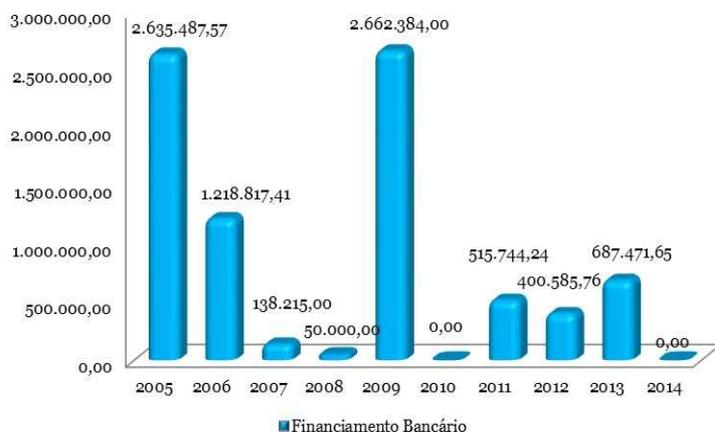
Quadro nº 36 – Transferências provenientes do Orçamento de Estado (unid. monetária : Euros)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Transferências Correntes OE	4.490.280,00	5.033.333,00	4.876.775,14	4.751.459,00	4.480.140,00	5.596.470,00	5.989.733,54
Transferências de Capital OE	2.373.191,00	2.477.370,00	2.501.249,00	2.374.320,00	2.232.660,00	1.116.330,00	538.452,00
TOTAL Transferências do OE	6.863.471,00	7.510.703,00	7.378.024,14	7.125.779,00	6.712.800,00	6.712.800,00	6.528.185,54

► Passivos Financeiros

Genericamente o recurso a financiamento bancário, tem vindo a ser significativamente condicionado por conta das restrições introduzidas a partir de 2002, designadamente nas sucessivas leis de Orçamento de Estado.

Gráfico nº34 – Financiamento Bancário (total)



No entanto a autarquia fruto da capacidade de endividamento disponível, durante o período de 2005 a 2013 recorreu a este tipo de receita, tendo um tendência oscilante durante o período em análise. Já em 2009, recorreu financiamento bancário de médio e longo prazo de €2.662.384,00 no âmbito do PREDE - Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado.

Nos anos de 2011 e 2012, o Município de Estarreja recorreu a crédito bancário no valor de €916.330,00 referente à utilização de capital em período de diferimento do empréstimo excecionado afeto a investimentos inscritos no PPI 2010.

As receitas arrecadadas (€ 687.471,65) nesta rubrica em 2013, dizem respeito à utilização de capital do empréstimo afeto aos investimentos previstos no Plano Plurianual de Investimentos de 2012.

Face à saudável situação financeira do Município e às disponibilidades de tesouraria, durante o ano de 2014 não foi necessário recorrer a este tipo de receitas, apesar de o Município ainda se encontrar no período de utilização de capital do empréstimo acima mencionado, até finais do mês de Outubro. Do empréstimo em causa, o município não utilizou € 1.108.188,35 tendo já terminado o seu período de carência.

4.3. ANÁLISE DA DESPESA.

Atentos os desafios que presentemente se colocam à administração pública em geral, exige-se hoje às Autarquias maiores níveis de eficiência, isto é, que prestem um serviço de qualidade a menor custo, exigindo-lhes um esforço no controlo da despesa pública municipal, nomeadamente ao nível das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências e subsídios atribuídos, de forma a permitir libertar recursos para realizar investimento.

No âmbito deste capítulo, procede-se a uma análise da despesa sob a perspetiva económica, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas correntes ou de capital e por outro, a sua natureza, despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências etc. Neste sentido, será efetuada uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa faturada e comprometida.

4.3.1. Execução Orçamental da Despesa

Neste capítulo, procede-se a uma avaliação da execução orçamental da despesa em termos de pagamento, assim como da despesa comprometida e a despesa faturada, decompondo esta última em faturação transitada e nova faturação.

Numa primeira instância vamos avaliar a execução da despesa numa ótica de caixa, ou seja de despesa paga.

O mapa de controlo orçamental da despesa reporta um nível de despesa paga de 13.376.350,15€, que corresponde a uma taxa de execução da despesa de 67,10%.

Quadro nº 37 – Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução

(unid. monetária : Euros)

ORÇAMENTO DA DESPESA	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Orçamento	30.200.000,00	33.500.000,00	29.660.000,00	26.530.500,00	24.263.264,82	20.918.854,60	19.934.481,24
Despesa total	21.109.685,66	21.247.216,25	22.205.417,76	17.387.286,57	17.577.727,48	16.022.122,45	13.376.350,15
%	69,90%	63,42%	74,87%	65,54%	72,45%	76,59%	67,10%

Gráfico nº35 – Evolução do Orçamento da Despesa e sua Execução

DESPESA

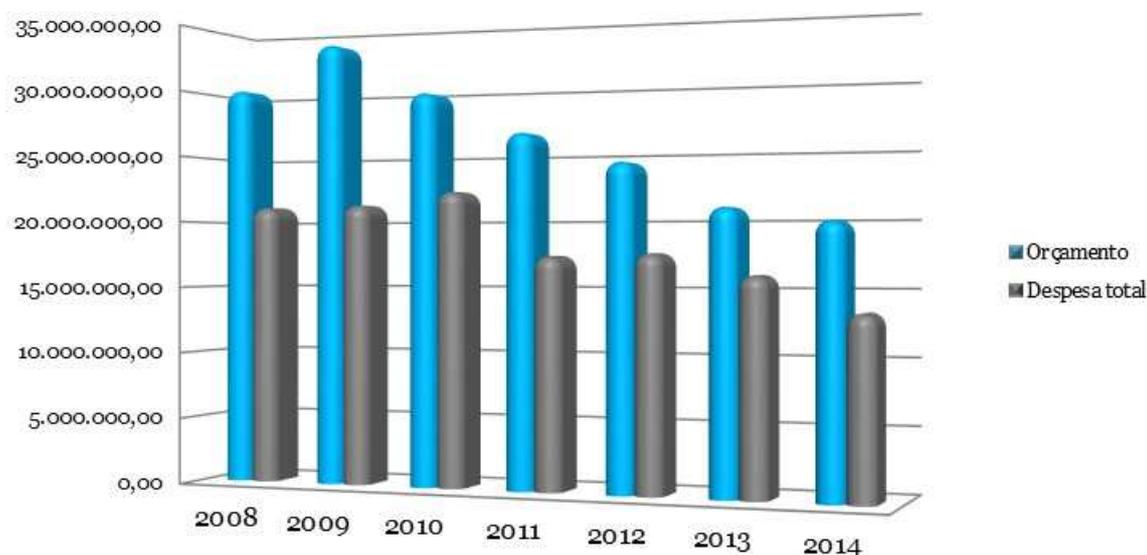
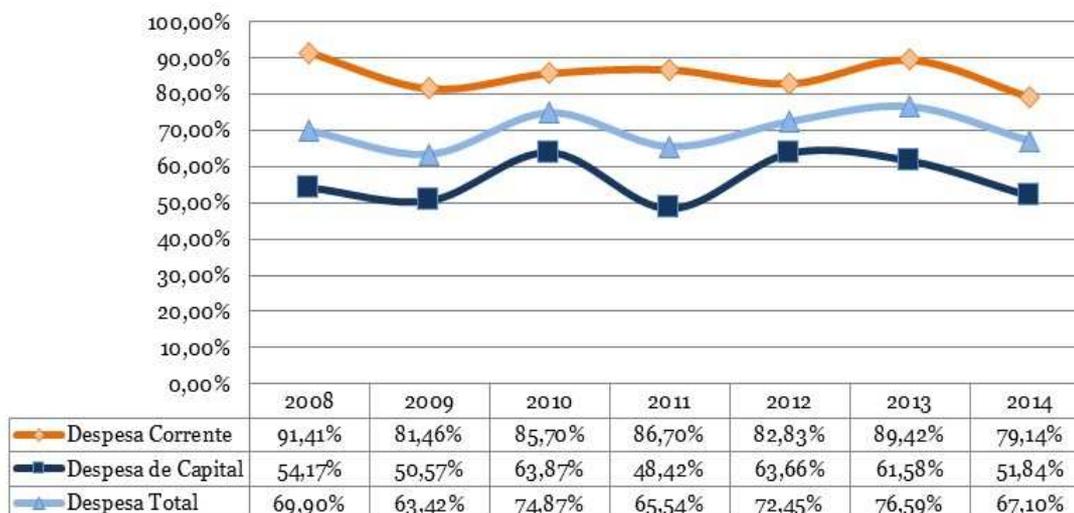


Gráfico nº36 – Evolução das taxas de execução



Do montante orçamentado (corrigido) para 2014, 19.934.481,24€, a título de despesa foi executado e pago o montante de 13.376.350,15€, sendo 8.820.699,93€ de natureza corrente e 4.555.650,22€ no segmento de capital, o que corresponde a taxas de execução orçamental de 79,14% e 51,84%, respetivamente.

A análise do quadro nº36 permite-nos avaliar a despesa sob a perspetiva económica, e apenas de execução a nível de pagamentos, identificando-se, por um lado, o destino privilegiado das despesas – correntes e capital - e, por outro, a sua natureza - despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, encargos financeiros, investimento, etc.

Quadro nº 38 – Execução da Despesa Paga

(unid. monetária : Euros)

Capítulos	Previsão		Valor da Execução - DESPESA PAGA	Desvio		
	Inicial	Final/Corrigida		Valor	Exec %	Exec %
	(a)	(b)		(c)-(b)	(c)/(a)	(c)/(b)
Despesas Correntes	10.805.878,00	11.146.359,24	8.820.699,93	-2.325.659,31	81,63%	79,14%
Despesas com Pessoal	4.624.700,00	4.522.200,00	4.382.188,70	-140.011,30	94,76%	96,90%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	4.776.365,00	5.095.876,24	3.347.627,00	-1.748.249,24	70,09%	65,69%
Encargos correntes da dívida	262.000,00	262.000,00	101.900,16	-160.099,84	38,89%	38,89%
Transferências Correntes	959.954,00	1.049.704,00	845.355,32	-204.348,68	88,06%	80,53%
Outras Despesas Correntes	182.859,00	216.579,00	143.628,75	-72.950,25	78,55%	66,32%
Despesas de Capital	6.694.122,00	8.788.122,00	4.555.650,22	-4.232.471,78	68,05%	51,84%
Aquisição de Bens de Investimento	4.781.834,00	6.554.499,00	2.744.606,41	-3.809.892,59	57,40%	41,87%
Transferências de Capital	580.163,00	813.998,00	627.206,85	-186.791,15	108,11%	77,05%
Activos Financeiros	129.625,00	217.125,00	0,00	-217.125,00	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1.200.000,00	1.200.000,00	1.183.836,96	-16.163,04	98,65%	98,65%
Outras Despesas de Capital	2.500,00	2.500,00	0,00	-2.500,00	0,00%	0,00%
Total da Despesa	17.500.000,00	19.934.481,24	13.376.350,15	-6.558.131,09	76,44%	67,10%

Com base no quadro acima, comparando o valor orçado (corrigido) das Despesas Totais (19.934.481,24€), com o efetivamente realizado (13.376.350,15€) no ano económico em análise, obtém-se uma taxa de execução a nível das despesas de 67,10%, ou seja, o valor efetivo da despesa realizada foi inferior ao previsto em (-) 6.558.131,09€.

Assinala-se um decréscimo, da taxa de execução das despesas orçadas para 2014, de cerca de (-) 9,49 p.p. em relação ao apurado no exercício 2013.

A taxa de execução da despesas correntes conheceu um decréscimo de 10,28 p.p. enquanto que a taxa de execução das despesas de capital conheceu uma redução de 9,74 p.p..

Da análise dos dois agregados da despesa, verifica-se que a execução ao nível das despesas correntes foi cerca de 79,14% em contraposição com os 51,84% das despesas de capital.

No lado da despesa é importante referir que a execução em análise, se reporta à relação entre Despesa Paga e Despesa Orçada, quando em rigor o que deveria ser comparado, para avaliar a fiabilidade da Elaboração do Orçamento, era a relação entre compromissos assumidos no exercício e a despesa orçada, cujo grau de execução da despesa atinge os 80,31%, traduzindo por inerência baixos desvios e uma performance de execução notoriamente superior, tendo atingido os 16.009.233,08€. De referir, que a execução da despesa realizada/faturada foi de 68,30%.

Quadro nº 39 – Execução da Despesa 2014 nas suas diferentes fases (unid. monetária : Euros)

Capítulos	DESPESA 2014				Taxa de Execução		
	Previsão (a)	Comprometida (b)	Facturada (c)	Paga (d)	Desp.Factur (c)/(a)	Desp.Paga (d)/(a)	Desp.Comp (b)/(a)
Despesas Correntes	11.146.359,24	10.041.479,73	9.055.100,62	8.820.699,93	81,24%	79,14%	90,09%
Pessoal	4.522.200,00	4.393.361,90	4.383.736,14	4.382.188,70	96,94%	96,90%	97,15%
Aquisição de Bens e Serviços	5.095.876,24	4.532.248,28	3.569.711,80	3.347.627,00	70,05%	65,69%	88,94%
Juros e Outros Encargos Financeiros	262.000,00	102.994,22	102.360,02	101.900,16	39,07%	38,89%	39,31%
Transferências Correntes	1.049.704,00	868.836,27	855.489,81	845.355,32	81,50%	80,53%	82,77%
Outras Despesas Correntes	216.579,00	144.039,06	143.802,85	143.628,75	66,40%	66,32%	66,51%
Despesas de Capital	8.788.122,00	5.967.753,35	4.561.023,61	4.555.650,22	51,90%	51,84%	67,91%
Investimentos	6.554.499,00	4.020.084,54	2.749.979,80	2.744.606,41	41,96%	41,87%	61,33%
Transferências de Capital	813.998,00	635.206,85	627.206,85	627.206,85	77,05%	77,05%	78,04%
Activos Financeiros	217.125,00	128.625,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Passivos Financeiros	1.200.000,00	1.183.836,96	1.183.836,96	1.183.836,96	98,65%	98,65%	98,65%
Outras Despesas de Capital	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
DESPESAS TOTAIS	19.934.481,24	16.009.233,08	13.616.124,23	13.376.350,15	68,30%	67,10%	80,31%

4.3.2. Estrutura e Evolução da Despesa Global

➤ Estrutura da Despesa

Ao analisar a despesa paga, justifica-se uma apreciação da estrutura em termos de despesas correntes e de capital e a sua variação no último quadriénio (2011,2012,2013e 2014).

Quadro nº 40 –Despesa Corrente e de Capital (unid. monetária : Euros)

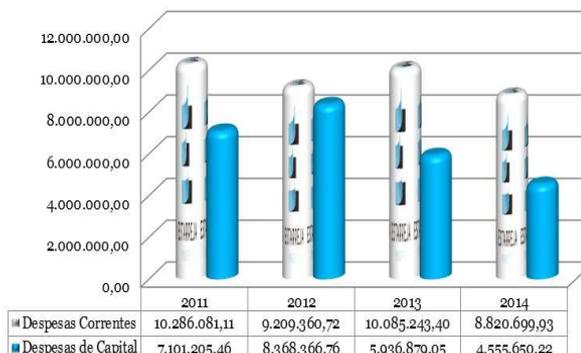
Descrição	2011	2012	2013	2014				Tx Crec.		
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Faturado		Execução	Tx Exec
Despesas Correntes	10.286.081,11	9.209.360,72	10.085.243,40	11.146.359,24	10.072.372,24	10.041.479,73	9.055.100,62	8.820.699,93	79,14%	-12,54%
Despesas de Capital	7.101.205,46	8.368.366,76	5.936.879,05	8.788.122,00	6.020.292,49	5.967.753,35	4.561.023,61	4.555.650,22	51,84%	-23,27%
Despesas Totais	17.387.286,57	17.577.727,48	16.022.122,45	19.934.481,24	16.092.664,73	16.009.233,08	13.616.124,23	13.376.350,15	67,10%	-16,51%

Gráfico nº37 e Gráfico nº38- Repartição das Despesas 2014

Despesas Correntes
Despesas de Capital



Variação da Despesa Paga



A despesa corrente teve uma execução de cerca de 79,14% (8.820.699,93€) e a despesa de capital de 51,84% (4.555.023,61€).

As **despesas correntes** de 2014, representando **65,94%** das despesas municipais, totalizaram **8.820.699,93€**, o que corresponde uma execução de **79,14%**. A prevalência deste conjunto resulta do seu caráter fixo e de natureza legal e contratual – pessoal, instalação e funcionamento dos serviços e pagamento dos juros da dívida pública – em linha com a rigidez destas despesas e em contraponto com a variabilidade da generalidade das despesas de capital, as quais sempre dependentes da respetiva capacidade orçamental, dependem sobretudo das opções tomadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos e da capacidade de execução física dos projetos.

Ainda no âmbito da análise da estrutura geral da despesa, insere-se um quadro representativo da despesa comprometida, faturada, paga e prevista durante o exercício económico de 2014.

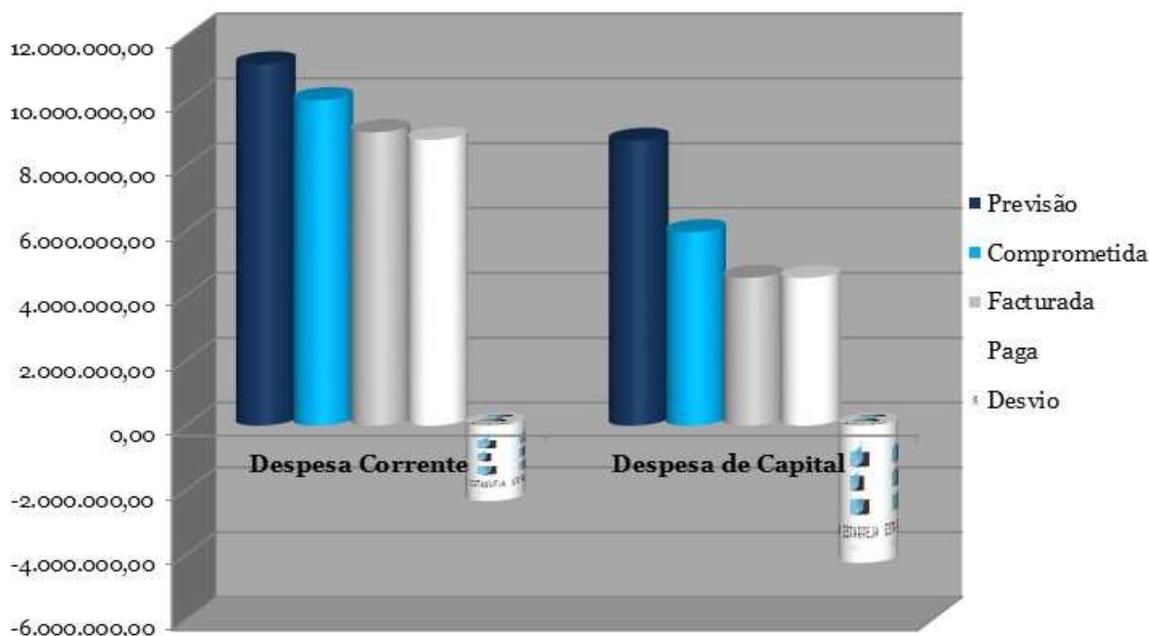
Quadro nº 41 – Diferentes fases da despesa por classificação económica (unid. monetária : Euros)

DESPESAS	Despesa Orçada 1	Despesa Comprometida 2	Despesa Facturada 3	Despesa Paga 4	Desvio 5=4-1	Taxa de Execução 6=4/1	Realizada e Não Paga 7=3-4	Compromissos por Pagar 7=3-4
01 Despesa com Pessoal	4.522.200,00	4.393.361,90	4.383.736,14	4.382.188,70	-140.011,30	96,9%	1.547,44	11.173,20
02 Aquisição de Bens e Serviços	5.095.876,24	4.532.248,28	3.569.711,80	3.347.627,00	-1.748.249,24	65,7%	222.084,80	1.184.621,28
03 Encargos Correntes de Dívid	262.000,00	102.994,22	102.360,02	101.900,16	-160.099,84	38,9%	459,86	1.094,06
04 Transferências Correntes	1.049.704,00	868.836,27	855.489,81	845.355,32	-204.348,68	80,5%	10.134,49	23.480,95
06 Outras Despesas Correntes	216.579,00	144.039,06	143.802,85	143.628,75	-72.950,25	66,3%	174,10	410,31
Despesas Correntes	11.146.359,24	10.041.479,73	9.055.100,62	8.820.699,93	-2.325.659,31	79,1%	234.400,69	1.220.779,80
07 Aquisição de Bens de Capital	6.554.499,00	4.020.084,54	2.749.979,80	2.744.606,41	-3.809.892,59	41,9%	5.373,39	1.275.478,13
08 Transferências de Capital	813.998,00	635.206,85	627.206,85	627.206,85	-186.791,15	77,1%	0,00	8.000,00
09 Activos Financeiros	217.125,00	128.625,00	0,00	0,00	-217.125,00	0,0%	0,00	128.625,00
10 Passivos Financeiros	1.200.000,00	1.183.836,96	1.183.836,96	1.183.836,96	-16.163,04	98,7%	0,00	0,00
11 Outras Despesas de Capital	2.500,00	0,00	0,00	0,00	-2.500,00	0,0%	0,00	0,00
Despesas de Capital	8.788.122,00	5.967.753,35	4.561.023,61	4.555.650,22	-4.232.471,78	51,8%	5.373,39	1.412.103,13
TOTAL GERAL	19.934.481,24	16.009.233,08	13.616.124,23	13.376.350,15	-6.558.131,09	67,1%	239.774,08	2.632.882,93

No ano 2014, a despesa global comprometida, situou-se nos 16.009.233,08€, a despesa faturada em 13.616.124,23 € e a despesa paga em 13.376.350,15€, transitando para o ano seguinte uma dívida de 239.774,08€ e compromissos por pagar no valor de 2.632.882,93€ (irão onerar o orçamento do ano 2015).

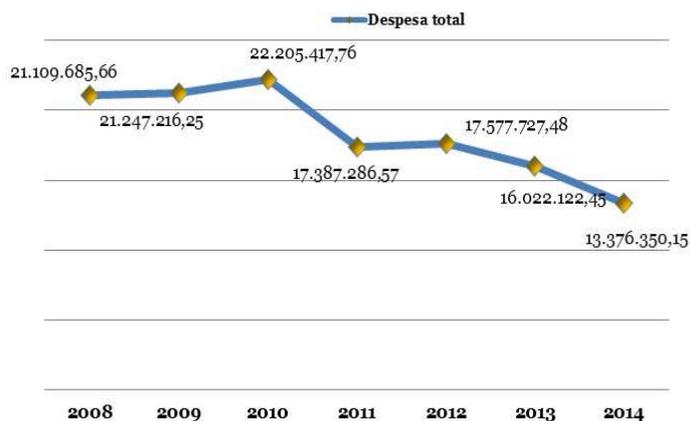
O próximo gráfico evidencia a despesa prevista, realizada e paga assim como o desvio, no que respeita a despesas correntes e de capital.

Gráfico nº39- Composição da Despesa 2014- nas suas diferentes fases



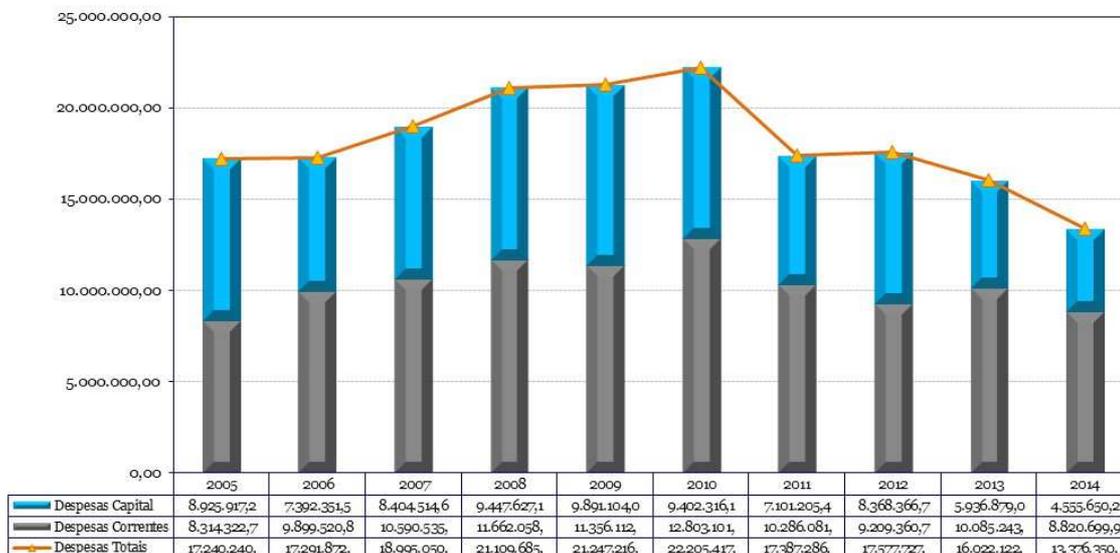
► **Evolução da Despesa Global**

Gráfico nº40- Evolução da Despesa Paga



A Despesa Total decresceu 16,51% face a 2013, influenciado pela diminuição da despesa de capital em (-) 23,27% e o decréscimo menor de (-) 12,54% da despesa corrente. Este decréscimo deveu-se essencialmente, á redução do investimento direto (-34,56%).

Gráfico nº41 – Evolução das Despesas 2005-2014



Análise meramente caixa _ Despesa Paga

Numa perspetiva de Pagamentos (esforço financeiro), temos o seguinte quadro comparativo entre os exercícios económicos 2014 e 2013:

Quadro nº42- Execução da Despesa Paga 2014-2013

(unid. monetária : Euros)

Capítulos	2013		Desvio Valor Absoluto	Taxa de Execução	2014		Desvio Valor Absoluto	Taxa de Execução	Variação 2013/2014	Tx de Crescimento
	Dotada	Executada			Dotada	Executada				
Despesas Correntes	11.278.287,12	10.085.243,40	-1.193.043,72	89,42%	11.146.359,24	8.820.699,93	-2.325.659,31	79,14%	-1.264.543,47	-12,54%
Despesas com Pessoal	4.531.614,60	4.494.882,86	-36.731,74	99,19%	4.522.200,00	4.382.188,70	-140.011,30	96,90%	-112.694,16	-2,51%
Aquisição de Bens e Serviços Corrent	5.325.739,86	4.328.156,86	-997.583,00	81,27%	5.095.876,24	3.347.627,00	-1.748.249,24	65,69%	-980.529,86	-22,65%
Encargos correntes da dívida	118.656,14	84.843,32	-33.812,82	71,50%	262.000,00	101.900,16	-160.099,84	38,89%	17.056,84	20,10%
Transferências Correntes	1.049.596,52	946.387,48	-103.209,04	90,17%	1.049.704,00	845.355,32	-204.348,68	80,53%	-101.032,16	-10,68%
Outras Despesas Correntes	252.680,00	230.972,88	-21.707,12	91,41%	216.579,00	143.628,75	-72.950,25	66,32%	-87.344,13	-37,82%
Despesas de Capital	9.640.567,48	5.936.879,05	-3.703.688,43	61,58%	8.788.122,00	4.555.650,22	-4.232.471,78	51,84%	-1.381.228,83	-23,27%
Aquisição de Bens de Investimento	7.554.123,48	4.194.287,65	-3.359.835,83	55,52%	6.554.499,00	2.744.606,41	-3.809.892,59	41,87%	-1.449.681,24	-34,56%
Transferências de Capital	659.819,00	457.536,15	-202.282,85	69,34%	813.998,00	627.206,85	-186.791,15	77,05%	169.670,70	27,05%
Activos Financeiros	138.625,00	0,00	-138.625,00	0,00%	217.125,00	0,00	-217.125,00	0,00%	0,00	n.a.
Passivos Financeiros	1.185.000,00	1.184.604,86	-395,14	99,97%	1.200.000,00	1.183.836,96	-16.163,04	98,65%	-767,90	-0,06%
Outras Despesas de Capital	103.000,00	100.450,39	-2.549,61	97,52%	2.500,00	0,00	-2.500,00	0,00%	-100.450,39	n.a.
Total da Despesa	20.918.854,60	16.022.122,45	-4.896.732,15	76,59%	19.934.481,24	13.376.350,15	-6.558.131,09	67,10%	-2.645.772,30	-16,51%

O montante pago em 2014 (13.376.350,15€) foi inferior ao de 2013 (16.022.122,45€), constatando-se, em 2014, uma diminuição da despesa global paga no valor de (-) 2.645.772,30€ (16,51%) relativamente ao registado no ano anterior e atingindo-se um grau de execução de despesas de 67,10%, inferior em 9,49 p.p.

Do ponto de vista financeiro, constata-se que, em 2014, o maior esforço de pagamento foi canalizado para as despesas correntes assumindo 65,94% do total da despesa paga.

Constata-se que as despesas **correntes** diminuíram 12,54% (em termos absolutos 1.264.543,47€) e as **despesas de capital** diminuíram 23,27% (em termos absolutos 1.381.228,83€), em relação aos valores registados no exercício económico anterior.

Análise ao nível mais real_ Despesa Comprometida e Faturada

DESPESA COMPROMETIDA

Quadro nº43- Execução da Despesa Comprometida 2014-2013

(unid. monetária : Euros)

Designação	COMPROMISSOS ASSUMIDOS		Variação 2013/2014	Tx de Crescimento
	2014	2013		
01 Despesa com Pessoal	4.393.361,90	4.527.280,59	-133.918,69	-2,96%
02 Aquisição Bens e Serviços Correntes	4.532.248,28	5.039.957,29	-507.709,01	-10,07%
03 Encargos Correntes de Dívida	102.994,22	87.890,70	15.103,52	17,18%
04 Transferências Correntes	868.836,27	1.000.520,07	-131.683,80	-13,16%
06 Outras Despesas Correntes	144.039,06	231.224,07	-87.185,01	-37,71%
Despesas Correntes	10.041.479,73	10.886.872,72	-845.392,99	-7,77%
07 Aquisição de Bens de Capital	4.020.084,54	5.585.123,74	-1.565.039,20	-28,02%
08 Transferências de Capital	635.206,85	507.082,59	128.124,26	25,27%
09 Activos Financeiros	128.625,00	128.625,00	0,00	n.a.
10 Passivos Financeiros	1.183.836,96	1.184.604,86	-767,90	-0,06%
11 Outras Despesas de Capital	0,00	100.450,39	-100.450,39	n.a.
Despesas de Capital	5.967.753,35	7.505.886,58	-1.538.133,23	-20,49%
TOTAL GERAL	16.009.233,08	18.392.759,30	-2.383.526,22	-12,96%

O volume de compromissos assumidos em 2014, manteve a tendência de decréscimo registada no ano anterior, onde se tinha verificado uma diminuição da despesa comprometida em 7,23% (1.432.606,77€), sendo que já no exercício económico de 2012 se tinha registado uma diminuição na ordem dos 10,96% (2.441.347,49€). No exercício de 2014 a despesa comprometida diminuiu 12,96% (2.383.526,22€) relativamente ao registado no ano 2013.

DESPESA FATURADA

Avaliando a execução orçamental não apenas numa perspetiva de pagamentos, mas complementando com uma análise da despesa faturada, pode-se aferir a verdadeira dinâmica sobre a realização despesa.

Revisitando o quadro nº 44, temos que a taxa de execução da despesa faturada em 2014 atingiu os 68,30%, contra os 78,08% da despesa faturada em 2013.

Quadro nº44- Evolução da Despesa faturada e Paga 2013-2014

Capítulos	DESPESA 2014 vs 2013								
	2013		Faturada Nova	2014		Faturada Nova	Variação 2013/2014 Faturada/Nova	Paga 2014	Não Paga 2014
	Faturada Total	Faturada Transitada de 2012		Faturada Total	Faturada Transitada de 2013				
Despesas Correntes	10.223.720,86	517.802,36	9.705.918,50	9.055.100,62	334.750,78	8.720.349,84	-985.568,66	8.820.699,93	234.400,69
Pessoal	4.521.397,72	0,00	4.521.397,72	4.383.736,14	26.514,86	4.357.221,28	-164.176,44	4.382.188,70	1.547,44
Aquisição de Bens e Serviços	4.436.920,74	514.323,16	3.922.597,58	3.569.711,80	296.314,10	3.273.397,70	-649.199,88	3.347.627,00	222.084,80
Juros e Outros Encargos Financeiros	85.083,63	0,00	85.083,63	102.360,02	240,31	102.119,71	17.036,08	101.900,16	459,86
Transferências Correntes	949.230,13	3.430,00	945.800,13	855.489,81	11.555,65	843.934,16	-101.865,97	845.355,32	10.134,49
Outras Despesas Correntes	231.088,64	49,20	231.039,44	143.802,85	125,86	143.676,99	-87.362,45	143.628,75	174,10
						0,00	0,00		
Despesas de Capital	6.100.312,52	322.454,52	5.777.858,00	4.561.023,61	163.740,01	4.397.283,60	-1.380.574,40	4.555.650,22	5.373,39
Investimentos	4.357.721,12	302.108,99	4.055.612,13	2.749.979,80	163.740,01	2.586.239,79	-1.469.372,34	2.744.606,41	5.373,39
Transferências de Capital	457.536,15	20.345,53	437.190,62	627.206,85	0,00	627.206,85	190.016,23	627.206,85	0,00
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	1.184.604,86	0,00	1.184.604,86	1.183.836,96	0,00	1.183.836,96	-767,90	1.183.836,96	0,00
Outras Despesas de Capital	100.450,39	0,00	100.450,39	0,00	0,00	0,00	-100.450,39	0,00	0,00
DESPESAS TOTAIS	16.324.033,38	840.256,88	15.483.776,50	13.616.124,23	498.490,79	13.117.633,44	-2.366.143,06	13.376.350,15	239.774,08

Em 2014 a despesa faturada diminuiu (-) 2.707.909,15€ e relativamente ao ano anterior. Da diferença entre a despesa realizada (faturada) e a despesa paga em 2014 resulta uma dívida total a transitar para o ano 2015 de 239.774,08€ (quadros nº 38 e 42).

Em termos da faturação no próprio ano (expurgada da faturação não a despesa paga evoluiu no mesmo sentido, com menos (-) 2.645.772,30€ de pagamentos realizados paga em anos anteriores e transitada para exercício seguinte) registou-se um decréscimo de despesa faturada em 2014, em 2.366.143,06€.

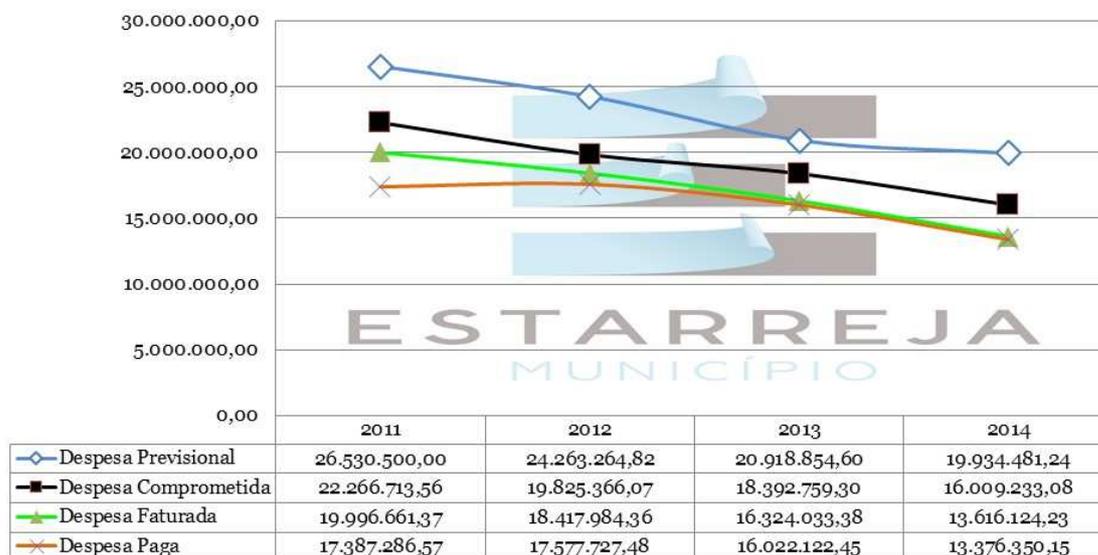
No ano 2014, a despesa global faturada atingiu o montante de 13.616.124,23€, sendo de mencionar que 498.490,79€ respeitam a despesa faturada transitada do exercício anterior, valor que foi muito inferior à despesa transitada de 2012 para 2013. O valor de nova despesa faturada em 2014 é de 13.117.633,44€, observando-se um decréscimo de (-) 15,28%, que em termos absolutos se traduziu numa diminuição de (-) 2.366.143,06€.

De notar que, a nova despesa fatura em termos de despesas correntes, sofreu um decréscimo de (-) 10,15% (985.568,66€), devido fundamentalmente aos decréscimos registados nas rubricas de “Despesas de Pessoal” e de “Aquisição de Bens e Serviços.

Relativamente às despesas de capital, o decréscimo de (-) 1.380.574,40€, que em termos percentuais situou-se em (-) 23,89%, é perceptível o contributo da aquisição de bens de capital/investimentos, com um decréscimo de 1.469.372,34€.

Resumidamente e tendo presente as diferentes óticas e análise da despesa temos a seguinte evolução:

Gráfico nº42- Evolução das Despesas nas suas diferentes fases



De salientar, quase a junção das linhas representantes da despesa faturada/realizada e da despesa paga, nos anos 2013 e 2014, traduzindo redução de dívida (despesa faturada não paga) transitada para exercícios seguintes.

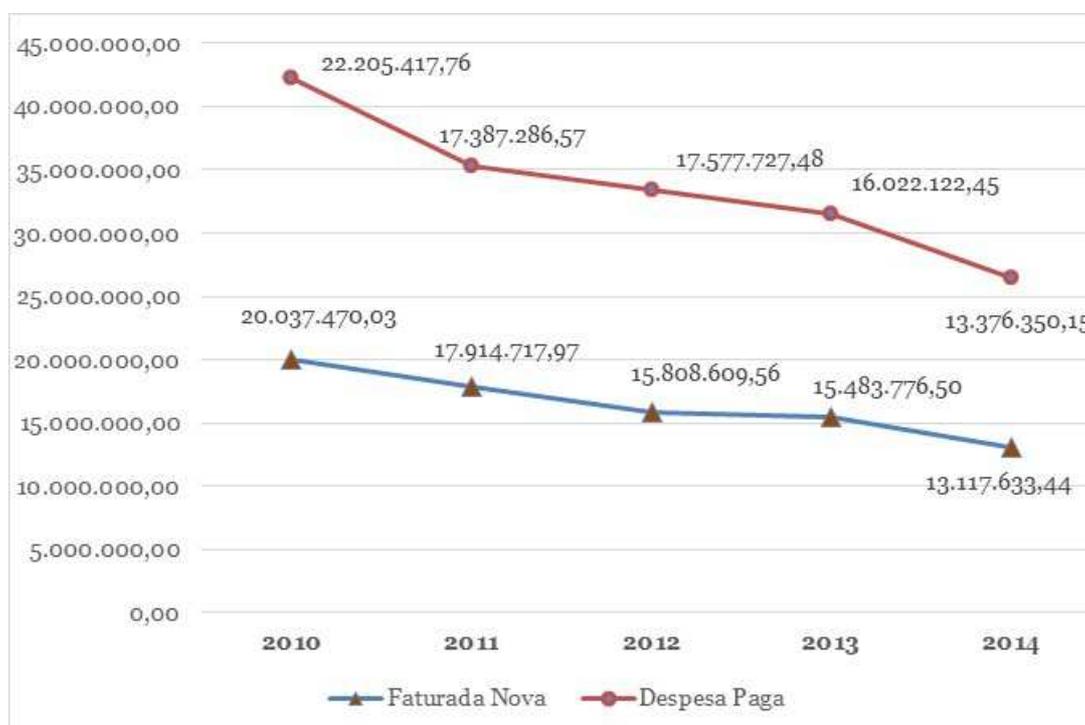
Quadro nº45- Evolução da Despesa 2011-2014

(unid. monetária : Euros)

Designação	2011	2012	2013	2014
Despesa Prevista (a)	26.530.500,00	24.263.264,82	20.918.854,60	19.934.481,24
Compromissos do Exercício (b)	22.266.713,56	19.825.366,07	18.392.759,30	16.009.233,08
Despesa Realizada por pagar	2.609.374,80	840.256,88	498.490,79	239.774,08
Despesa Paga do Exercício (c)	15.305.343,17	14.968.352,68	15.181.865,57	12.877.859,36
Despesa Paga por conta do Exercício anterior (d)	2.081.943,40	2.609.374,80	840.256,88	498.490,79
Compromissos a pagar em exercícios futuros (e=f-(c+d) - (Dívida))	4.879.426,99	2.247.638,59	2.370.636,85	2.632.882,93
Faturado no ano (f)	17.914.717,97	15.808.609,56	15.483.776,50	13.117.633,44
Total faturado no ano (h)	19.996.661,37	18.417.984,36	16.324.033,38	13.616.124,23
Grau de Execução da despesa comprometida (b/a) -%	83,93%	81,71%	87,92%	80,31%
Grau de Execução da despesa paga do faturado(c+d)/h -%	86,95%	95,44%	98,15%	98,24%

Ao analisar a variação da despesa nova faturada e despesa paga, justifica-se uma apreciação da sua evolução, representada no gráfico nº41:

Gráfico nº43- Evolução das Despesa Faturada Nova e Despesa Paga



► Desagregação da Despesa Global

O quadro seguinte demonstra com mais detalhe a execução das rubricas orçamentais de despesa:

Quadro nº46- Evolução da Despesa por rubricas económicas (unid. monetária : €uros)

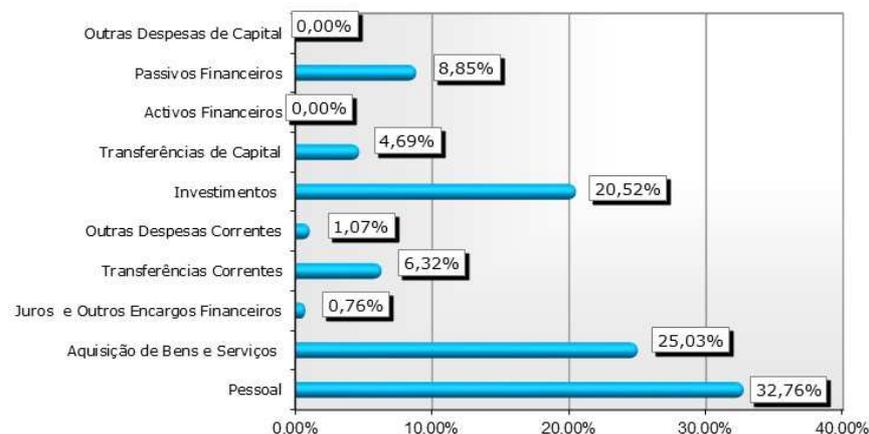
DESpesas Correntes				DESpesas de Capital			
Designação	Valor	%/RCor	% TOTAL	Designação	Valor	%/Rcap	% TOTAL
Despesas com Pessoal	4.382.188,70	49,68%	32,76%	Investimentos	2.744.606,41	60,25%	20,52%
Aquisição de Bens e Serviços	3.347.627,00	37,95%	25,03%	Terrenos	431.541,87	9,47%	3,23%
Aquisição de Bens	508.190,53	5,76%	3,80%	Habitacões	45.500,00	1,00%	0,34%
Aquisição de Serviços	2.839.436,47	32,19%	21,23%	Edifícios	394.108,94	8,65%	2,95%
Juros e Outros Encargos	101.900,16	1,16%	0,76%	Construções Diversas	97.436,71	2,14%	0,73%
Juros da Dívida Pública	99.514,95	1,13%	0,74%	Equipamento de Transporte	57.374,63	1,26%	0,43%
Juros de Locação Financeira	926,86	0,01%	0,01%	Equipamento Informático	15.755,30	0,35%	0,12%
Juros Tributários	0,00	0,00%	0,00%	Software Informático	20.701,82	0,45%	0,15%
Outros juros	1.458,35	0,02%	0,01%	Equipamento Administrativo	48.138,09	1,06%	0,36%
Outros encargos financeiros	0,00	0,00%	0,00%	Equipamento Básico	260.802,01	5,72%	1,95%
Transferências Correntes	845.355,32	9,58%	6,32%	Ferramentas e Utensílios	1.515,43	0,03%	0,01%
Administrações públicas	344.566,62	3,91%	2,58%	Artigos e Objectos de Valor	0,00	0,00%	0,00%
Segurança Social	0,00	0,00%	0,00%	Imobilizações Incorpóreas	448,93	0,01%	0,00%
Administrações privadas	429.969,88	4,87%	3,21%	Outros Investimentos	12.217,64	0,27%	0,09%
Famílias	70.818,82	0,80%	0,53%	Locação Financeira - Mat. Transp	46.559,58	1,02%	0,35%
Outras Despesas Correntes	143.628,75	1,63%	1,07%	Bens de Domínio Público	1.312.505,46	28,81%	9,81%
				Transferências de Capital	627.206,85	13,77%	4,69%
				Administrações públicas	253.533,93	5,57%	1,90%
				Administrações privadas	335.672,92	7,37%	2,51%
				Famílias	38.000,00	0,83%	0,28%
				Activos Financeiros	0,00	0,00%	0,00%
				Passivos Financeiros	1.183.836,96	25,99%	8,85%
				Amort. Emp. Contraídos a M/L Prazo	1.183.836,96	25,99%	8,85%
				Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00%
Totais de Despesas Correntes	8.820.699,93	100,00%	65,94%	Totais de Despesas de Capital	4.555.650,22	100,00%	34,06%
Totais de Despesas		13.376.350,15					

O contributo mais elevado para a totalidade das despesas pagas são as Despesas com Pessoal (32,76%), seguindo-se a Aquisição de Bens e Serviços Correntes (25,03%) e de seguida a Aquisição de Bens de Capital (20,52%).

As transferências correntes e de capital, que têm a ver com participações do Município em investimentos intermunicipais, com transferências para freguesias e para diversas coletividades culturais, desportivas, recreativas e de solidariedade do concelho, continuam a deter um peso significativo na execução orçamental desta autarquia, representando, no ano económico de 2014, 11,01% das Despesas Totais.

Os encargos com a amortização de capital de empréstimos de longo prazo contraídos pela autarquia corresponderam a 25,99% das Despesas de Capital e 8,85% das Despesas Totais.

Gráfico nº44 – Desagregação Despesa 2014



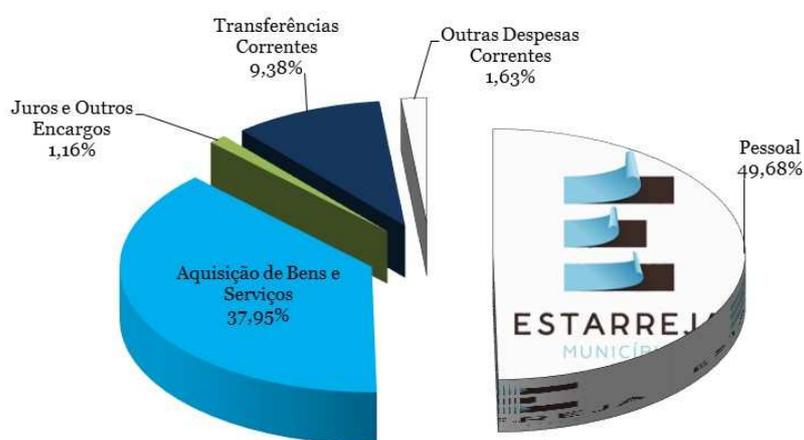
4.3.3. Análise da Despesas Correntes

A Despesa Corrente apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

Quadro nº47- Evolução das Despesas Correntes (unid. monetária : €uros)

Descrição	2011	2012	2013	2014					Crescimento		
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Faturado	Execução	Tx Exec	Valor	%
Pessoal	4.712.412,68	4.192.908,62	4.494.882,86	4.522.200,00	4.395.167,46	4.393.361,90	4.383.736,14	4.382.188,70	96,90%	-112.694,16	-2,51%
Aquisição de Bens e Serviços	4.324.224,95	3.872.767,84	4.328.156,86	5.095.876,24	4.560.709,09	4.532.248,28	3.569.711,80	3.347.627,00	65,69%	-980.529,86	-22,65%
Juros e Outros Encargos	185.715,46	234.912,21	84.843,32	262.000,00	102.994,22	102.994,22	102.360,02	101.900,16	38,89%	17.056,84	20,10%
Transferências Correntes	869.592,88	755.539,35	946.387,48	1.049.704,00	868.836,27	868.836,27	855.489,81	845.355,32	80,53%	-101.032,16	-10,68%
Outras Despesas Correntes	194.135,14	153.232,70	230.972,88	216.579,00	144.665,20	144.039,06	143.802,85	143.628,75	66,32%	-87.344,13	-37,82%
Total	10.286.081,11	9.209.360,72	10.085.243,40	11.146.359,24	10.072.372,24	10.041.479,73	9.055.100,62	8.820.699,93	79,14%	-1.264.543,47	-12,54%

Gráfico nº45 – Peso de cada uma das rubricas no total das Despesas Correntes (%) -2014



As despesas correntes constituem praticamente as despesas de funcionamento dos serviços que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente, objeto de uma utilização final. Dentro deste tipo de despesas, no 2014 os encargos com pessoal assumem o grupo de despesas com maior expressão obtendo um peso de 49,68% seguido de imediato pela Aquisição de Bens e Serviços com a expressão de 37,95%.

As despesas de funcionamento retratam o montante de encargos fixos e obrigatórios suportados pelo organismo municipal, agrupando as despesas com pessoal, com aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, tendo no ano 2014 atingido os 9.055.100,62€, em termos de faturação, correspondendo a nova despesa faturada a 8.720.349,84€, dado ter transitado do ano anterior dívida no valor de 334.750,78 €.

Quadro nº48- Faturação Despesas Correntes -2013/2014 (unid. monetária : €uros)

Capítulos	2013 Despesa Faturada						2014 Despesa Faturada					
	Transitada (a)	Nova (b)	Total (a)+(b)	% Desp Func	% Desp Corrente	% Desp Total	Transitada (d)	Nova e	Total (d)+e	% Desp Func	% Desp Corrente	% Desp Total
Pessoal	0,00	4.521.397,72	4.521.397,72	52,12%	46,58%	29,20%	26.514,86	4.357.221,28	4.383.736,14	56,05%	49,97%	32,57%
Aquisição de Bens e Serviços	514.323,16	3.922.597,58	4.436.920,74	45,22%	40,41%	25,33%	296.314,10	3.273.397,70	3.569.711,80	42,11%	37,54%	24,47%
Juros e Outros Encargos Financeiros	0,00	85.083,63	85.083,63	0,88%	0,55%		240,31	102.119,71	102.360,02	1,17%	1,17%	0,76%
Transferências Correntes	3.430,00	945.800,13	949.230,13	9,74%	6,11%		11.555,65	843.934,16	855.489,81	9,68%	6,31%	
Outras Despesas Correntes	49,20	231.039,44	231.088,64	2,66%	2,38%	1,49%	125,86	143.676,99	143.802,85	1,85%	1,65%	1,07%
Despesas de Funcionamento	514.372,36	8.675.034,74	9.189.407,10	100,00%	89,38%	56,03%	322.954,82	7.774.295,97	8.097.250,79	100,00%	89,15%	58,12%
Despesas Correntes	517.802,36	9.705.918,50	10.223.720,86	100,00%	62,68%		334.750,78	8.720.349,84	9.055.100,62	100,00%	65,19%	
Despesas Totais	840.256,88	15.483.776,50	16.324.033,38				239.774,08	13.376.350,15	13.616.124,23			100,00%

Tratando-se, essencialmente, de despesas fixas de funcionamento, as despesas correntes revelam um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam recair, o que facilmente se verifica pelo forte peso que as despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços assumem no seu valor total. De facto, as despesas de funcionamento representam 89,15% da execução das despesas correntes.

Da análise do quadro anterior afere-se que a rubrica as despesas com pessoal é a que tem o maior peso nas despesas de funcionamento no que respeita a nova faturação, ao assumir 56,05%, peso este superior ao apurado em 2013 (52,12%).

As Transferências Correntes, que acusam 9,68% do valor das despesas correntes pagas, são também espelho do forte empenho da Autarquia no apoio às diversas coletividades do concelho.

► Despesa com Pessoal

Na globalidade das despesas correntes da Autarquia, uma das rubricas de maior peso é a de despesas com pessoal, representando cerca de 56,05% das despesas de funcionamento, 49,97% das despesas correntes em cerca de 32,57% das despesas totais, em termos da despesa faturada.

As despesas com pessoal englobam as remunerações certas e permanentes com os membros dos órgãos autárquicos, com o pessoal dos quadros, contratado a termo, em regime de tarefa ou avença e em qualquer outra situação. Compreende também outras despesas correlacionadas com o pessoal designadamente, deslocações e ajudas de custo, trabalho extraordinário e em regime de turnos, abono para falhas, subsídio de refeição, alimentação, alojamento e abonos diversos. Inclui ainda, outro tipo de prestações sociais diretas, designadamente, subsídio familiar a crianças e jovens, pensões, encargos sobre remunerações (ADSE e Seg. Social), seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais e despesas de saúde.

Gráfico nº46 – Evolução das despesas com pessoal nas suas componentes



Com um valor global 4.382.188,70€ as despesas com pessoal tiveram um decréscimo de 112.694,16€ (-2,71%). Esta variação negativa nas despesas com pessoal é justificada fundamentalmente pela saída de 9 (nove) funcionários dos quadros do Município.

Quadro nº49- Despesas com Pessoal (2011-2014) (unid. monetária : €uros)

Descrição	2011	2012	2013	2014	Crescimento	
					Valor	%
Membros de Órgãos Autárquicos	149.150,05	147.939,05	143.868,03	122.755,96	-21.112,07	-14,67%
Pessoal do Quadro	2.418.924,15	2.355.775,81	2.330.470,30	2.185.091,49	-145.378,81	-6,24%
Pessoal Contratado a Termo	231.314,27	151.698,22	8.169,62	0,00	-8.169,62	-100,00%
Pessoal em Regime de Tarefa/ Av ença	192.988,36	271.048,02	316.529,71	241.648,80	-74.880,91	-23,66%
Pessoal em Qualquer Outra Situação	49.640,90	13.191,46	6.566,40	51.048,68	44.482,28	677,42%
Subsídio de Refeição	230.973,51	216.382,25	205.239,52	191.979,19	-13.260,33	-6,46%
Subsídio de Férias e de Natal	494.001,46	153.622,32	436.824,85	432.114,32	-4.710,53	-1,08%
Outras Remunerações	65.017,29	76.620,05	74.656,03	63.992,39	-10.663,64	-14,28%
TOTAL REMUNERAÇÕES CERTAS	3.832.009,99	3.386.277,18	3.522.324,46	3.288.630,83	-233.693,63	-6,63%
Horas Extraordinárias	45.142,29	31.838,55	36.542,79	35.110,75	-1.432,04	-3,92%
Abono para falhas	4.997,08	6.153,38	5.785,51	5.676,34	-109,17	-1,89%
Outros Abonos	27.139,53	23.452,43	26.863,75	72.397,54	45.533,79	169,50%
TOTAL ABONOS VARIÁVEIS / EVENTUAIS	77.278,90	61.444,36	69.192,05	113.184,63	43.992,58	63,58%
Encargos com Saúde (ADSE)	169.818,46	216.748,85	228.662,83	245.015,32	16.352,49	7,15%
Caixa Geral de Aposentações	374.999,88	328.143,42	486.055,36	543.086,91	57.031,55	11,73%
Segurança Social -Reg Geral	174.380,80	140.853,77	127.150,12	140.044,63	12.894,51	10,14%
Outras Prestações Sociais (*)	46.509,52	35.858,89	40.692,28	32.994,79	-7.697,49	-18,92%
Seguros com Pessoal	37.415,13	23.582,15	20.805,76	19.231,59	-1.574,17	-7,57%
TOTAL CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	803.123,79	745.187,08	903.366,35	980.373,24	77.006,89	8,52%
TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	4.712.412,68	4.192.908,62	4.494.882,86	4.382.188,70	-112.694,16	-2,51%

O grupo mais representativo corresponde a remunerações certas e permanentes (vencimento mensal, subsídios de férias e Natal e despesas de representação) dos eleitos locais, funcionários, agentes e prestadores de serviços do município, cabendo-lhes o valor global de 3.288.630,83€. Segue-se o grupo referente a contribuições e encargos patronais com a segurança social (subsídios e prestações familiares, assistência na saúde, caixa geral de aposentações, regime geral de segurança social e em termos de seguros com pessoal) que totalizou 980.373,24€. O remanescente, no valor de 113.184,63€, reflete o conjunto de abonos variáveis e eventuais, tais como horas extraordinárias, ajudas de custo, abonos para falhas e senhas de presença da Assembleia e Câmara Municipais.

A rubrica de *Remunerações Certas e Permanentes*, representam 75% das Despesas com Pessoal, evidenciando um decréscimo relativamente ao ano 2013 de 6,63% (-233.693,63€), justificado fundamentalmente pela saída de 9 (nove) funcionários do quadro do Município.

Os *Abonos Variáveis e Eventuais*, afiguram 2,65% das despesas com pessoal, apresentando em relação ao exercício de 2013, um acréscimo de 63,58% (43.992,58€), essencialmente pelo pagamento de subsídio de reintegração (34.261,50€) do antigos eleitos locais.

A *Segurança Social*, absorve 22,4% registando em relação ao exercício de 2013, um acréscimo de 8,52%, correspondendo em termos absolutos um aumento de 77.006,89€.

De referir, que pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE2014), mais especificamente no seu artigo 81º, procedeu-se a alteração do artigo 6º do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, alterando a taxa de desconto para a Caixa Geral de Aposentação, IP (CGA,IP), por parte das entidades empregadoras da administração pública, de 20% para 23,75%. Esta alteração de 3,75% nos descontos para a CGA,IP, tiveram o seu reflexo no aumento do valor das contribuições para a Segurança Social. De referir, que pela LOE 2013 tinha já existido uma alteração da taxa de desconto para a CGA de 15% para 20%.

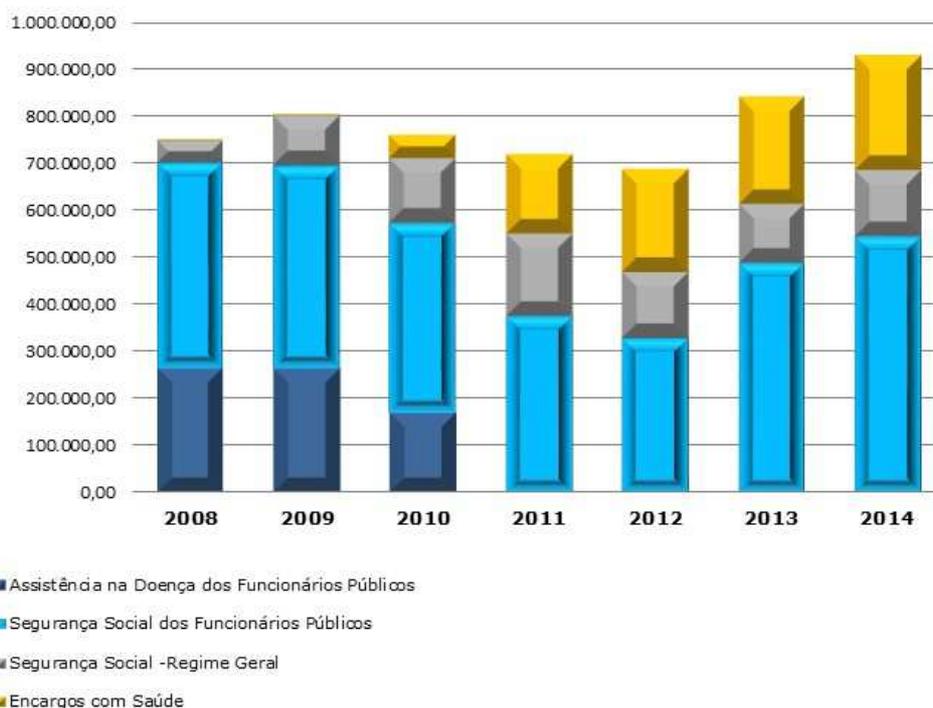
Em termos de encargos com o pessoal suportados pela entidade patronal, os valores apurados encontram-se resumidos no quadro seguinte:

Quadro nº50-

(unid. monetária : €uros)

Contribuições para a Segurança Social				
Ano	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos	Segurança Social dos Funcionários Públicos	Segurança Social - Regime Geral	Encargos de saúde
2002	219.427,30	253.281,40	14.014,06	
2003	215.391,60	250.647,89	9.798,23	
2004	221.364,40	257.235,08	12.852,85	
2005	234.466,60	273.729,90	19.883,01	
2006	249.996,65	401.602,01	38.967,11	
2007	253.160,75	429.053,34	33.320,24	
2008	260.547,95	440.327,63	46.435,51	698,61
2009	261.382,01	430.706,99	108.467,64	1.952,85
2010	167.752,85	403.758,23	137.635,14	49.288,35
2011	0,00	374.999,88	174.380,80	169.818,46
2012	0,00	328.143,42	140.853,77	216.748,85
2013	0,00	486.055,36	127.150,12	228.662,83
2014	0,00	543.086,91	140.044,63	245.015,32

Gráfico nº47



► Aquisição de Bens e Serviços Correntes

No agrupamento de aquisição de bens e serviços estão registadas as despesas realizadas com a aquisição de bens de consumo, inventariáveis ou não, mas não caracterizáveis como bens de capital, bem como as despesas realizadas com a aquisição de serviços a terceiros.

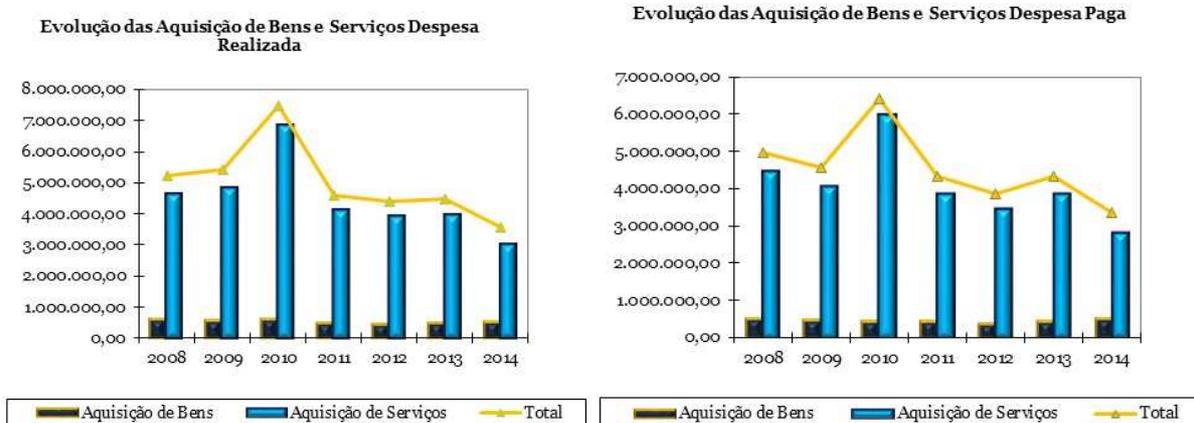
A rubrica “Aquisição de bens e serviços”, que representou 37,95% da despesa corrente e 25,03% da despesa total. Os gastos neste âmbito reduziram cerca 22,65%, em relação a 2013. Neste âmbito, a maior relevância nos gastos foi assumida pela aquisição de serviços. Do montante total de 3.347.627,00€, 15,18% corresponderam a despesa em aquisição de bens (combustíveis, gás, matérias primas, material de transporte, etc) e 84,82% corresponderam a despesa para aquisição de serviços (refeições escolares, AEC's, transportes escolares, segurança e limpeza de edifícios, comunicações, etc.).

No que respeita à aquisição de bens e serviços, a taxa de execução da despesa realizada atingiu os 65,69%, observável no mapa de controlo orçamental da despesa

Seguidamente apresentam-se alguns quadros e gráficos elucidativos da evolução das despesas faturadas e pagas em aquisição de bens e serviços.

Ao analisar a evolução da despesa realizada e da despesa paga referente a aquisição de bens e serviços nos últimos anos, conclui-se que desde 2008 se tem registado um crescimento anual, no entanto no ano 2011 regista-se uma inversão dessa tendência tanto em termos de despesa paga como realizada (faturada), mantendo essa tendência de decréscimo no ano 2014.

Gráficos nº48 e 49



No ano 2014 registou-se um decréscimo de (-) 20,19% na despesa realizada. Adicionalmente, no apuramento da despesa paga registou-se um decréscimo de (-) 22,65%.

O próximo quadro é elucidativo destas observações.

Quadro nº51 – Evolução da Despesa – Aquisição de bens e serviços correntes

Designação	2011	2012	2013	2014			
				Valor	Desvio /Variação	Tx Cresc. 2014/2013	Peso
Despesa Realizada (Facturada)							
Aquisição de Bens	471.635,89	449.599,71	489.304,74	519.552,56	30.247,82	6,18%	14,55%
Aquisição de Serviços	4.133.247,83	3.937.491,29	3.983.496,83	3.050.159,24	-933.337,59	-23,43%	85,45%
Total.....	5.411.064,27	4.387.091,00	4.472.801,57	3.569.711,80	-903.089,77	-20,19%	100,00%
Despesas Paga							
Aquisição de Bens	452.072,21	396.424,52	461.163,11	508.190,53	47.027,42	10,20%	15,18%
Aquisição de Serviços	3.872.152,44	3.476.343,32	3.866.993,75	2.839.436,47	-1.027.557,28	-26,57%	84,82%
Total.....	4.324.224,65	3.872.767,84	4.328.156,86	3.347.627,00	-980.529,86	-22,65%	100,00%

De seguida, apresenta-se uma apreciação com mais detalhe de cada uma das rubricas.

AQUISIÇÃO DE BENS

No ano 2014, a aquisição de bens totalizou 519.552,56€ no que respeita à despesa realizada e cifrou-se em 508.190,53€ no que respeita a despesa paga no ano, sendo que transita para o ano 2014 o valor de 11.362,03€ de despesa não paga.

Importa referir que a despesa realizada com combustíveis e lubrificantes (*onde se inclui fornecimento de combustíveis a instalações desportivas e escolares*) reforçou a liderança na hierarquia das mais elevadas, tendo absorvido 46,80% da despesa total com aquisição de bens. Em segundo lugar poderemos observar a despesa relativa a matérias primas e subsidiárias que também aumentou a sua ponderação e absorveu 16,07% do mesmo universo.

O próximo quadro apresenta em detalhe a evolução registada.

Quadro nº 52 - Aquisição de Bens Correntes

Designação	DESPESA PAGA						DESPESA REALIZADA (facturada)					
	2013		2014		Δ 2013/2014		2013		2014		Δ 2013/2014	
	Valor	%	Valor	%	Nominal	%	Valor	%	Valor	%	Nominal	%
Matérias primas e subsidiárias	71.214,50	15,44%	86.220,56	16,97%	15.006,06	21,07%	81.022,83	16,56%	86.368,16	16,62%	5.345,33	6,60%
Combustíveis e Lubrificantes	221.502,33	48,03%	237.840,93	46,80%	16.338,60	7,38%	224.977,47	45,98%	237.840,93	45,78%	12.863,46	5,72%
Gasolina	10.289,90	2,23%	9.573,08	1,88%	-716,82	-6,97%	10.289,90	2,10%	9.573,08	1,84%	-716,82	-6,97%
Gasóleo	103.264,65	22,39%	92.388,27	18,18%	-10.876,38	-10,53%	103.264,65	21,10%	92.388,27	17,78%	-10.876,38	-10,53%
Outros	107.947,78	23,41%	135.879,58	26,74%	27.931,80	25,88%	111.422,92	22,77%	135.879,58	26,15%	24.456,66	21,95%
Limpeza e Higiene	10.866,38	2,36%	8.648,58	1,70%	-2.217,80	-20,41%	11.339,38	2,32%	8.648,58	1,66%	-2.690,80	-23,73%
Vestuário e Artigos Pessoais	4.308,26	0,93%	10.930,64	2,15%	6.622,38	153,71%	4.308,26	0,88%	10.930,64	2,10%	6.622,38	153,71%
Material de Escritório	25.670,97	5,57%	23.354,62	4,60%	-2.316,35	-9,02%	29.711,54	6,07%	23.750,78	4,57%	-5.960,76	-20,06%
Produtos Químicos e Farmacêuticos	15.463,73	3,35%	11.074,03	2,18%	-4.389,70	-28,39%	15.463,73	3,16%	11.074,03	2,13%	-4.389,70	-28,39%
Material de Transporte - Peças	12.084,21	2,62%	14.586,07	2,87%	2.501,86	20,70%	12.492,03	2,55%	14.586,07	2,81%	2.094,04	16,76%
Outro material - Peças	10.286,16	2,23%	16.940,23	3,33%	6.654,07	64,69%	10.773,86	2,20%	16.940,23	3,26%	6.166,37	57,23%
Prémios, Condecorações e Ofertas	25.103,14	5,44%	37.342,71	7,35%	12.239,57	48,76%	30.152,29	6,16%	45.428,43	8,74%	15.276,14	50,66%
Mercadorias para venda	6.302,10	1,37%	1.054,33	0,21%	-5.247,77	-83,27%	6.302,10	1,29%	2.253,58	0,43%	-4.048,52	-64,24%
Ferramentas e Utensílios	2.382,69	0,52%	4.504,19	0,89%	2.121,50	89,04%	2.382,69	0,49%	4.504,19	0,87%	2.121,50	89,04%
Livros e Documentação Técnica	606,35	0,13%	264,41	0,05%	-341,94	-56,39%	686,35	0,14%	264,41	0,05%	-421,94	-61,48%
Artigos Honoríficos e de Decoração	332,10	0,07%	35,42	0,01%	-296,68	n.a.	332,10	0,07%	35,42	0,01%	-296,68	n.a.
Material de Educação, Cultura e Recreio	5.562,29	1,21%	9.886,26	1,95%	4.323,97	77,74%	5.562,29	1,14%	11.013,16	2,12%	5.450,87	98,00%
Outros Bens	49.477,90	10,73%	45.507,55	8,95%	-3.970,35	-8,02%	53.797,82	10,99%	45.913,95	8,84%	-7.883,87	-14,65%
Total	461.163,11	100,00%	508.190,53	100,00%	47.027,42	10,20%	489.304,74	100,00%	519.552,56	100,00%	30.247,82	6,18%

Na comparação da execução do exercício de 2014 com o exercício de 2013, verifica-se que a aquisição de bens aumentou 10,20%, nomeadamente, nas sub-rubricas seguintes:



AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Este agrupamento respeita a despesas com a aquisição de serviços a terceiros por parte da autarquia, acolhendo, designadamente, as despesas relativas aos encargos das instalações, iluminação pública, vigilância e segurança, transportes e comunicações, locação de bens, representação municipal, seguros, estudos pareceres e projetos, consultadoria, outros trabalhos especializados e encargos de cobrança de receitas.

Inclui igualmente as despesas com publicidade e os salários de pessoal que, sendo recrutado para trabalhos esporádicos ou sazonais, sem qualquer expectativa de continuidade, não reúne os requisitos para ser considerado pessoal do quadro ou pessoal em qualquer outra situação.

Nesta rubrica são ainda inscritos os pagamentos de emolumentos pelo visto das contas de gerência e contratos e os encargos resultantes de inscrição de funcionários em cursos de especialização e aperfeiçoamento.

Quadro nº 53 - Aquisição de Serviços Correntes

Designação	DESPESA PAGA						DESPESA REALIZADA (facturada)					
	2013		2014		Δ 2013/2014		2013		2014		Δ 2013/2014	
	Valor	%	Valor	%	Nominal	%	Valor	%	Valor	%	Nominal	%
Encargos de Instalações	339.515,50	8,78%	340.023,20	11,98%	507,70	0,15%	352.405,27	8,85%	373.915,81	12,26%	21.510,54	6,10%
Limpeza e Higiene	35.139,62	0,91%	35.094,14	1,24%	-45,48	-0,13%	37.772,56	0,95%	40.218,34	1,32%	2.445,78	6,48%
Conservação de Bens	100.024,61	2,59%	106.554,54	3,75%	6.529,93	6,53%	106.368,73	2,67%	111.460,35	3,65%	5.091,62	4,79%
Locação de Edifícios	157,42	0,00%	161,75	0,01%	4,33	2,75%	157,42	0,00%	161,75	0,01%	4,33	2,75%
Locação de Material de Informática	22.145,91	0,57%	32.660,31	1,15%	10.514,40	47,48%	27.561,16	0,69%	32.660,31	1,07%	5.099,15	18,50%
Locação de Outros Bens	50.790,00	1,31%	86.658,35	3,05%	35.868,35	70,62%	54.081,36	1,36%	88.650,95	2,91%	34.569,59	63,92%
Comunicações	73.533,91	1,90%	61.968,04	2,18%	-11.565,87	-15,73%	74.776,83	1,88%	62.055,12	2,03%	-12.721,71	-17,01%
Transportes	222.300,47	5,75%	215.239,63	7,58%	-7.060,84	-3,18%	222.745,57	5,59%	218.264,58	7,16%	-4.480,99	-2,01%
Representação dos Serviços	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Seguros	47.203,04	1,22%	45.209,46	1,59%	-1.993,58	-4,22%	47.203,04	1,18%	47.610,07	1,56%	407,03	0,86%
Deslocações e Estadas	10.499,64	0,27%	25.385,66	0,89%	14.886,02	141,78%	11.289,64	0,28%	26.267,57	0,86%	14.977,93	132,67%
Estudos, projectos, pareceres e consultadoria	208.809,02	5,40%	76.686,82	2,70%	-132.122,20	-63,27%	208.809,02	5,24%	77.424,82	2,54%	-131.384,20	-62,92%
Formação	3.869,90	0,10%	6.574,40	0,23%	2.704,50	69,89%	4.306,60	0,11%	6.574,40	0,22%	2.267,80	52,66%
Seminários, Exposições e Similares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Publicidade	54.557,42	1,41%	65.426,61	2,30%	10.869,19	19,92%	57.939,76	1,45%	68.692,51	2,25%	10.752,75	18,56%
Vigilância e Segurança	19.156,45	0,50%	21.719,46	0,76%	2.563,01	13,38%	19.156,45	0,48%	21.719,46	0,71%	2.563,01	13,38%
Assistência Técnica	95.362,59	2,47%	77.752,51	2,74%	-17.610,08	-18,47%	99.971,47	2,51%	86.690,91	2,84%	-13.280,56	-13,28%
Outros Trabalhos Especializados	1.402.459,83	36,27%	1.059.646,55	37,32%	-342.813,28	-24,44%	1.477.382,53	37,09%	1.200.376,61	39,35%	-277.005,92	-18,75%
Serviços Recolha / Tratamento de RSU	569.130,29	14,72%	396.104,85	13,95%	-173.025,44	-30,40%	604.400,98	15,17%	464.942,93	15,24%	-139.458,05	-23,07%
Serviços de Alimentação	221.895,27	5,74%	159.969,63	5,63%	-61.925,64	-27,91%	246.207,74	6,18%	220.652,11	7,23%	-25.555,63	-10,38%
Serviços de Limpeza Urbana	11.795,98	0,31%	9.181,09	0,32%	-2.614,89	-22,17%	15.099,42	0,38%	9.181,09	0,30%	-5.918,33	-39,20%
Serviços de Tratamento de Saneamento	149.326,58	3,86%	89.595,94	3,16%	-59.730,64	-40,00%	149.326,58	3,75%	89.595,94	2,94%	-59.730,64	-40,00%
Diversos	450.311,71	11,65%	404.795,04	14,26%	-45.516,67	-10,11%	462.347,81	11,61%	416.004,54	13,64%	-46.343,27	-10,02%
Encargos de Cobrança de Receitas	114.341,64	2,96%	96.549,80	3,40%	-17.791,84	-15,56%	114.341,64	2,87%	96.549,80	3,17%	-17.791,84	-15,56%
Outros Serviços	1.067.126,78	27,60%	486.125,24	17,12%	-581.001,54	-54,45%	1.067.227,78	26,79%	490.865,88	16,09%	-576.361,90	-54,01%
Emolumentos	33.989,26	0,88%	23.615,37	0,83%	-10.373,89	-30,52%	33.989,26	0,85%	23.790,37	0,78%	-10.198,89	-30,01%
Publicações	6.952,32	0,18%	5.742,74	0,20%	-1.209,58	-17,40%	6.952,32	0,17%	5.742,74	0,19%	-1.209,58	-17,40%
Electricidade -Iluminação Pública	996.468,85	25,77%	440.637,88	15,52%	-555.830,97	-55,78%	996.468,85	25,01%	441.329,02	14,47%	-555.139,83	-55,71%
Diversos Serviços	29.716,35	0,77%	16.129,25	0,57%	-13.587,10	-45,72%	29.817,35	0,75%	20.003,75	0,66%	-9.813,60	-32,91%
Total	3.866.993,75	100,00%	2.839.436,47	100,00%	-1.027.557,28	-26,57%	3.983.496,83	100,00%	3.050.159,24	100,00%	-933.337,59	-23,43%

Em matéria de aquisição de serviços, despesa paga perfaz na gerência em apreço 2.839.436,47€, verificando-se, face ao período homólogo, um decréscimo de (-) 26,57%, fortemente influenciado pela diminuição das seguintes sub-rubricas

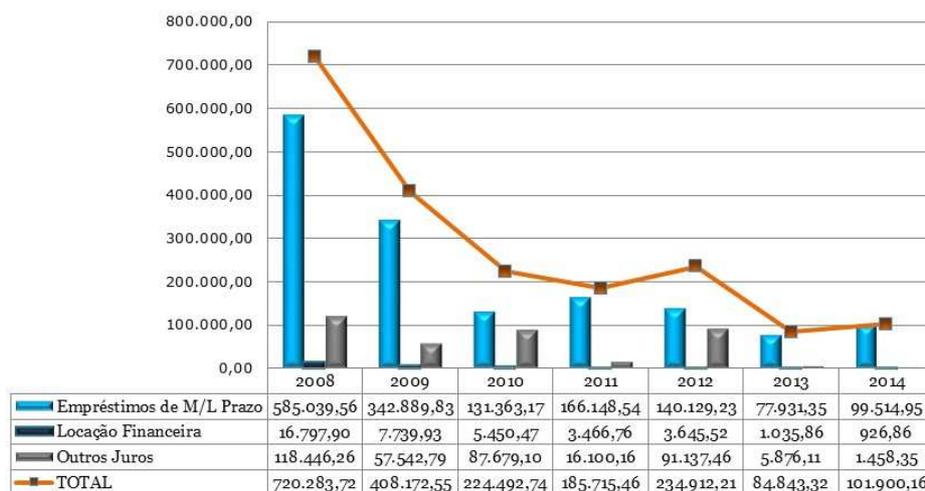
A aquisição de serviços promovida pelo Município de Estarreja representou uma despesa faturada no montante de 3.050.159,24€ e uma despesa paga que totalizou 2.839.436,47€, originando uma dívida a transitar para o exercício económico de 2015 de 210.722,77 €. Em termos nominais, no que respeita a despesa paga, verifica-se uma diminuição de 1.027.557,28€ em relação ao registado no ano anterior, tendo a despesa realizada diminuído apenas 933.337,59€.



➤ Encargos Correntes da Dívida

Os juros suportados correspondem 1,16% das Despesas Correntes e 0,76% das Despesas Totais.

Gráfico nº 50 – Juros e Outros Encargos



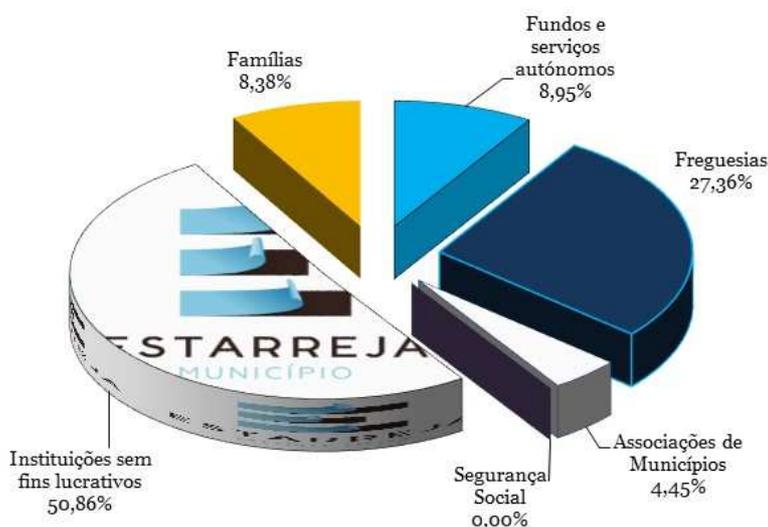
Na rubrica Encargos Correntes da Dívida encontram-se, também, contabilizados os juros resultantes do financiamento de algumas aquisições de edifícios, equipamento básico e de transporte através de locação financeira e juros de mora por atrasos em pagamentos a terceiros.

➤ Transferências Correntes

Em **transferências correntes**, foram registadas as despesas que se destinaram a apoiar o funcionamento de diversas instituições que desenvolvem atividades com interesse municipal, bem como, as verbas a título de apoio ao associativismo. É, também, nesta rubrica que se inscrevem as transferências para as freguesias (no âmbito dos acordos de execução e contratos inter-administrativos celebrados de delegação de competências) e para os agrupamentos escolares e/ou outras entidades com as quais o município tenha celebrado acordos de colaboração no âmbito da educação (refeições escolares, atividades de apoio à família, etc.). O montante total a este título ascendeu a 845.355,32€ (-10,68% do que em 2013.).

Quadro nº 54 – Transferências Correntes (Despesa)

Designação	2014	2013	2012	2011
Administração Central	75.660,20	110.698,76	80.126,22	86.980,50
Administração Local	268.906,42	281.267,68	265.056,27	269.944,75
Freguesias	231.311,54	216.079,61	226.613,39	236.036,75
Associações de Municípios	37.594,88	65.188,07	38.442,88	33.908,00
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições sem fins lucrativos	429.969,88	489.027,63	338.815,01	427.011,18
Famílias	70.818,82	65.393,41	71.541,85	85.656,45
TOTAL	845.355,32	946.387,48	755.539,35	869.592,88
Varição - valor	-101.032,16	190.848,13	-114.053,53	-138.718,43
Varição - %	-10,68%	25,26%	-13,12%	-13,76%

Gráfico nº 51 – Desagregação Transferências Correntes


As transferências atribuídas a particulares dizem respeito, fundamentalmente a auxílios económicos atribuídos às diversas escolas de ensino básico do concelho no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Expansão da Rede Pré-Escolar e a despesas assumidas pela Câmara na concretização do Programa Ocupacional para Trabalhadores de comprovada Carência Económica.

► Outras Despesas Correntes

Quadro nº 55 – Outras Despesas Correntes

Designação	2014		2013		Tx Cresc
	Valor	%	Valor	%	
Diversas	40.359,30	28,10%	63.422,38	32,18%	-36,36%
Impostos e Taxas	40.359,30	28,10%	63.422,38	32,18%	-36,36%
Outras	103.269,45	71,90%	167.550,50	67,82%	-38,37%
Restituições	98.316,22	68,45%	151.380,87	44,29%	-35,05%
IVA Pago	0,00	0,00%	0,00	19,56%	n.a.
Serviços Bancários	2.491,92	1,73%	11.881,12	1,69%	-79,03%
Diversas	2.461,31	1,71%	4.288,51	2,28%	-42,61%
TOTAL.....	143.628,75	100,00%	230.972,88	100,00%	-37,82%

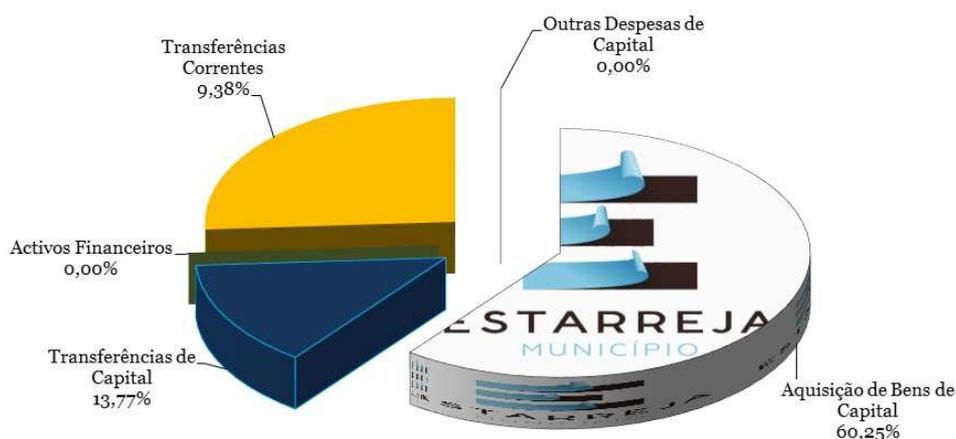
O total de despesas consideradas como residuais, não classificáveis nas outras rubricas económicas, ascendeu no exercício de 2014 aos 143.628,75€. No ano económico de 2014, denota-se um decréscimo desta rubrica económica de despesas, na ordem dos 37,82%, correspondendo a uma diminuição de 87.344,13€.

4.3.4. Análise da Despesas de Capital

As despesas de capital pagas totalizam 4.555.650,2€, registando-se um desvio negativo, em termos absolutos, de 1.381.228,83€ em relação ao ano anterior, traduzindo um decréscimo de 23,27%.

A repartição das despesas de capital efetuada pelo município, no ano 2014, encontra-se descrita no gráfico apresentado de seguida:

Gráfico nº 52 – Desagregação das Despesas de Capital (2014)



A Despesa de Capital apresenta no período em análise, por rubrica da despesa, a seguinte evolução:

Quadro nº 56 – Evolução das Despesas de Capital

Descrição	2011	2012	2013	2014					Crescimento		
				Dotação	Cabiment.	Comprom.	Faturado	Execução	Tx Exec	Valor	%
Aquisição de Bens de Capital	4.755.463,49	6.713.812,04	4.194.287,65	6.554.499,00	4.072.623,68	4.020.084,54	2.749.979,80	2.744.606,41	41,87%	-1.449.681,24	-34,56%
Transferências de Capital	865.706,77	418.409,91	457.536,15	813.998,00	635.206,85	635.206,85	627.206,85	627.206,85	77,05%	169.670,70	37,08%
Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	217.125,00	128.625,00	128.625,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a
Passivos Financeiros	1.480.035,20	1.236.144,81	1.184.604,86	1.200.000,00	1.183.836,96	1.183.836,96	1.183.836,96	1.183.836,96	98,65%	-767,90	-0,06%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	100.450,39	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	-100.450,39	-100,00%
TOTAL	7.101.205,46	8.368.366,76	5.936.879,05	8.788.122,00	6.020.292,49	5.967.753,35	4.561.023,61	4.555.650,22	51,84%	-1.381.228,83	-23,27%

► Investimento Global

O investimento global do município é caracterizado nas suas diferentes vertentes pelo Investimento Direto, Transferências de Capital (Investimento Indireto) e Ativos Financeiros.

Nas despesas de investimento incluem-se os projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos, refletindo investimentos diretos do Município, e as transferências para investimentos de outras administrações (freguesias, IPSS e outras associações)

No próximo quadro podemos observar a desagregação do investimento global e a sua evolução nos últimos 5 anos, assim como o peso de cada uma das rubricas no total da despesa.

Quadro nº 57 - Evolução Investimento Global- Pago

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2010	2011	2012	2013	2014	%Desp Total	Tx Cresc
Aquisição de Bens de Capital	6.843.978,26	4.755.463,49	6.713.812,04	4.194.287,65	2.744.606,41	81,40%	-34,56%
Transferências de Capital	915.624,29	865.706,77	418.409,91	457.536,15	627.206,85	18,60%	37,08%
Ativos Financeiros	154.472,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	n.a.
TOTAL	7.914.075,05	5.621.170,26	7.132.221,95	4.651.823,80	3.371.813,26	100,00%	-27,52%

Quadro nº 58 - Evolução Investimento Global- Faturado

(unidade monetária : Euros)

Capítulos	2010	2011	2012	2013	2014	%Desp Total	Tx Cresc
Aquisição de Bens de Capital	7.934.282,93	6.929.165,19	7.015.921,03	4.358.027,66	2.749.979,80	81,56%	-36,90%
Transferências de Capital	1.363.571,31	930.491,43	438.755,44	457.536,15	627.206,85	18,60%	37,08%
Ativos Financeiros	154.472,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	n.a.
TOTAL	9.452.326,74	7.859.656,62	7.454.676,47	4.815.563,81	3.377.186,65	100,16%	-29,87%

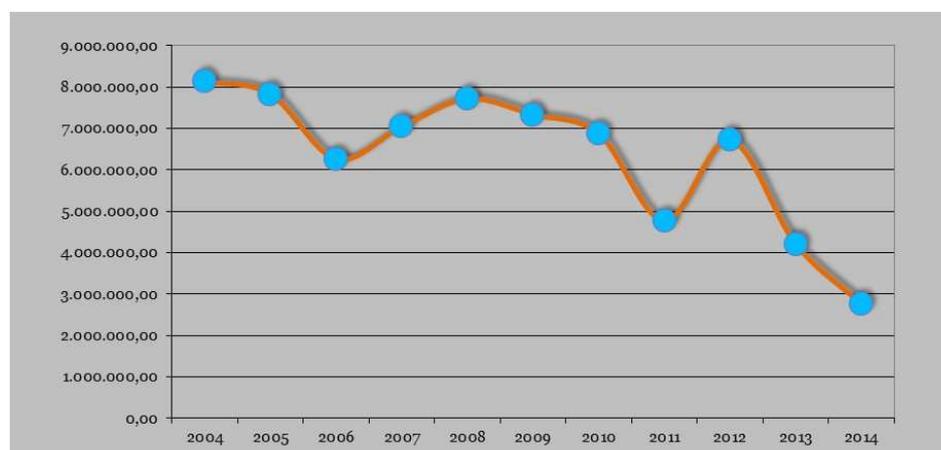
As despesas de investimento, na vertente de pagamentos, totalizaram, no ano 2014, um valor de 3.371.813,26€, apresentando uma variação de -27,52% (1.280.010,54€), relativamente ao período homólogo anterior. O índice de realização deste tipo de despesas está normalmente correlacionado com a angariação de participações financeiras externas. Para a estrutura global da despesa, as despesas de investimento representam 20,52%.

Numa perspetiva de despesa realizada/faturada as despesas de investimento totalizaram, no ano 2014, 3.377.186,65€, transitando para o ano 2015, faturas no valor de apenas 5.373,39€. Relativamente ao exercício económico anterior assistiu-se a uma diminuição de 29,87% nas despesas de investimento faturadas.

INVESTIMENTO DIRETO

Com o objetivo de aumentar o capital fixo, quer por meio de aquisição a terceiros, quer por produção própria, é realizado investimento direto que engloba a aquisição ou produção de bens duráveis e de melhorias ou modificações que visam aumentar o período de duração desses bens ou a sua produtividade.

Este tipo de investimento totalizou, em 2014, valores em termos de pagamento de 2.744.606,41€, traduzindo-se num decréscimo de 34,56% e apresentando uma taxa de execução de 41,87%.

Gráfico nº 53 – Evolução das Despesas com Investimento Direto


No entanto, as despesas de Investimento Direto continuam a ocupar um lugar de destaque no cômputo geral dos gastos realizados, representando 60,25% das Despesas de Capital e 20,52% das Despesas Totais.

Quadro nº 59 – Estrutura do Investimento

Designação	2013		2014				Taxa de Execução			Taxa de Variação	
	Despesa Realizada	Pago	Dotações Finais	Fact transitada	Facturação Nova	Pago	[(d)+(e)]/(c)	(f)/[(d)+(e)]	(f)/(c)	Pago	Facturado
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)					
TERRENOS	115.390,50	115.390,50	1.450.500,00	0,00	431.541,87	431.541,87	29,75%	100,00%	29,75%	273,98%	273,98%
HABITAÇÕES	4.959,15	4.959,15	74.520,00	0,00	45.500,00	45.500,00	61,06%	100,00%	61,06%	817,50%	817,50%
EDIFÍCIOS	2.098.548,09	2.085.065,94	907.320,00	13.482,15	380.626,79	394.108,94	43,44%	100,00%	43,44%	-81,10%	-81,22%
CONSTRUÇÕES DIVERSAS	233.950,34	207.245,67	260.150,00	26.704,67	70.732,04	97.436,71	37,45%	100,00%	37,45%	-52,98%	-58,35%
MATERIAL DE TRANSPORTE	5.274,38	2.699,75	99.800,00	2.574,63	54.800,00	57.374,63	57,49%	100,00%	57,49%	2025,18%	987,80%
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	77.731,99	73.737,38	52.100,00	3.994,61	12.801,49	15.755,30	32,24%	93,80%	30,24%	-78,63%	-78,39%
SOFTWARE INFORMÁTICO	33.313,39	31.525,37	33.870,00	1.788,02	18.913,80	20.701,82	61,12%	100,00%	61,12%	-34,33%	-37,86%
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	35.022,88	33.157,34	70.000,00	1.865,54	46.797,13	48.138,09	69,52%	98,92%	68,77%	45,18%	38,95%
EQUIPAMENTO BÁSICO	194.417,33	192.427,79	415.540,00	1.944,54	258.857,47	260.802,01	62,76%	100,00%	62,76%	35,50%	34,15%
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	947,16	947,16	35.000,00	0,00	1.515,43	1.515,43	4,33%	100,00%	4,33%	60,00%	60,00%
ARTIGOS E OBJECTOS DE VALOR	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IMOBILIZADO INCORPÓREO	0,00	0,00	18.550,00	0,00	448,93	448,93	2,42%	0,00%	2,42%	#DIV/0!	#DIV/0!
OUTROS INVESTIMENTOS	25.105,89	25.105,89	60.100,00	0,00	12.217,64	12.217,64	20,33%	100,00%	20,33%	-51,34%	-51,34%
LOCAÇÃO FINANCEIRA	50.277,71	46.553,10	50.985,00	3.724,61	46.642,98	46.559,58	98,79%	92,44%	91,32%	0,01%	0,18%
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.483.088,85	1.375.427,61	3.025.064,00	107.661,24	1.204.844,22	1.312.505,46	43,39%	100,00%	43,39%	-4,57%	-11,50%
TOTAL.....	4.358.027,66	4.194.287,65	6.554.499,00	163.740,01	2.586.239,79	2.744.606,41	41,96%	99,80%	41,87%	-34,56%	-36,90%

► **Transferências de Capital**

A atribuição de verbas, pertencentes ao rendimento de capital do município, a outras entidades, sem qualquer contrapartida, totalizou 627.206,85€, traduzindo um aumento de 49,90% (208.796,94€), em relação ao verificado no anterior exercício económico.

Quadro nº 60 – Transferências de Capital (Despesa)

Designação	2011	2012	2013	2014		Variação	
				valor	%	valor	%
Administrações públicas	687.439,54	288.879,73	209.168,91	253.533,93	40,42%	-35.345,80	-12,24%
Fundos e serviços autónomos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	n.a.
Administração autárquica	687.439,54	288.879,73	209.168,91	253.533,93	40,42%	-35.345,80	-12,24%
Administrações privadas	178.267,23	129.530,18	248.367,24	373.672,92	59,58%	244.142,74	188,48%
Instituições particulares	140.689,26	101.630,18	219.907,24	335.672,92	53,52%	234.042,74	230,29%
Famílias	37.577,97	27.900,00	28.460,00	38.000,00	6,06%	10.100,00	36,20%
TOTAL.....	865.706,77	418.409,91	457.536,15	627.206,85	100,00%	208.796,94	49,90%

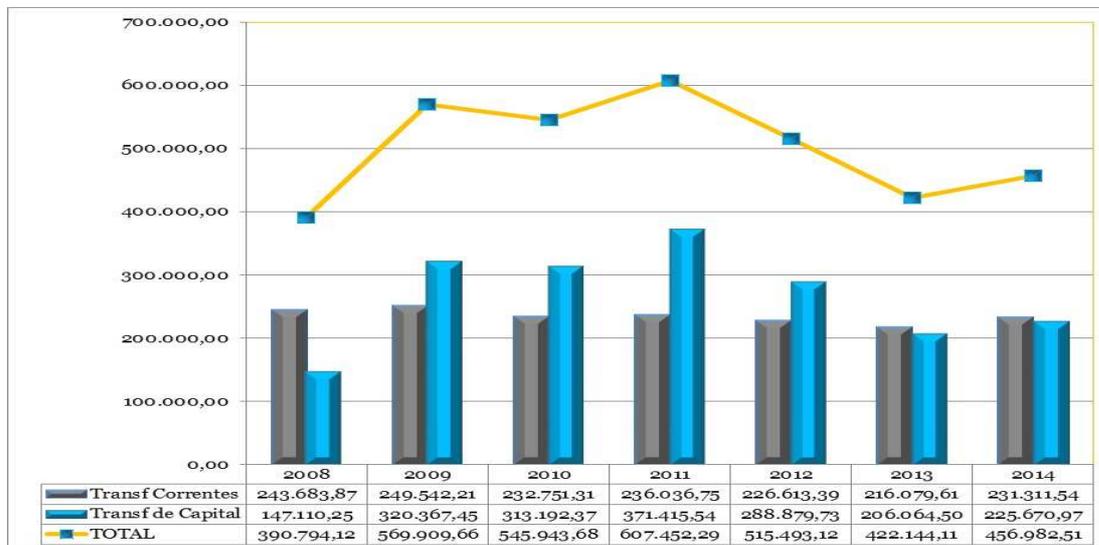
O valor registado na rubrica Transferências de Capital – Administração Autárquica encontra-se subdividido em Freguesias cujas transferências ascenderam a 225.670,97€ e Associações de Municípios com 27.862,96€.

Na sub-rubrica “Famílias”, registaram-se as participações financeiras atribuídas pelo município a familiares no âmbito do Programa Casa Melhor, que tem por objetivo melhorar as condições de habitação das famílias mais carenciadas.

ANALISE GLOBAL _TRANSFERÊNCIAS/FREGUESIAS

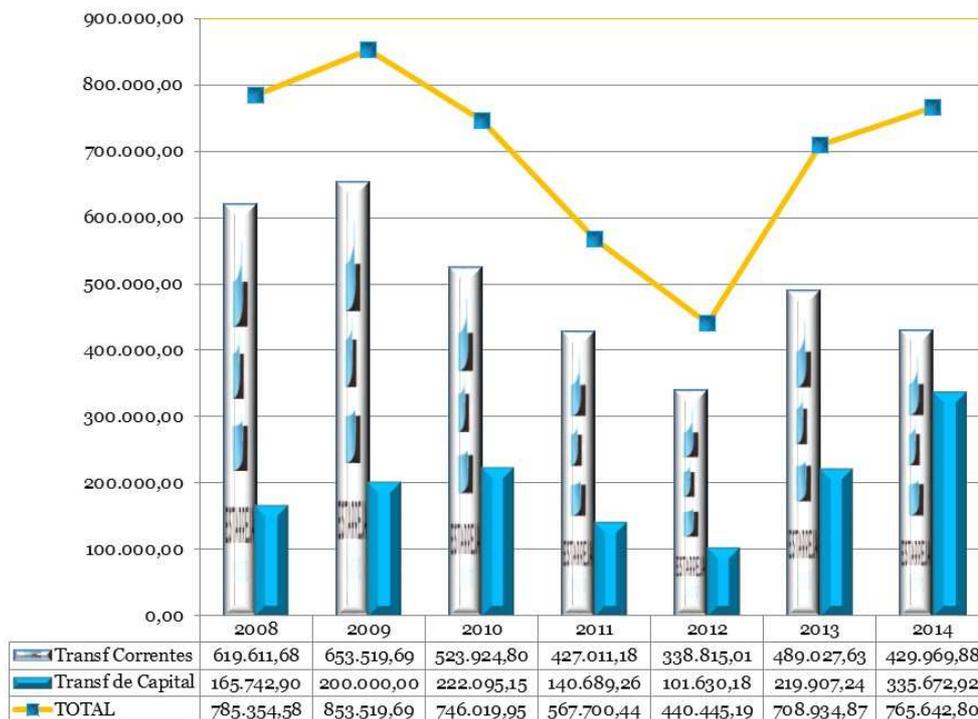
Do montante total das transferências (correntes e capital – 1.472.562,17€), cerca de 31,03% (456.982,51€) destinaram-se a transferências para as freguesias, no âmbito dos acordos de execução e contratos inter-administrativos celebrados de delegação de competências.

Gráfico nº 54 – Evolução das Transferências para as Freguesias (Correntes e Capital)



ANALISE GLOBAL _TRANSFERÊNCIAS/INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

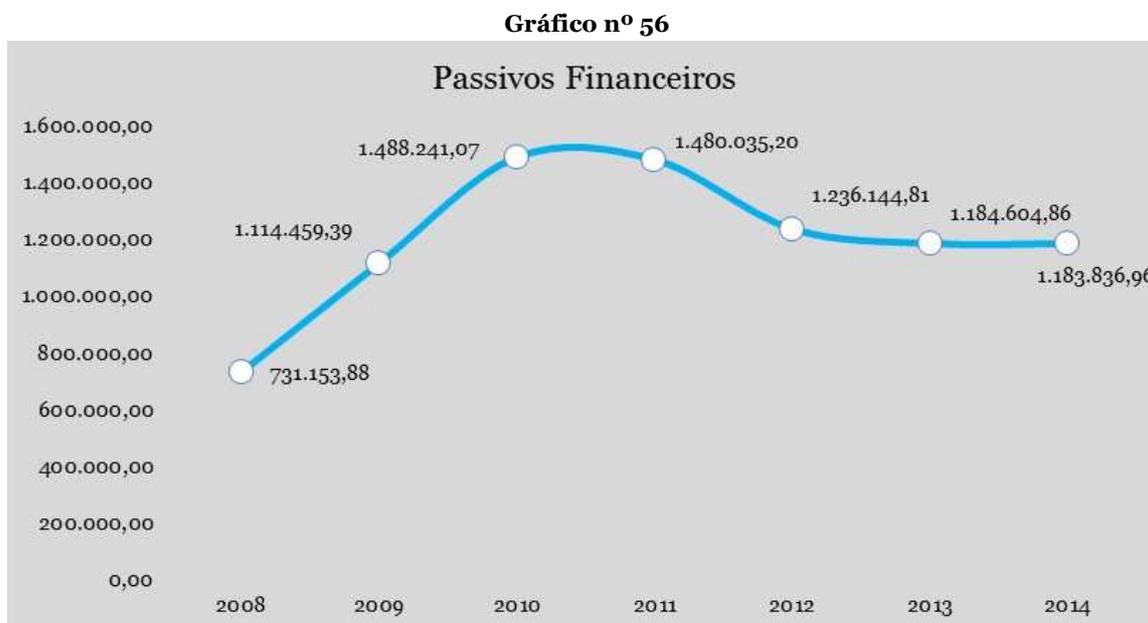
Gráfico nº 55 – Evolução das Transferências para ISFins Lucrativos (Correntes e Capital)



Do montante total das transferências (correntes e capital – 1.472.562,17€), cerca de 52% (765.642,80€) destinaram-se Instituições Sem Fins Lucrativos, nas quais se incluem as associações apoiadas no âmbito dos diversos Programas de Apoio ao Associativismo. Os apoios concedidos a título de transferências resultam de uma política de intervenção municipal com objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento cultural, desportivo e social.

► Passivos Financeiros

Durante o ano económico de 2014, os encargos suportados com o reembolso de capital de empréstimos de médio e longo prazo contraídos pela autarquia junto de Instituições de Crédito totalizou 1.183.836,96€.



4.3.5. Análise da Despesa na Ótica das Grandes Opções do Plano

A Grandes Opções do Plano traduz-se num instrumento político, corporizando uma sistematização de objetivos e de programas coordenados de ação para os concretizar.

Nas Grandes Opções do Plano encontram-se definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia local, e incluem, designadamente, o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM).

O **Plano Plurianual de Investimentos**, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações, que implicam despesas de investimento, a realizar no âmbito dos objetivos da autarquia local e explicita a respetiva previsão de despesa.

A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas – “**Execução do Plano Plurianual de Investimentos**”, apresentando a execução deste documento previsional no ano de 2014, destacando o nível de execução financeira anual e global.

O nível de execução financeira (em termos de pagamentos efetuados) do PPI, no exercício económico de 2014, é de 44,06%.

O **Plano de Atividades Municipais**, inclui projetos e ações de índole corrente a realizar durante um dado ano.

A execução do PAM, encontra-se expressa no Documento de Prestação de Contas - “**Execução do Plano de Atividades Municipais**”, apresentando em 2014 uma execução de 65,26%.

Resumidamente, a execução das Grandes Opções do Plano de 2014, em termos da classificação funcional, é apresentada nos quadros seguintes.

Quadro nº 61 – Execução das GOP's

(unidade monetária : €uros)

GOP 2014										
Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado		Exec. Financeir a Anual (%)	Exec. Financeir a Global (%)		
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano				
1	FUNÇÕES GERAIS	1 948 006,24	4 187 195,00	6 135 201,24	0,00	1 264 161,58	1 264 161,58	64,90%	20,61%	
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	1 867 456,24	3 993 950,00	5 861 406,24	0,00	1 213 950,24	1 213 950,24	65,01%	20,71%	
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1 867 456,24	3 993 950,00	5 861 406,24	0,00	1 213 950,24	1 213 950,24	65,01%	20,71%	
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	80 550,00	193 245,00	273 795,00	0,00	50 211,34	50 211,34	62,34%	18,34%	
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	80 550,00	193 245,00	273 795,00	0,00	50 211,34	50 211,34	62,34%	18,34%	
2	FUNÇÕES SOCIAIS	5 346 149,00	13 868 541,00	19 214 690,00	0,00	3 164 549,91	3 164 549,91	59,19%	16,47%	
2.1.	Educação	898 884,00	4 867 300,00	5 766 184,00	0,00	514 080,69	514 080,69	57,19%	8,92%	
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	257 984,00	2 874 000,00	3 131 984,00	0,00	87 651,15	87 651,15	33,98%	2,80%	
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	640 900,00	1 993 300,00	2 634 200,00	0,00	426 429,54	426 429,54	66,54%	16,19%	
2.2.	Saúde	50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	50 000,00	50 000,00	100,00%	100,00%	
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	50 000,00	50 000,00	100,00%	100,00%	
2.3.	Segurança e Acção Sociais	232 549,00	364 591,00	597 140,00	0,00	181 695,60	181 695,60	78,13%	30,43%	
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	232 549,00	364 591,00	597 140,00	0,00	181 695,60	181 695,60	78,13%	30,43%	
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	2 289 316,00	5 829 650,00	8 118 966,00	0,00	1 099 694,85	1 099 694,85	48,04%	13,54%	
2.4.1.	HABITAÇÃO	104 520,00	805 000,00	909 520,00	0,00	47 843,02	47 843,02	45,77%	5,26%	
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	627 480,00	1 015 000,00	1 642 480,00	0,00	294 119,06	294 119,06	46,87%	17,91%	
2.4.3.	SANEAMENTO	235 650,00	89 750,00	325 400,00	0,00	139 935,51	139 935,51	59,88%	43,00%	
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	128 625,00	0,00	128 625,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	647 300,00	2 747 250,00	3 394 550,00	0,00	422 083,90	422 083,90	65,21%	12,43%	
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	545 741,00	1 172 650,00	1 718 391,00	0,00	195 713,36	195 713,36	35,86%	11,39%	
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 875 400,00	2 807 000,00	4 682 400,00	0,00	1 319 078,77	1 319 078,77	70,34%	28,17%	
2.5.1.	CULTURA	976 000,00	1 199 500,00	2 175 500,00	0,00	736 014,66	736 014,66	75,41%	33,83%	
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	899 400,00	1 607 500,00	2 506 900,00	0,00	583 064,11	583 064,11	64,83%	23,26%	
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	5 269 257,00	17 922 250,00	23 191 507,00	0,00	2 187 989,42	2 187 989,42	41,52%	9,43%	
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	3 800,00	0,00	3 800,00	0,00	607,60	607,60	15,99%	15,99%	
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	3 800,00	0,00	3 800,00	0,00	607,60	607,60	15,99%	15,99%	
3.2.	Indústria e Energia	3 145 695,00	5 766 250,00	8 911 945,00	0,00	1 485 643,91	1 485 643,91	47,23%	16,67%	
3.2.1.	INDÚSTRIA	2 488 995,00	4 206 250,00	6 695 245,00	0,00	1 036 901,91	1 036 901,91	41,66%	15,49%	
3.2.2.	ENERGIA	656 700,00	1 560 000,00	2 216 700,00	0,00	448 742,00	448 742,00	68,33%	20,24%	
3.3.	Transportes e Comunicações	2 111 762,00	12 126 000,00	14 237 762,00	0,00	700 533,46	700 533,46	33,17%	4,92%	
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2 111 762,00	12 126 000,00	14 237 762,00	0,00	700 533,46	700 533,46	33,17%	4,92%	
3.4.	Comércio e Turismo	8 000,00	30 000,00	38 000,00	0,00	1 204,45	1 204,45	15,06%	3,17%	
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	8 000,00	30 000,00	38 000,00	0,00	1 204,45	1 204,45	15,06%	3,17%	
TOTAL		12 563 412,24	35 977 986,00	48 541 398,24	0,00	6 616 700,91	6 616 700,91	52,67%	13,63%	

Quadro nº 62 – Execução do PPI

(unidade monetária : €uros)

PPI 2014										
Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado		Exec. Financeir a Anual (%)	Exec. Financeir a Global (%)		
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano				
1	FUNÇÕES GERAIS	630 175,00	807 350,00	1 437 525,00	0,00	374 960,19	374 960,19	59,50%	26,08%	
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	625 875,00	807 350,00	1 433 225,00	0,00	374 960,19	374 960,19	59,91%	26,16%	
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	625 875,00	807 350,00	1 433 225,00	0,00	374 960,19	374 960,19	59,91%	26,16%	
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	4 300,00	0,00	4 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	4 300,00	0,00	4 300,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
2	FUNÇÕES SOCIAIS	2 377 330,00	7 868 591,00	10 245 921,00	0,00	1 205 185,72	1 205 185,72	50,69%	11,76%	
2.1.	Educação	116 720,00	2 387 000,00	2 503 720,00	0,00	46 210,98	46 210,98	39,59%	1,85%	
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	116 720,00	2 387 000,00	2 503 720,00	0,00	46 210,98	46 210,98	39,59%	1,85%	
2.2.	Saúde	50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	50 000,00	50 000,00	100,00%	100,00%	
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	50 000,00	50 000,00	100,00%	100,00%	
2.3.	Segurança e Acção Sociais	91 534,00	223 591,00	315 125,00	0,00	91 534,00	91 534,00	100,00%	29,05%	
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	91 534,00	223 591,00	315 125,00	0,00	91 534,00	91 534,00	100,00%	29,05%	
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	1 348 076,00	3 588 000,00	4 936 076,00	0,00	518 006,39	518 006,39	38,43%	10,50%	
2.4.1.	HABITAÇÃO	104 520,00	805 000,00	909 520,00	0,00	47 843,02	47 843,02	45,77%	5,26%	
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	594 680,00	992 500,00	1 587 180,00	0,00	286 959,31	286 959,31	48,25%	18,08%	
2.4.3.	SANEAMENTO	116 150,00	30 000,00	146 150,00	0,00	50 339,57	50 339,57	43,34%	34,44%	
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	128 625,00	0,00	128 625,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	24 600,00	870 000,00	894 600,00	0,00	14 483,25	14 483,25	58,88%	1,62%	
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	379 501,00	890 500,00	1 270 001,00	0,00	118 471,24	118 471,24	31,22%	9,33%	
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	771 000,00	1 670 000,00	2 441 000,00	0,00	499 344,35	499 344,35	64,77%	20,46%	
2.5.1.	CULTURA	373 700,00	1 110 000,00	1 483 700,00	0,00	286 080,39	286 080,39	76,55%	19,28%	
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	397 300,00	560 000,00	957 300,00	0,00	213 263,96	213 263,96	53,68%	22,28%	
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	4 457 107,00	16 276 000,00	20 733 107,00	0,00	1 708 837,16	1 708 837,16	38,34%	8,24%	
3.2.	Indústria e Energia	2 337 345,00	4 120 000,00	6 457 345,00	0,00	1 007 099,25	1 007 099,25	43,09%	15,60%	
3.2.1.	INDÚSTRIA	2 302 145,00	4 060 000,00	6 362 145,00	0,00	998 995,13	998 995,13	43,39%	15,70%	
3.2.2.	ENERGIA	35 200,00	60 000,00	95 200,00	0,00	8 104,12	8 104,12	23,02%	8,51%	
3.3.	Transportes e Comunicações	2 111 762,00	12 126 000,00	14 237 762,00	0,00	700 533,46	700 533,46	33,17%	4,92%	
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2 111 762,00	12 126 000,00	14 237 762,00	0,00	700 533,46	700 533,46	33,17%	4,92%	
3.4.	Comércio e Turismo	8 000,00	30 000,00	38 000,00	0,00	1 204,45	1 204,45	15,06%	3,17%	
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	8 000,00	30 000,00	38 000,00	0,00	1 204,45	1 204,45	15,06%	3,17%	
TOTAL		7 464 612,00	24 951 941,00	32 416 553,00	0,00	3 288 983,07	3 288 983,07	44,06%	10,15%	

Quadro nº 63 – Execução do PAM

(unidade monetária : Euros)

PAM 2014									
Código	Classificação Funcional	Montante Previsto			Montante Executado			Exec. Financeira Anual (%)	Exec. Financeira Global (%)
		Ano	Anos Seguintes	Total	Anos Anteriores	Ano	Total		
1	FUNÇÕES GERAIS	1 317 831,24	3 379 845,00	4 697 676,24	0,00	889 201,39	889 201,39	67,47%	18,93%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	1 241 581,24	3 186 600,00	4 428 181,24	0,00	838 990,05	838 990,05	67,57%	18,95%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1 241 581,24	3 186 600,00	4 428 181,24	0,00	838 990,05	838 990,05	67,57%	18,95%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	76 250,00	193 245,00	269 495,00	0,00	50 211,34	50 211,34	65,85%	18,63%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	76 250,00	193 245,00	269 495,00	0,00	50 211,34	50 211,34	65,85%	18,63%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	2 968 819,00	5 999 950,00	8 968 769,00	0,00	1 959 364,19	1 959 364,19	66,00%	21,85%
2.1.	Educação	782 164,00	2 480 300,00	3 262 464,00	0,00	467 869,71	467 869,71	59,82%	14,34%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	141 264,00	487 000,00	628 264,00	0,00	41 440,17	41 440,17	29,34%	6,60%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	640 900,00	1 993 300,00	2 634 200,00	0,00	426 429,54	426 429,54	66,54%	16,19%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	141 015,00	141 000,00	282 015,00	0,00	90 161,60	90 161,60	63,94%	31,97%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	141 015,00	141 000,00	282 015,00	0,00	90 161,60	90 161,60	63,94%	31,97%
2.4.	Habitação e Serviços Colectivos	941 240,00	2 241 650,00	3 182 890,00	0,00	581 598,46	581 598,46	61,79%	18,27%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	32 800,00	22 500,00	55 300,00	0,00	7 159,75	7 159,75	21,83%	12,95%
2.4.3.	SANEAMENTO	119 500,00	59 750,00	179 250,00	0,00	89 595,94	89 595,94	74,98%	49,98%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	622 700,00	1 877 250,00	2 499 950,00	0,00	407 600,65	407 600,65	65,46%	16,30%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	166 240,00	282 150,00	448 390,00	0,00	77 242,12	77 242,12	46,46%	17,23%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 104 400,00	1 137 000,00	2 241 400,00	0,00	819 734,42	819 734,42	74,22%	36,57%
2.5.1.	CULTURA	602 300,00	89 500,00	691 800,00	0,00	449 934,27	449 934,27	74,70%	65,04%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	502 100,00	1 047 500,00	1 549 600,00	0,00	369 800,15	369 800,15	73,65%	23,86%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	812 150,00	1 646 250,00	2 458 400,00	0,00	479 152,26	479 152,26	59,00%	19,49%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	3 800,00	0,00	3 800,00	0,00	607,60	607,60	15,99%	15,99%
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	3 800,00	0,00	3 800,00	0,00	607,60	607,60	15,99%	15,99%
3.2.	Indústria e Energia	808 350,00	1 646 250,00	2 454 600,00	0,00	478 544,66	478 544,66	59,20%	19,50%
3.2.1.	INDÚSTRIA	186 850,00	146 250,00	333 100,00	0,00	37 906,78	37 906,78	20,29%	11,38%
3.2.2.	ENERGIA	621 500,00	1 500 000,00	2 121 500,00	0,00	440 637,88	440 637,88	70,90%	20,77%
TOTAL		5 098 800,24	11 026 045,00	16 124 845,24	0,00	3 327 717,84	3 327 717,84	65,26%	20,64%

Quadro nº 64 – Evolução das GOP's

(unidade monetária : Euros)

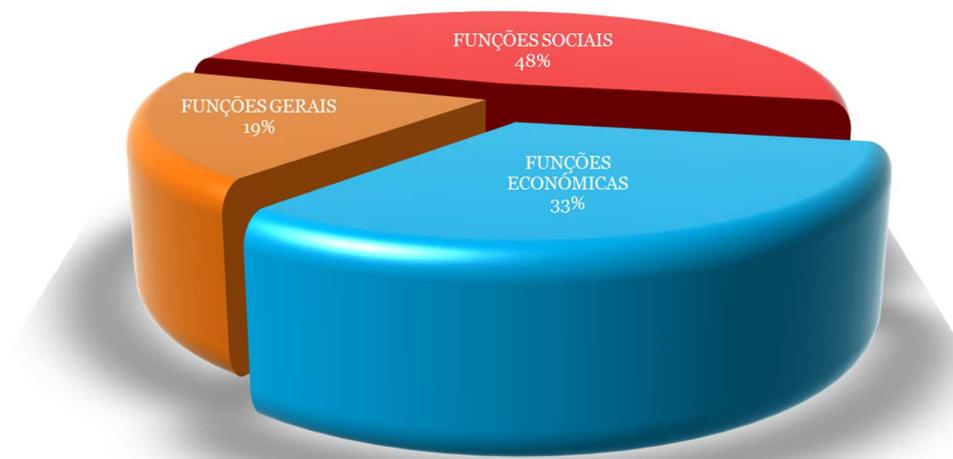
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	2014		2013		Tx Cresc	
	Valor	%	Valor	%	%	%
Grandes Opções do Plano						
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1 213 950,24	18,3%	649 843,01	8,8%		86,8%
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	50 211,34	0,8%	50 300,94	0,7%		-0,2%
EDUCAÇÃO	514 080,69	7,8%	2 077 220,82	28,2%		-75,3%
SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	50 000,00	0,8%	0,00	0,0%		n.a.
ACÇÃO SOCIAL	181 695,60	2,7%	147 336,51	2,0%		23,3%
HABITAÇÃO	47 843,02	0,7%	45 938,16	0,6%		4,1%
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	294 119,06	4,4%	210 339,72	2,9%		39,8%
SANEAMENTO	139 935,51	2,1%	149 326,58	2,0%		-6,3%
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	0,0%	0,00	0,0%		0,0%
RESÍDUOS SÓLIDOS	422 083,90	6,4%	587 015,66	8,0%		-28,1%
PROT DO MEIO AMB E CONS NATUREZA	195 713,36	3,0%	282 029,70	3,8%		-30,6%
CULTURA	736 014,66	11,1%	477 053,09	6,5%		54,3%
DESPORTO , RECREIO E LAZER	583 064,11	8,8%	437 704,14	5,9%		33,2%
AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E	607,60	0,0%	489,79	0,0%		24,1%
INDÚSTRIA	1 036 901,91	15,7%	882 976,29	12,0%		17,4%
ENERGIA	448 742,00	6,8%	25 506,47	0,3%		1659,3%
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	700 533,46	10,6%	1 347 255,06	18,3%		-48,0%
MERCADOS E FEIRAS	1 204,45	0,0%	1 199,25	0,0%		0,4%
TOTAL	6 616 700,91	100,0%	7 371 535,19	100,0%		-10,2%

Quadro nº 65 – Estrutura das GOP's

(unidade monetária : €uros)

GOP 2014							
Código	Classificação Funcional	PPI		PAM		Total	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
1	FUNÇÕES GERAIS	374 960,19	11,40%	889 201,39	26,72%	1 264 161,58	19,11%
1.1.	Serviços Gerais de Administração Pública	374 960,19	11,40%	838 990,05	25,21%	1 213 950,24	18,35%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	374 960,19	11,40%	838 990,05	25,21%	1 213 950,24	18,35%
1.2.	Segurança e Ordem Públicas	0,00	0,00%	50 211,34	1,51%	50 211,34	0,76%
1.2.1.	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS	0,00	0,00%	50 211,34	1,51%	50 211,34	0,76%
2	FUNÇÕES SOCIAIS	1 205 185,72	36,64%	1 959 364,19	58,88%	3 164 549,91	47,83%
2.1.	Educação	46 210,98	1,41%	467 869,71	14,06%	514 080,69	7,77%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	46 210,98	1,41%	41 440,17	1,25%	87 651,15	1,32%
2.1.2.	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	0,00	0,00%	426 429,54	12,81%	426 429,54	6,44%
2.2.	Saúde	50 000,00	1,52%	0,00	0,00%	50 000,00	0,76%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVÍDUAIS DE SAÚDE	50 000,00	1,52%	0,00	0,00%	50 000,00	0,76%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	91 534,00	2,78%	90 161,60	2,71%	181 695,60	2,75%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	91 534,00	2,78%	90 161,60	2,71%	181 695,60	2,75%
2.4.	Habituação e Serviços Colectivos	518 096,39	15,75%	581 598,46	17,48%	1 099 694,85	16,62%
2.4.1.	HABITAÇÃO	47 843,02	1,45%	0,00	0,00%	47 843,02	0,72%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	286 959,31	8,72%	7 159,75	0,22%	294 119,06	4,45%
2.4.3.	SANEAMENTO	50 339,57	1,53%	89 595,94	2,69%	139 935,51	2,11%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	14 483,25	0,44%	407 600,65	12,25%	422 083,90	6,38%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA N	118 471,24	3,60%	77 242,12	2,32%	195 713,36	2,96%
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	499 344,35	15,18%	819 734,42	24,63%	1 319 078,77	19,94%
2.5.1.	CULTURA	286 080,39	8,70%	449 934,27	13,52%	736 014,66	11,12%
2.5.2.	DESPORTO , RECREIO E LAZER	213 263,96	6,48%	369 800,15	11,11%	583 064,11	8,81%
3	FUNÇÕES ECONÓMICAS	1 708 837,16	51,96%	479 152,26	14,40%	2 187 989,42	33,07%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	0,00	0,00%	607,60	0,02%	607,60	0,01%
3.1.2.	DEFESA DA FLORESTA	0,00	0,00%	607,60	0,02%	607,60	0,01%
3.2.	Indústria e Energia	1 007 099,25	30,62%	478 544,66	14,38%	1 485 643,91	22,45%
3.2.1.	INDUSTRIA	998 995,13	30,37%	37 906,78	1,14%	1 036 901,91	15,67%
3.2.2.	ENERGIA	8 104,12	0,25%	440 637,88	13,24%	448 742,00	6,78%
3.3.	Transportes e Comunicações	700 533,46	21,30%	0,00	0,00%	700 533,46	10,59%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	700 533,46	21,30%	0,00	0,00%	700 533,46	10,59%
3.4.	Comércio e Turismo	1 204,45	0,04%	0,00	0,00%	1 204,45	0,02%
3.4.1.	MERCADOS E FEIRAS	1 204,45	0,04%	0,00	0,00%	1 204,45	0,02%
TOTAL		3 288 983,07	100,00%	3 327 717,84	100,00%	6 616 700,91	100,00%

Gráfico nº 57– GOP – Repartição por funções (%)



Dos programas que absorveram maiores recursos, aproveitamos para destacar:

• ADMINISTRAÇÃO GERAL	1 213 950,24€
• INDUSTRIA	1 036 901,91€
• CULTURA	736 014,66€
• TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	700 533,46€
• DESPORTO , RECREIO E LAZER	583 064,11€
• EDUCAÇÃO	514 080,69€
• ENERGIA	448 742,00€
• RESÍDUOS SÓLIDOS	422 083,90€

Será ainda importante salientar os projetos (PPI e PAM) onde se verificou uma maior imputação das verbas despendidas pelo Município:

• Eco-Parque Emp. de Estarreja - Construção de Infraestruturas	527 711,08€
• Rede de Iluminação Pública	440 637,88€
• Eco-Parque Emp. de Estarreja - Aquisição de Terrenos	416 601,87€
• Recolha, desinfeção e tratamento de R.S.U.	396 104,85€
• Encargos com Instalações Municipais (água e eletricidade)	336 762,46€
• Urbanização do Quarteirão a Norte da Praça Francisco Barbosa	224 659,55€
• Arruamentos Municipais do Concelho - Empreitadas	223 318,01€
• Transportes de Alunos	197 824,13€
• Refeições Escolares	159 969,63€
• Casa Museu Egas Moniz /Quinta do Marinheiro	158 947,06€
• Arruamentos Municipais do Concelho – Participação	146 639,68€
• Programação Desportiva Anual	142 782,58€



5. ANÁLISE DA DIVIDA DO MUNICÍPIO

5.1. ENQUADRAMENTO

A atual Gestão Pública centra as suas diretrizes no controlo dos défices orçamentais e do endividamento público e a obtenção de informação económica, financeira e patrimonial fiável e oportuna que possibilite a tomada de decisões e uma gestão mais eficiente, eficaz e económica na utilização dos sempre escassos recursos financeiros.

A confirmação de todo um processo modificativo que se tem vindo a redesenhar em torno da gestão autárquica tem surgido através das sucessivas alterações que se têm verificado nas molduras legais que delimitam as esferas organizacional, financeira e contabilística da administração local, cujas repercussões ao nível do controlo do endividamento autárquico nos últimos anos têm sido notórias.

Com a entrada em vigor novo regime financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que vem revogar entre outras, a anterior lei das finanças locais, Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, o controlo do endividamento municipal conhece novas regras, tendo os municípios imposições ainda mais restritivas no controlo das suas contas, especificamente ao nível da dívida total e ao nível das taxas de execução orçamental.

O limite da dívida total de cada município é o previsto no artigo 52º do referido RFALEI, limite esse que apenas tem em consideração o passivo dos municípios, incluindo a dívida das entidades do setor empresarial municipal, deixando de contar com efeito de algumas rubricas do ativo (disponibilidades e direitos a receber).

Segundo o art.52º do RFALEI, o valor da dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, **não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.**

De referir que ao nível do endividamento, alarga-se o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento do município, passando a estar aqui abrangidas todas as entidades, independentemente da sua natureza, em que o município participe ou sobre as quais detenha poderes de controlo.

Com as alterações legislativas impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento do município passam a assumir particular relevância no contexto global da gestão da dívida.

Refira-se ainda que, por efeito do não cumprimento dos limites específicos de endividamento definidos, prevê a Lei de Estabilidade Orçamental, que a Lei do Orçamento de Estado pode determinar a redução na proporção do incumprimento, das transferências a efetuar para as autarquias locais.

Considerando o exposto, justifica-se uma análise do endividamento em duas partes distintas, mas complementares:

Na primeira parte desenvolve-se uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, suportada no seu balanço individual e desconsiderando a influência das entidades participadas pelo Município, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento.

Refira-se que em primeira linha é feita uma abordagem generalizada à evolução dessa dívida global, após a qual se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e de médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

Na segunda parte procede-se ao apuramento do endividamento numa ótica de grupo municipal, de acordo com o novo conceito previsto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), que é o da dívida total de operações orçamentais do município incluindo os efeitos do endividamento das entidades por si participadas, na proporção da sua participação, atentos determinados requisitos.

Por último, avalia-se o posicionamento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal, face aos limites legalmente impostos.

Neste domínio e pelas razões anteriormente expostas, não é de todo aplicável qualquer tipo de análise comparativa com as anteriores gerências.

5.2. Dívida Total

O quadro que se segue retrata sinteticamente o desenvolvimento da dívida global do município durante o último quadriénio, diferenciando-a apenas no que toca à componente de curto e médio e longo prazo.

Quadro nº 66 – Dívida do Município 2011-2014

(unidade monetária : Euros)

	31-dez-2011	31-dez-2012	31-dez-2013	31-dez-2014	Peso	Crescimento	
						Valor	%
Dívida de Médio e Longo Prazo	13.133.039,31	12.236.070,34	11.698.060,94	11.121.800,18	84,39%	-576.260,76	-4,93%
Fornecedores Conta Corrente	2.077.909,61	2.053.787,79	2.053.787,79	0,00	0,00%	-2.053.787,79	-100,00%
Fornecedores de Imobilizado	136.695,35	99.407,25	58.531,06	20.609,87	0,16%	-37.921,19	-64,79%
Empréstimos de M/L Prazo	10.858.937,50	10.023.378,45	9.526.245,24	8.342.408,28	63,30%	-1.183.836,96	-12,43%
Outros Credores	59.496,85	59.496,85	59.496,85	2.758.782,03	20,93%	2.699.285,18	4536,83%
Dívida de Curto Prazo	4.784.288,56	2.855.581,92	1.849.029,83	2.056.593,80	15,61%	207.563,97	11,23%
Fornecedores Conta Corrente	656.496,35	793.248,96	242.102,96	159.764,35	1,21%	-82.338,61	-34,01%
Fornecedores C/C - Fact. em Recepção e Conf.	609.797,49	404.022,48	252.844,72	498.082,12	3,78%	245.237,40	96,99%
Fornecedores de Imobilizado	2.085.426,81	274.541,23	140.955,99	1.126,90	0,01%	-139.829,09	-99,20%
Fornecedores de Imobilizado - Fact em Recepção e Conf.	61.553,33	189.534,85	54.616,93	18.438,56	0,14%	-36.178,37	-66,24%
Estado e Outros Entes Públicos	98.518,43	86.037,86	108.072,19	114.141,70	0,87%	6.069,51	5,62%
Outros Credores	254.058,40	89.758,79	95.557,29	279.362,42	2,12%	183.805,13	192,35%
Adiantamento por Conta de Vendas	1.018.437,75	1.018.437,75	954.879,75	985.677,75	7,48%	30.798,00	3,23%
TOTAL	17.917.327,87	15.091.652,26	13.547.090,77	13.178.393,98	100,00%	-368.696,79	-2,72%

Em 31 de Dezembro de 2014 a dívida global do Município de Estarreja totaliza 13.178.393,98€, deste valor respeita a natureza de médio e longo prazo 84,39% e 15,61% de curto prazo.

A **dívida global do município** a 31 de dezembro de 2014, no valor de 13.178.393,98€, regista, assim, menos (-) **368.696,79 €** que no final de 2013, evidenciando um decréscimo de (-)2,72%.

A redução da dívida de médio e longo cifrou-se em (-) 576.260,76€ (Δ -4,93%), completando no final do exercício económico a quantia de 11.121.800,18€.

A divida de curto prazo totaliza no final de 2014 o valor de 2.056.593,80€, sofrendo um acréscimo de 11,23%% face ao exercício transato, correspondendo em termos absolutos a aumento de (+)207.563,97€.

De referir, que no neste exercício económico de 2014, decorrente do cumprimento do preconizado em nota explicativa do SATAPOCAL, divulgada em março 2015, relativo ao assunto – **Contabilização da Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM** o Município de Estarreja teve que proceder ao reconhecimento, no passivo, do valor a subscrever pelo Município para o Fundo de Apoio Municipal. Segundo comunicação da DGAL, refª S - 001615-2014 de 26/09/2014, o valor da contribuição do Município de Estarreja para o FAM é de **753.080,39€** a ser liquidado em 7 anos, sendo que o valor a liquidar em 2015, e a reconhecer no curto prazo, é de 107.582,39€.

Expurgando o valor da contribuição do Município de Estarreja para o FAM, no valor de 753.080,39€, a divida global do município ascenderia a 12.425.313,59€ registando um decréscimo de 8,28% relativamente á divida do ano anterior. O cenário da divida sem efeito do FAM seria o descrito no mapa seguinte:

Quadro nº 67 – Dívida do Município 2011-2014 (sem FAM)

(unidade monetária : Euros)

	31-dez-2011	31-dez-2012	31-dez-2013	31-dez-2014	Peso	Crescimento	
						Valor	%
Dívida de Médio e Longo Prazo	13.133.039,31	12.236.070,34	11.698.060,94	10.476.302,79	84,31%	-1.221.758,15	-10,44%
Fornecedores Conta Corrente	2.077.909,61	2.053.787,79	2.053.787,79	0,00	0,00%	-2.053.787,79	-100,00%
Fornecedores de Imobilizado	136.695,35	99.407,25	58.531,06	20.609,87	0,17%	-37.921,19	-64,79%
Empréstimos de M/L Prazo	10.858.937,50	10.023.378,45	9.526.245,24	8.342.408,28	67,14%	-1.183.836,96	-12,43%
Outros Credores	59.496,85	59.496,85	59.496,85	2.113.284,64	17,01%	2.053.787,79	345193%
Dívida de Curto Prazo	4.784.288,56	2.855.581,92	1.849.029,83	1.949.010,80	15,69%	99.980,97	5,41%
Fornecedores Conta Corrente	656.496,35	793.248,96	242.102,96	159.764,35	1,29%	-82.338,61	-34,01%
Fornecedores C/C - Fact. em Recepção e Conf.	609.797,49	404.022,48	252.844,72	498.082,12	4,01%	245.237,40	96,99%
Fornecedores de Imobilizado	2.085.426,81	274.541,23	140.955,99	1.126,90	0,01%	-139.829,09	-99,20%
Fornecedores de Imobilizado - Fact em Recepção e Conf.	61.553,33	189.534,85	54.616,93	18.438,56	0,15%	-36.178,37	-66,24%
Estado e Outros Entes Públicos	98.518,43	86.037,86	108.072,19	114.141,70	0,92%	6.069,51	5,62%
Outros Credores	254.058,40	89.758,79	95.557,29	171.779,42	1,38%	76.222,13	79,77%
Adiantamento por Conta de Vendas	1.018.437,75	1.018.437,75	954.879,75	985.677,75	7,93%	30.798,00	3,23%
TOTAL	17.917.327,87	15.091.652,26	13.547.090,77	12.425.313,59	100,00%	-1.121.777,18	-8,28%

Retomando a análise do **quadro nº 66**, podemos concluir que 63,30% da dívida municipal resulta de empréstimos de médio e longo prazo, correspondendo estes a 79,63% da dívida de natureza de médio e longo prazo.

De referir ainda, que o valor expressado, em 31/12/2014, em “Fornecedores de Imobilizado – Médio e Longo Prazo” – 20.609,87€ é composto pela dívida respeitante aos contratos de locação financeira em vigor.

De salientar, que ao nível da divida de curto prazo os Fornecedores de Imobilizado (*incluindo Faturas em receção e conferência*) conheceram um acréscimo, no valor 139.829,09€ (Δ -90%) enquanto os Fornecedores Conta Corrente (*incluindo Faturas em receção e conferência*) conheceram um acréscimo no valor de 162.898,75 (Δ +33%).

Quadro nº 68 – Evolução da dívida total (2009 e 2014)

(unidade monetária : Euros)

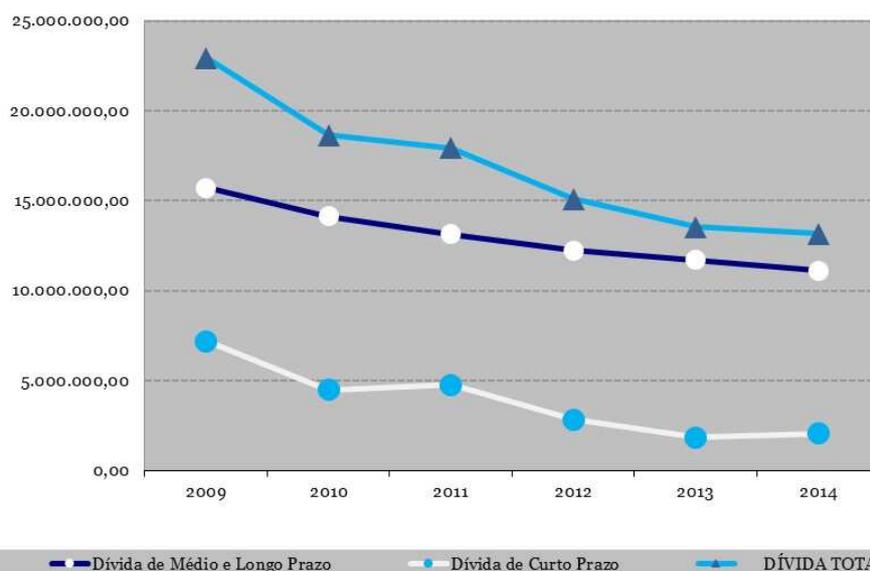
Designação	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Dívida de Médio e Longo Prazo	15.737.358,27	14.141.001,14	13.133.039,31	12.236.070,34	11.698.060,94	11.121.800,18
Dívida de Curto Prazo	7.206.962,70	4.505.612,89	4.784.288,56	2.855.581,92	1.849.029,83	2.056.593,80
DÍVIDA TOTAL	22.944.320,97	18.646.614,03	17.917.327,87	15.091.652,26	13.547.090,77	13.178.393,98
Taxa de crescimento da Dívida						
Médio e Longo Prazo	10,74%	-10,14%	-7,13%	-6,83%	-4,40%	-4,93%
Curto Prazo	22,19%	-37,48%	6,19%	-40,31%	-35,25%	11,23%
TOTAL	14,10%	-18,73%	-3,91%	-15,77%	-10,23%	-2,72%

Tendo em conta a evolução dos dados retratados no Quadro 68, os níveis de endividamento anual do município têm vindo a diminuir de forma sistemática e contínua ao longo do período 2009-2014, sustentados num ritmo de reduções anuais a rondar, num contexto de apertada gestão de disponibilidades, principalmente, considerando a conjuntura macroeconómica dos últimos, que originou quebras de receita significativas.

Com efeito, em forte contexto de crise económica, de profunda austeridade e de expressiva quebra de receita, o total da dívida individual municipal entre 2008 e 2014 sofreu uma diminuição superior a (-) 9.765.926,99€ (*de 22.944.320,97 € para 13.178.393,98 €*), o que comprova que em devido tempo o município soube adequar o seu orçamento à realidade que se antevia, promovendo designadamente um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

No último quadriénio (2011-2014) a dívida global diminuiu 26,45%, significando em termos absolutos a uma redução de (-) 4.738.933,89€.

Para melhor dimensionar o comportamento da dívida global do município de 2008 a 2014, apresenta-se o seguinte gráfico:

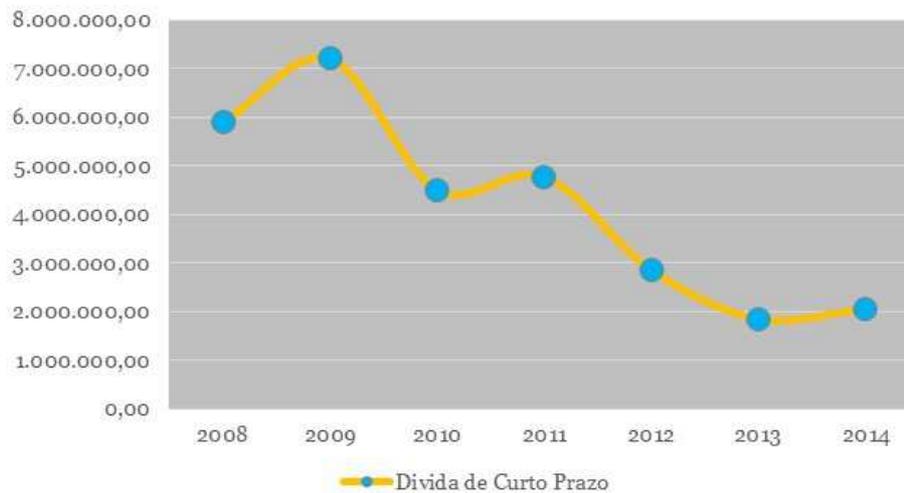
Gráfico nº 58 – Evolução da Dívida (2008-2014)


Da apreciação geral conclui-se, que ao longo dos últimos anos a diminuição do passivo e o controlo do endividamento municipal tem sido um dos objetivos essenciais prosseguidos pelo município, cuja concretização se tem pautado por demarcado sucesso.

5.3. DIVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais, dos credores por investimentos financeiros, do Estado e de Outros Credores diversos, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Gráfico 59, seguinte.

Gráfico nº 59 – Evolução da Dívida de curto-prazo (2008-2014)



► Pagamento em Atraso

No âmbito da análise da dívida de curto prazo, e por força das profundas alterações legislativas impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como, pela entrada em vigor da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento passam a assumir particular relevância no contexto global gestão da dívida.

Efetivamente, a LOE para 2014 impõe uma redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, obrigatoriedade que decorre das disposições constantes no seu artigo 94.º.

Note-se porém que o Município, desde final do ano 2012, já se posicionava fora das entidades com pagamentos em atraso, assim permanecendo durante o exercício económico 2014, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações nesta matéria.

► Prazo Médio de Pagamentos

Genericamente, o prazo médio de pagamento representa o tempo médio que uma entidade leva a pagar aos seus fornecedores pelas aquisições de bens e serviços que já se encontram faturadas.

Para cálculo do PMP é oficialmente utilizada a seguinte fórmula defendida pela DGAL (Despacho 9870/2009, de 13 de Abril):

$$PMP = \frac{\frac{\sum_{t-3}^t DF}{4}}{\sum_{t-3}^t A} \times 365$$

Em que:

DF – Corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre;

A – Corresponde às aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

Da qual resulta a seguinte evolução do PMP:

Quadro nº 69 – Evolução do PMP _ DGAL

Dados/ Datas de Referência	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
Dívidas de Fornecedores (DF) (4 trimestres - de t a t-3)	26.953.718,64	34.785.447,17	24.007.768,86	19.745.773,33	19.488.646,60	13.544.226,02	9.072.414,93
Aquisições de bens e Serviços (A) (4 trimestres - de t a t-3)	19.597.081,97	26.432.823,15	27.177.791,39	18.762.057,45	19.828.350,99	17.347.765,20	10.201.477,21
PMP (em dias) (DF/4) / A x 365	125,50	120,08	80,61	96,03	89,69	71,24	81,15
PMP em meses	4,18	4,00	2,69	3,20	2,99	2,37	2,71

Os 81,15 dias de PMP apurados pela fórmula da DGAL não traduzem a realidade do Município de Estarreja,

Este indicador apresenta um conjunto de discrepâncias ao nível da metodologia adotada para a recolha da informação relevante, nomeadamente no que se refere à dívida a fornecedores de natureza de médio e longo prazo, bem como, do facto de a DGAL considerar, em simultâneo, no apuramento do valor das aquisições de imobilizado, as aquisições propriamente ditas e também as transferências entre contas (por exemplo de transferência de imobilizado em curso para imobilizado firme). Esta metodologia de recolha de informação distorce o apuramento do real do PMP.

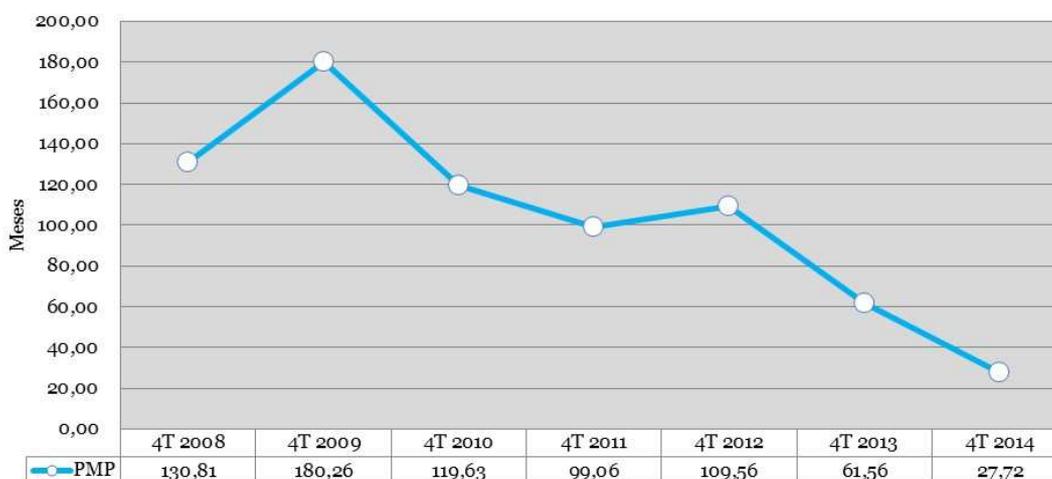
Por outro lado, os valores considerados na dívida a fornecedores no final de cada trimestre incluem o efeito do registo contabilístico da dívida à SIMRIA decorrente de um acordo que estipula que a mesma será paga pelo Município de Estarreja, a **médio e longo prazo**, por conta dos dividendos a que esta autarquia local tem direito na sua qualidade de acionista da referida empresa. Esta dívida tem uma natureza de médio e longo prazo, pelo que não deveria ser incorporada no cálculo do PMP.

Expurgando estes fatores de distorção, temos o cenário real que é o descrito no quadro seguinte:

Quadro nº 70 – Evolução do PMP _ Ajustado

Dados/ Datas de Referência	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
Dívidas de Fornecedores (DF) (4 trimestres - de t a t-3)	18.923.371,12	25.775.671,68	14.968.083,34	10.881.399,73	10.642.988,84	5.094.982,31	2.776.854,81
Aquisições de bens e Serviços (A) (4 trimestres - de t a t-3)	13.200.672,98	13.047.939,68	11.417.233,41	10.023.376,21	8.864.246,35	7.552.421,97	9.141.363,47
PMP (em dias) (DF/4) / A x 365	130,81	180,26	119,63	99,06	109,56	61,56	27,72
PMP em meses	4,36	6,01	3,99	3,30	3,65	2,05	0,92

Gráfico nº 60 – Evolução do PMP (2008-2014)



5.4. DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

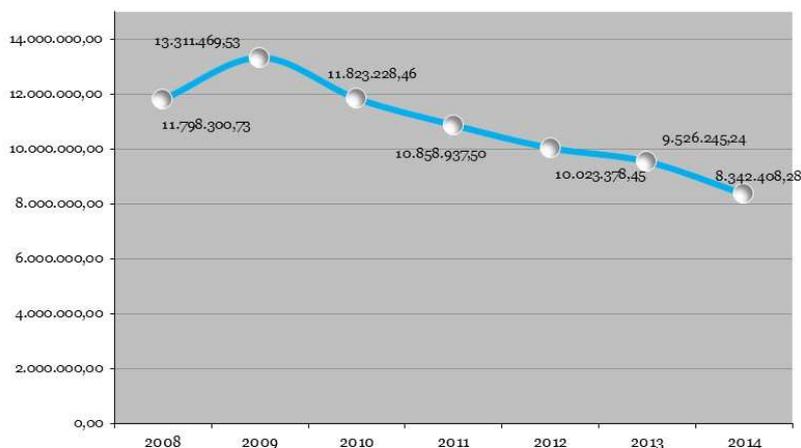
Na ausência de qualquer novo empréstimo neste exercício, a análise feita neste âmbito é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratualizada em anteriores gerências, diferenciando-se os empréstimos consoante a sua natureza, apenas em função do fim a que se destinam, uma vez que ao abrigo do novo enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento autárquico, toda a tipologia de empréstimos de médio e longo prazo passa a relevar para efeitos do apuramento do valor global da dívida individual do município, contrariamente ao que era estabelecido pelas anteriores leis das finanças locais, o que determina que se dispense a terminologia até então aplicável neste tipo de relato quanto à sua diferenciação em “releva” ou “não releva” para a capacidade de endividamento municipal.

No quadro seguinte, apresenta-se a evolução da dívida de médio e longo prazo nos últimos sete anos:

Quadro nº 71 – Evolução do Stock da Dívida

(unidade monetária : Euros)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
(1) Dívida no início do período	12.479.454,61	11.798.300,73	13.311.469,53	11.823.228,46	10.858.937,50	10.023.378,45	9.526.245,24
(2) Empréstimos contraídos e utilizados no período	50.000,00	2.662.384,00	0,00	515.744,24	400.585,76	687.471,65	0,00
(3) Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(4) Amortizações do Período	731.153,88	1.149.215,20	1.488.241,07	1.480.035,20	1.236.144,81	1.184.604,86	1.183.836,96
Dívida no Final do Período (1+2+3-4)	11.798.300,73	13.311.469,53	11.823.228,46	10.858.937,50	10.023.378,45	9.526.245,24	8.342.408,28
Taxa de crescimento da Dívida %	-5,46%	12,83%	-11,18%	-8,16%	-7,69%	-4,96%	-12,43%
Taxa de crescimento da Dívida (valor)	-681.153,88	1.513.168,80	-1.488.241,07	-964.290,96	-835.559,05	-497.133,21	-1.183.836,96

Gráfico nº 61 – Evolução da Dívida de M/L Prazo


Do observado no quadro verifica-se que desde 2008 tem havido um esforço do município para reduzir o endividamento de médio e longo prazo, diminuindo o valor em dívida em termos de empréstimos de médio e longo prazo, focalizando a atuação na amortização dessa dívida.

No ano 2014, procurou-se manter o cenário em vigor no final do ano 2013, uma vez que se conseguiu reduzir a dívida de médio e longo prazo de origem bancária com uma redução 12,43%.

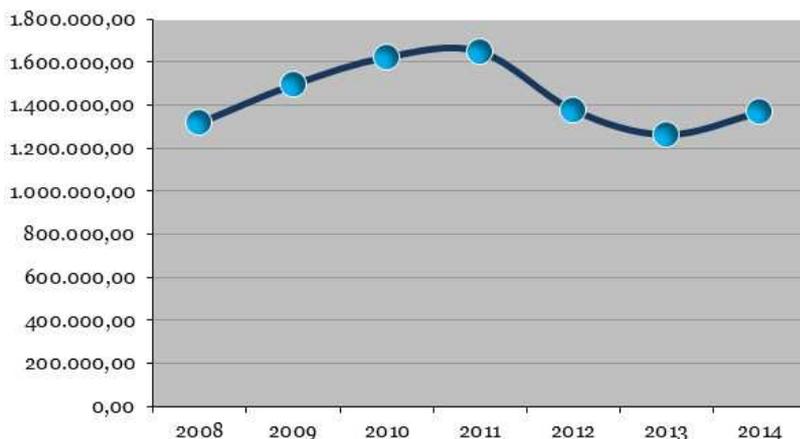
5.5. SERVIÇO DE DÍVIDA

O quadro seguinte apresenta a evolução do serviço de dívida de 2008 a 2014, considerando unicamente os montantes de juros e amortizações de empréstimos contratualizados pela autarquia.

Quadro nº 72 - Evolução do Serviço de Dívida (2008-2014)

(unidade monetária : Euros)

	2008	2010	2011	2012	2013	2014
Total do Serviço de Dívida	1.316.193,44	1.619.604,24	1.646.183,74	1.376.274,04	1.262.540,21	1.365.670,74
Amortizações	731.153,88	1.488.241,07	1.480.035,20	1.236.144,81	1.184.604,86	1.183.836,96
Juros	585.039,56	131.363,17	166.148,54	140.129,23	77.935,35	99.514,95
Taxa de crescimento do Serviço da Dí	14,21%	8,54%	1,64%	-16,40%	-8,26%	8,17%
Amortizações	8,67%	29,50%	-0,55%	-16,48%	-4,17%	-0,06%
Juros	22,0%	-61,7%	26,5%	-15,7%	-44,4%	27,7%

Gráfico nº 62 – Evolução do Serviço da Dívida


5.6. COMPOSIÇÃO DA CAPITAL BANCÁRIO EM DÍVIDA NO FIM DA GERÊNCIA

Apresenta-se de seguida, um quadro resumo dos empréstimos existentes à data de 31 de Dezembro de 2010, 31 de Dezembro de 2011, 31 de Dezembro de 2012, 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2014, diferenciando-os consoante relevam ao não para o cálculo da capacidade de endividamento, para uma visão mais detalhada da estrutura do endividamento de médio e longo prazo.

Quadro nº 73- Composição do Capital Bancário (unidade monetária : Euros)

	Capital em Dívida em 31/12/2010	Capital em Dívida em 31/12/2011	Capital em Dívida em 31/12/2012	Capital em Dívida em 31/12/2013	Capital em Dívida em 31/12/2014	
	Montante	Montante	Montante	Montante	Montante	% do total
Construção Arrendamento Social-INH	397.159,39	354.715,16	312.309,41	268.934,91	224.879,42	2,70%
Intempéries - DL 47/96 (1995/96 - parte Bonificada)	10.562,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Intempéries - DL 47/96 (1995/96 - parte Não Bonificada)	15.394,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Diversos Investimentos - PA 1997	458.890,42	154.323,95	0,00	0,00	0,00	0,00%
Diversos Investimentos - PA 1998	327.411,11	208.497,71	89.584,31	0,00	0,00	0,00%
Saneamento Básico - PA 2000	2.530.050,20	2.289.822,86	2.046.603,33	1.792.669,31	1.538.571,91	18,44%
Parque Industrial - PA 2000	3.069.270,04	2.833.172,36	2.656.099,10	2.360.977,00	2.124.879,32	25,47%
Medida 1.7. do PORCentro - Praça Município	283.184,45	260.529,69	237.874,93	215.220,17	192.565,41	2,31%
Medida 1.7. do PORCentro - URBCOM	129.896,13	119.904,12	109.912,11	99.920,10	89.928,09	1,08%
Intempéries 2000/2001	13.445,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Diversos Investimentos - PPI 2004	633.572,40	589.877,76	546.183,12	502.488,48	458.793,84	5,50%
Diversos Investimentos - PPI 2005	674.270,18	632.199,11	588.420,61	542.404,19	496.319,80	5,95%
PPI/2005 - Largo Sto Amaro e Centro C Pardilhó	62.863,70	58.807,98	54.752,26	50.696,54	46.640,82	0,56%
Parque Industrial - PPI/2006	831.250,03	778.472,25	725.694,47	672.916,70	620.138,91	7,43%
Parque Desportivo Municipal	43.109,30	39.458,31	35.688,80	31.776,20	27.856,91	0,33%
PREDE_Entidade Bancária	1.277.944,00	958.458,00	638.972,00	319.486,00	0,00	0,00%
PREDE_Estado	1.064.954,00	1.064.954,00	1.064.954,00	1.064.954,00	958.458,60	11,49%
Diversos Investimentos 2010 Financiados QREN	0,00	515.744,24	916.330,00	916.330,00	875.903,60	10,50%
Diversos Investimentos - PPI 2012	0,00	0,00	0,00	687.471,65	687.471,65	8,24%
Total da dívida de médio e longo prazo	11.823.228,46	10.858.937,50	10.023.378,45	9.526.245,25	8.342.408,28	100,00%

No cômputo global da redução obtida, em face do cumprimento do serviço de dívida negociado para os diferentes empréstimos, prevalece o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos contratualizados para finalidades diversas, em especial do empréstimo bancário contratado com a Caixa Geral de Depósitos para financiamento de Infraestruturas de Saneamento Básico – PPI 2000, no valor de 3.940.503,39 €, que conheceu uma redução de 258.516,64 no valor da dívida, e o empréstimo bancário adjudicado ao Banco BPI para financiamento do Parque Industrial 2000, no montante de 3.541.465,07 €, que determinou um corte adicional de 241.324,93 €.

Converge também para aquela redução a amortização de (-) 323.456,08€ do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), totalmente imputável à instituição de crédito Banco BPI, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento do Estado iniciou o seu período de amortização em dezembro de 2014, com uma amortização de 106.715,70€.

5.7. LIMITES À DÍVIDA

O novo regime financeiro das Autarquias Locais veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o de dívida total de operações orçamentais.

A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no referido artigo 52.º, bem como para

aferir dos municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (vide art.º 58.º) e em situação de rutura financeira (vide art.º 61.º).

Segundo o art.52º do RFALEI, o valor da dívida total de operações orçamentais do município incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º (grupo municipal), **não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.** E, sempre que este limite não seja cumprido, deve ser reduzido, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que o referido limite seja cumprido.

Por outro lado, se o referido limite for cumprido, pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada exercício, o que claramente beneficia as autarquias locais em matéria de endividamento.

Este novo regime jurídico vem impor e reforçar a ideia que, em regra, todas as entidades constituídas e participadas por capitais municipais relevam para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos, alargando assim de forma significativa o perímetro de entidades a considerar.

Nos casos em que seja ultrapassado o limite da dívida anteriormente referido, os municípios têm dois mecanismos de recuperação financeira – o saneamento financeiro e a recuperação financeira.

Assim, procedendo ao respetivo apuramento (quadro nº74), o limite de dívida total para o Município de Estarreja, no ano 2014 situa-se, nos **17.517.464,01€**.

Quadro nº 74- Apuramento do Limite da Dívida Total -Ano 2014

RECEITAS CORRENTES LÍQUIDAS	VALOR (€)
ANO 2011	11.853.947,35
ANO 2012	10.454.756,92
ANO 2013	12.726.223,74
Total	35.034.928,01
Média dos 3 anos	11.678.309,34
x 1,5	17.517.464,01

O limite acima identificado foi calculado com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), e de acordo com a norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais.

Em tal conformidade, o limite da dívida total para cada município em 2014, é apurado do seguinte modo:

“1 – A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.”

Note-se que o limite apresentado é o limite global previsto no n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, sendo que para os Municípios cujo valor da dívida total a 31 de dezembro de 2013 seja inferior ao valor aqui apurado, a sua margem de endividamento será

determinada de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, isto é:

“b) (...) só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.”

Nos termos das disposições legais constantes no artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, encontram-se identificados as tipologias e requisitos das entidades participadas pelo Município que relevam para o apuramento da dívida total de operações orçamentais da autarquia.

A contribuição de cada uma das entidades para a dívida do município – grupo municipal – será o valor apurado multiplicado pela participação do município na mesma. Acresce, ainda, que a Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014), estipula no n.º 2 do art.º 97.º que *“Em 2014, para efeitos da aplicação do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total a considerar é a existente em 31 de dezembro de 2013.”*

Decorrente dos pressupostos anteriormente descritos, procede-se de seguida ao apuramento da dívida total de operações orçamentais do grupo Municipal.

De referir, que no apuramento da dívida total de operações orçamentais do município – grupo municipal – estão incluídas todas as dívidas a terceiros refletidas no balanço das entidades, deduzidas dos acréscimos e diferimentos e das operações não orçamentais, que mais não são do que cobranças e/ou retenções de valores que se efetua a favor de uma entidade externa, não constituindo por isso receita do município.

CÁLCULO DA MARGEM al b) n.º 3 do ART.52.º do RFALEI

Quadro n.º 75

Rúbricas da dívida	31-dez-2013
Dívida de Médio e Longo Prazo	11.698.243,09
Fornecedores Conta Corrente	2.053.787,79
Fornecedores de Imobilizado (Locação Financeira)	58.531,06
Empréstimos de M/L Prazo	9.526.245,24
Outros Credores (Cauções)	59.679,00
Dívida de Curto Prazo	1.849.029,87
Fornecedores Conta Corrente	242.103,00
Fornecedores - Fact. em Recepção e Conf.	252.844,72
Fornecedores de Imobilizado	140.955,99
Fornecedores Imobilizado - Fact. em Recepção e Conf.	54.616,93
Estado e Outros Entes Públicos	108.072,19
Outros Credores	95.557,29
Adiantamento por Conta de Vendas	954.879,75
TOTAL (1)	13.547.272,96

A Abater	
Operações de Tesouraria (Mapa de OT) (2)	162.960,35

Dívida total do Município (3) = (1)-(2)	13.384.312,61
--	----------------------

A Acrescer (4)	
Participação do ME na Dívida da CIRA	432.323,29
Participação do ME na Dívida da AMC	522.311,84
Participação do ME na Dívida da DESTAK	32.488,08
Participação do ME na Dívida dos Matadouros da B.Litoral	13.017,22

Dívida total a considerar (5) = (4)+(3)	14.384.453,04
--	----------------------

MARGEM DISPONÍVEL 2015 - al b.) do n.º 3 do art.º 52º da Lei n.º 73/2013, de 3/9 - NLFL

Média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores - (6)	11.678.309,34
Limite da dívida - (7) = (6) x 1,5 (N.º 1, art. 52.º da LFL)	17.517.464,01
Margem disponível total 2015 (8) = (7)-(5)	3.133.010,97
Margem efetiva, de acordo com a alínea b) do nr. 3 do art. 52.º - 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios (9) = (8)*20%	626.602,19

VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES E IMPOSIÇÕES LEGAIS DO ART.52.º DO RFALEI

Quadro nº 76

APURAMENTO D DIVIDA TOTAL DO GRUPO MUNICIPAL	dez-13	mar-14	jun-14	set-14	dez-14
DIVIDA DO MUNICÍPIO (1) - QUADRO 66	13.547.272,96	13.130.354,72	13.155.403,33	12.645.613,55	13.178.393,98
A Abater					
Operações de Tesouraria (Mapa de OT) - (2)	- 162.960,35	-170.828,91	- 223.653,27	- 186.348,86	- 258.365,81
Dívida pela subscrição do FAM - (3)					- 753.080,39
Dívida total do Município (4)=(1)-(2)+(3))	13.384.312,61	12.959.525,81	12.931.750,06	12.459.264,69	12.166.947,78
Dívida das Entidades relevantes a imputar ao ME:					
Participação do ME na Dívida da CIRA	432.323,29	590.838,96	592.415,28	585.120,43	583.450,73
Participação do ME na Dívida da AMC	522.311,84	255.596,94	203.767,08	305.268,69	246.027,42
Participação do ME na Dívida da DESTAK	32.488,08	32.488,08	32.488,08	32.488,08	32.488,08
Participação do ME na Dívida dos Matadouros da B. Litoral	13.017,22	13.017,22	13.017,22	13.017,22	13.294,85
Total - Entidades relevantes (5)	1.000.140,43	891.941,20	841.687,66	935.894,41	875.261,07
Dívida total a considerar (6) = (4) + (5)	14.384.453,04	13.851.467,01	13.773.437,72	13.395.159,10	13.042.208,85
Evolução da dívida total face a 31/12/2014 - (7)		- 532.986,03	- 611.015,32	- 989.293,94	- 1.342.244,18
Limite Legal - QUADRO 74 - (8)		17.517.464,01			
MARGEM ABSOLUTA (9) = (8)-(6)		- 4.475.255,15			
Margem disponível efetiva para aumento da Dívida Total - alínea b) do nº3 ao art.52º RFALEI - QUADRO 75 - (10)		626.602,19			
Margem disponível para utilizar (11) = (10)-(7)		1.159.588,22	1.237.617,51	1.615.896,13	1.968.846,38

Da análise dos resultados obtidos, verifica-se que a 30 de dezembro de 2014 a dívida total de operações orçamentais do município - grupo municipal – ascende a 13.042.208,85€, posicionando-se abaixo do limite legalmente imposto em (-) 4.475.255,15€.

Pelo Quadro 76 constata-se que o Município de Estarreja cumprindo o limite do nº 1 do art.52º do RFALEI, e perante o disposto na alínea b) do nº3 do mesmo articulado, em 31 de dezembro de 2014 detinha uma margem disponível a utilizar em termos de endividamento (endividamento não tomado) de 1.971.304,07€.

MECANISMOS DE ALERTA PRECOCE

O Município de Estarreja cumpre todos os limites previstos no art. 52º do RFALEI, no entanto encontra-se enquadrado no nº1 do art.56º do dito diploma legal, ou seja, em alerta precoce uma vez que a dívida total a 31 de dezembro de 2014 ultrapassa a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores em 1.363.899,52€, conforme demonstrado em quadro seguinte.

Quadro nº 77

		mar-14	jun-14	set-14	dez-14
Divida total a considerar (A)	14.384.453,04	13.851.467,01	13.773.437,72	13.395.159,10	13.042.208,85
Média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos (B)	11.678.309,34				
ALERTA PRECOCE (n.º1 art.56º LFL) (A)-(B)		2.173.157,67	2.095.128,38	1.716.849,76	1.363.899,52

Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

De referir, que expurgando/anulando o registo de dívida com a SIMRIA, S.A., no valor atual de 2.053.787,79€, abrangida por um acordo que estipula que a mesma será paga pelo Município de Estarreja, a médio e longo prazo, por conta dos dividendos a que esta autarquia local tem direito na sua qualidade de acionista da referida empresa, este município não estaria em mecanismo de alerta precoce.

6. ANÁLISE PATRIMONIAL

Tendo por base o Balanço e a Demonstração de Resultados, apresenta-se de seguida uma análise sucinta da situação patrimonial e financeira do Município de Estarreja.

6.1. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

6.1.1. Análise do Balanço

O Balanço apresenta a situação patrimonial da autarquia reportada à data de encerramento do exercício e dá a conhecer, por um lado a seu Ativo e, por outro lado, o seu Passivo e Capital Próprio, ou seja, as aplicações e as origens de fundos, respetivamente.

Para a analisar a evolução da situação patrimonial, importa proceder à comparação com o Balanço reportado a 31/12/2013, evidenciado em valores líquidos.

Quadro nº 78 – Balanço

(unidade monetária: euros)

Designação	2014		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativo						
Imobilizado	95.700.094,07	91,88%	96.706.489,37	92,81%	-1.006.395,30	-1,04%
<i>Bens de Domínio Público</i>	37.519.920,19	36,02%	38.509.102,62	36,96%	-989.182,43	-2,57%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	38.115,12	0,04%	61.623,92	0,06%	-23.508,80	-38,15%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	56.017.739,61	53,78%	56.764.524,07	54,48%	-746.784,46	-1,32%
<i>Investimentos Financeiros</i>	2.124.319,15	2,04%	1.371.238,76	1,32%	753.080,39	54,92%
Circulante	8.454.656,36	8,12%	7.495.830,47	7,19%	958.825,89	12,79%
<i>Existências</i>	237.173,32	0,23%	253.198,60	0,24%	-16.025,28	-6,33%
<i>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	2.053.787,79	1,97%	2.053.787,79	1,97%	0,00	0,00%
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	1.485.416,46	1,43%	1.341.978,19	1,29%	143.438,27	10,69%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	4.292.036,49	4,12%	3.577.441,59	3,43%	714.594,90	19,98%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	386.242,30	0,37%	269.424,30	0,26%	116.818,00	43,36%
TOTAL DO ATIVO	104.154.750,43	100,00%	104.202.319,84	100,00%	(47.569,41)	-0,05%
Fundos Próprios e Passivo						
Fundos Próprios	47.317.932,05	45,43%	45.768.424,38	43,92%	1.549.507,67	3,39%
<i>Património</i>	32.669.932,35	31,37%	32.601.378,98	71,23%	68.553,37	0,21%
<i>Reservas Legais</i>	1.001.889,46	0,96%	937.271,60	2,05%	64.617,86	6,89%
<i>Subsídios</i>	25.998,24	0,02%	25.998,24	0,06%	0,00	n.a
<i>Doações</i>	72.417,25	0,07%	71.217,25	0,16%	1.200,00	1,68%
<i>Resultados Transitados</i>	13.030.830,67	12,51%	10.840.201,11	23,68%	2.190.629,56	20,21%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	516.864,08	0,50%	1.292.357,20	2,82%	-775.493,12	-60,01%
Passivo	56.836.818,38	54,57%	58.433.895,46	56,08%	-1.597.077,08	-2,73%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	10.070.546,07	9,67%	10.462.729,96	17,91%	-392.183,89	-3,75%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	3.107.847,91	2,98%	3.084.360,81	5,28%	23.487,10	0,76%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	43.658.424,40	41,92%	44.886.804,69	76,82%	-1.228.380,29	-2,74%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	104.154.750,43	100,00%	104.202.319,84	100,00%	(47.569,41)	-0,05%

Numa primeira abordagem, podemos concluir que se assistiu a um decréscimo de 0,05 % no valor do Ativo Total, tendo sido decisiva para esta variação a diminuição operada no Imobilizado.

No que respeita à estrutura do Ativo, verifica-se uma diminuição de 1,04% no valor do Imobilizado Líquido, por oposição a um aumento de 12,79 % no valor do Circulante. Em termos de peso percentual, o Imobilizado representa, em 2014, 91,88 % do valor do Ativo, tendo registado uma ligeira diminuição, em contrapartida do aumento do peso percentual do Circulante.

Passando à análise dos Fundos Próprios e Passivo, é de realçar o aumento verificado no valor dos Fundos Próprios, por oposição à diminuição verificado no Passivo.

Os Fundos Próprios representam assim 45,43% do valor global desta massa patrimonial e o Passivo representa 54,57%.

No que se refere ao valor de 56.836.818,38 € apurado para o Passivo, importa realçar que 76,81 % daquele valor, é constituído por Acréscimos e Diferimentos, não representando dívida municipal.

► ATIVO

O Ativo agrega os bens e direitos do Município, englobando ainda os acréscimos de proveitos e os custos diferidos.

Os pontos seguintes remetem-nos para uma apreciação individualizada das principais rubricas de cada uma das componentes do Ativo.

IMOBILIZADO

A preponderância do Imobilizado na estrutura do Ativo é evidenciada pela sua representatividade no âmbito desta massa patrimonial.

Nos pontos seguintes procede-se a uma análise mais detalhada das rubricas que compõem o imobilizado.

Quadro n.º 79 – Variação do valor do Imobilizado Bruto

(unidade de medida: euros)

Imobilizado Bruto	2014		2013		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2014/2013	%
<i>Bens de Domínio Público</i>	133.669.338,69	100,00%	130.350.433,84	100,00%	126.162.467,44	100,00%	3.318.904,85	2,55%
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	62.658.103,97	46,88%	60.922.425,20	46,74%	60.490.386,45	47,95%	1.735.678,77	2,85%
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	314.087,20	0,23%	305.653,22	0,23%	298.468,79	0,24%	8.433,98	2,76%
<i>Investimentos Financeiros</i>	68.572.812,37	51,30%	67.751.100,66	51,98%	64.002.357,44	50,73%	821.711,71	1,21%
	2.124.335,15	1,59%	1.371.254,76	1,05%	1.371.254,76	1,09%	753.080,39	54,92%

O Imobilizado Bruto, sem o efeito das amortizações, reintegrações e provisões, tem verificado, entre os anos 2012 e 2013 uma tendência de aumento. Entre 2013 e 2014, verifica-se um incremento de 3.318.904,85 €, sendo a maior fatia proveniente da variação positiva dos Bens de Domínio Público.

O Imobilizado Líquido apresenta uma variação negativa no montante de (-) 1.006.395,30 €, muito por força das Amortizações do Exercício, cujo montante (4.319.753,14 €) se mostrou superior ao valor do aumento do Imobilizado Bruto (3.318.904,85 €).

Quadro n.º 80- Variação do valor das Amortizações/Provisões acumuladas

(unidade de medida: euros)

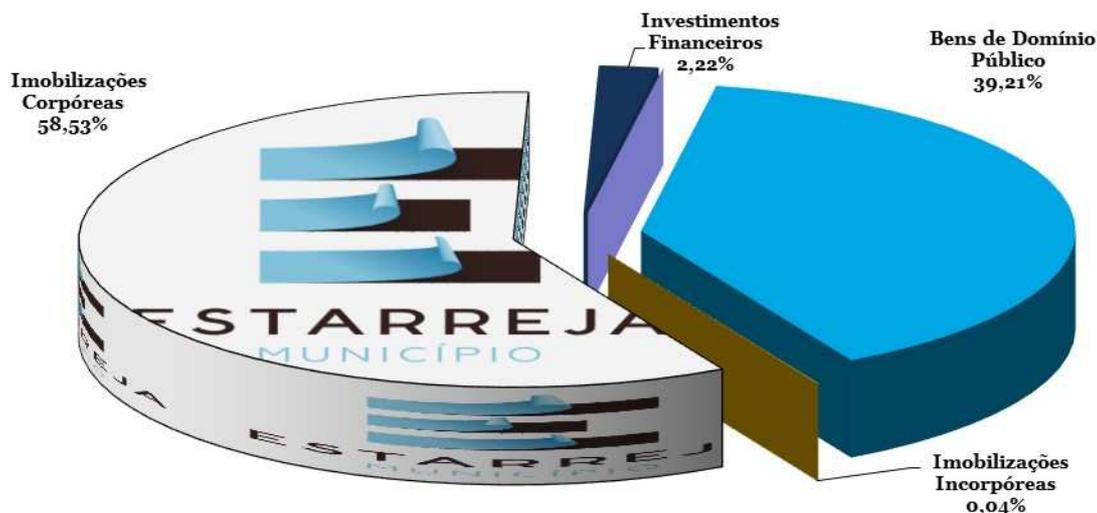
Amortizações/ Provisões Acumuladas	2014		2013		2012		Variação 2014/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	37.969.244,62	100,00%	33.643.944,47	100,00%	29.515.316,54	100,00%	4.325.300,15	12,86%
Bens de Domínio Público	25.138.183,78	66,21%	22.413.322,58	66,62%	19.757.004,57	66,94%	2.724.861,20	12,16%
Imobilizações Incorpóreas	275.972,08	0,73%	244.029,30	0,73%	201.841,50	0,68%	31.942,78	13,09%
Imobilizações Corpóreas	12.555.072,76	33,07%	10.986.576,59	32,66%	9.556.454,47	32,38%	1.568.496,17	14,28%
Investimentos Financeiros	16,00	0,00%	16,00	0,00%	16,00	0,00%	0,00	0,00%

Quadro n.º 81 – Variação do valor do Imobilizado Líquido

(unidade de medida: euros)

Imobilizado Líquido	2014		2013		2012		Variação 2014/2013	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	95.700.094,07	100,00%	96.706.489,37	100,00%	96.647.150,90	100,00%	-1.006.395,30	-1,04%
Bens de Domínio Público	37.519.920,19	39,21%	38.509.102,62	39,82%	40.733.381,88	42,15%	-989.182,43	-2,57%
Imobilizações Incorpóreas	38.115,12	0,04%	61.623,92	0,06%	96.627,29	0,10%	-23.508,80	-38,15%
Imobilizações Corpóreas	56.017.739,61	58,53%	56.764.524,07	58,70%	54.445.902,97	56,33%	746.784,46	1,32%
Investimentos Financeiros	2.124.319,15	2,22%	1.371.238,76	1,42%	1.371.238,76	1,42%	753.080,39	54,92%

Gráfico n.º 63 – Estrutura do Imobilizado Líquido



As Imobilizações Corpóreas, com uma representatividade de 58,53 % são a rubrica com maior relevância financeira no cômputo geral do Imobilizado Líquido.

Os Investimentos Financeiros apresentam um incremento de 753.080,39 € para o qual contribuiu a contabilização da subscrição de Unidades de Participação representativas da subscrição do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal (FAM). Sobre este aspeto é de salientar que o n.º 1 do art. 17.º da Lei n.º 53/2014 (Regime jurídico da recuperação financeira municipal) estipula que o Capital Social do FAM é de 650.000,00 €. Para a sua realização, o Estado contribui com 50% e o conjunto dos municípios com os restantes 50 %, sendo a contribuição do Município de Estarreja, de 753.080,39 €, conforme comunicado pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), através do seu ofício n.º 1615, de 26/9/2014, valor a realizar em 7 (sete) anos.

O ativo circulante representa 8,12% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, tendo nas duas últimas rubricas referidas a maior expressividade do seu valor total.

Quadro n.º 82 – Ativo Circulante

(unidade de medida: euros)

Designação	Ano 2014		Ano 2013		Variação	
Circulante	8.454.656,36	100,00%	7.495.830,47	100,00%	958.825,89	12,79%
<i>Existências</i>	237.173,32	2,81%	253.198,60	3,38%	-16.025,28	-6,33%
<i>Dívidas de Terceiros</i>	3.539.204,25	41,86%	3.395.765,98	45,30%	143.438,27	4,22%
<i>Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa</i>	4.292.036,49	50,77%	3.577.441,59	47,73%	714.594,90	19,98%
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	386.242,30	4,57%	269.424,30	3,59%	116.818,00	43,36%

Relativamente ao ano 2013, o Ativo Circulante regista um aumento de 12,79%, o que representa, em termos absolutos um acréscimo de 958.825,89 €. Esta variação é resultante do aumento verificado em todas as suas rubricas, exceto nas existências, cujo valor diminuiu (-) 16.025,58 €. Das rubricas que viram aumentado no seu valor, destacam-se os Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa (Disponibilidades) que apresentavam no final do ano 2014, mais 714.594,90 € do que no final de 2013.

De realçar que o valor das disponibilidades inclui o saldo de operações de tesouraria, no valor de 258.365,81 €. Retirando o efeito destas operações, as disponibilidades que o Município de Estarreja pode utilizar para a realização de operações orçamentais é de 4.033.670,68 €.

► **CAPITAL PRÓPRIO**

Verifica-se um aumento de 3,39% no valor dos Fundos Próprios relativamente ao exercício 2013, que pode ser apreciado no quadro seguinte:

Quadro n.º 83 – Fundos Próprios

(unidade de medida: euros)

Fundos Próprios	2014		2013		Variação	
	47.317.932,05	100,00%	45.768.424,38	100,00%	1.549.507,67	3,39%
<i>Património</i>	32.669.932,35	69,04%	32.601.378,98	71,23%	68.553,37	0,21%
<i>Reservas Legais</i>	1.001.889,46	2,12%	937.271,60	2,05%	64.617,86	6,89%
<i>Subsídios</i>	25.998,24	0,05%	25.998,24	0,06%	0,00	0,00%
<i>Doações</i>	72.417,25	0,15%	71.217,25	0,16%	1.200,00	1,68%
<i>Resultados Transitados</i>	13.030.830,67	27,54%	10.840.201,11	23,68%	2.190.629,56	20,21%
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	516.864,08	1,09%	1.292.357,20	2,82%	-775.493,12	-60,01%

A justificação mais detalhada dos movimentos ocorridos no decurso do ano 2014 em cada uma das contas que compõe a classe 5 – Fundos Próprios, é remetida para as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, no ponto 8.2.28.

► **PASSIVO**

Em 31/12/2014, o Passivo (incluídos os Acréscimos e Diferimentos, no valor de 43.658.424,40 €) registou o valor de 56.836.818,38 €, o que traduz uma diminuição de 1.597.077,08 €, isto é, -2,73 % do que no exercício de 2013.

Este decréscimo no valor do Passivo resulta da variação negativa dos Acréscimos e Diferimentos que, ainda assim, continuam a ser, à semelhança dos anos anteriores, a parcela com maior expressividade no total do Passivo, representando 76,81% do seu total. Nas Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, mais concretamente, na nota n.º 8.2.33, são apresentadas informações complementares acerca desta rubrica.

Quadro n.º 84 – Variação do Passivo

(unidade de medida: euros)

Dívidas a terceiros	2014		2013		Variação	
	13.178.393,98	100,00%	13.547.090,77	100,00%	-368.696,79	-2,80%
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	10.070.546,07	76,42%	10.462.729,96	77,23%	-392.183,89	-3,89%
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	3.107.847,91	23,58%	3.084.360,81	22,77%	23.487,10	0,76%

No quadro n.º 84 verifica-se que as Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo, que são constituídas pelo passivo exigível num prazo superior a um ano, diminuíram (-) 3,89% relativamente ao ano anterior.

De notar que todos os empréstimos bancários ou de outra natureza contratados pelo Município de Estarreja em anos anteriores são formalmente considerados como de médio e longo prazo. No entanto, no Balanço a 31/12/2014, o valor em dívida encontra-se desagregado entre a componente que será exigível durante o ano 2015 e nos anos seguintes - curto prazo e médio e longo prazo, respetivamente.

A variação negativa verificada na rubrica de médio e longo prazo resulta das amortizações de capital efetuadas ao longo do ano 2014, que foram de valor superior (1.025.132,43 €) ao valor da parcela de médio e longo prazo do FAM que esta autarquia terá que realizar no ano 2016 e seguintes (645.497,39 €).

A dívida de curto prazo registou um ligeiro aumento, muito for força do valor do FAM que este município terá que realizar durante o ano 2015 (107.583,00 €).

Uma análise mais pormenorizada da dívida do Município consta de capítulo próprio inserido no presente relatório de gestão.

6.1.2. Análise da Demonstração de Resultados

A análise da Demonstração de Resultados permite perceber o modo como o resultado do exercício económico foi gerado, tendo em conta o comportamento dos custos e proveitos.

Para melhor compreensão da evolução do desempenho do Município, o próximo quadro apresenta a estrutura da Demonstração de Resultados referente ao exercício económico de 2014 em comparação com o período homólogo de 2013, evidenciando as variações apuradas.

Quadro nº85- Demonstração de Resultados

(unidade monetária: euros)

Designação	2014		2013		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos e Perdas						
Custo Mercadorias Vendidas e M. C. (CM/MC)	328.102,34	2,28%	314.865,73	2,21%	13.236,61	4,20%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.264.366,92	22,73%	3.317.700,16	23,33%	-53.333,24	-1,61%
Custos com Pessoal	4.359.092,49	30,36%	4.508.624,09	31,70%	-149.531,60	-3,32%
Amortizações/ Provisões do Exercício	4.319.753,14	30,08%	4.160.780,69	29,25%	158.972,45	3,82%
Transferências /Sub Concedidos	844.590,71	5,88%	958.681,92	6,74%	-114.091,21	-11,90%
Outros Custos e Perdas Operacionais	8.771,41	0,06%	49.889,41	0,35%	-41.118,00	-82,42%
Custos e Perdas Operacionais (A)	13.121.677,01	91,40%	13.310.542,00	93,59%	-188.864,99	-1,40%
Custos e Perdas Financeiras	110.921,58	0,77%	106.413,55	0,75%	4.508,03	4,24%
Custos e Perdas Correntes (C)	13.235.598,59	92,17%	13.416.955,55	94,33%	-181.356,96	-1,35%
Custos e Perdas Extraordinários	1.123.948,97	7,83%	805.939,77	5,67%	318.009,20	39,46%
Total dos Custos e Perdas (E)	14.359.547,56	100,00%	14.222.895,32	100,00%	136.652,24	0,96%
Proveitos e Ganhos						
Vendas e Prestações de Serviços	850.411,59	5,72%	866.810,05	5,59%	-16.398,46	-1,89%
Impostos e Taxas	4.558.450,62	30,64%	4.720.053,27	30,42%	-161.602,65	-3,42%
Proveitos Suplementares	5.804,63	0,04%	6.005,10	0,04%	-200,47	-3,34%
Transferências /Sub Obtidos	7.109.613,15	47,79%	7.865.753,46	50,70%	-756.140,31	-9,61%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	224.082,35	1,51%	222.278,14	1,43%	1.804,21	0,81%
Proveitos e ganhos Operacionais (B)	12.748.362,34	85,70%	13.680.900,02	88,18%	-932.537,68	-6,82%
Proveitos e Ganhos Financeiros	662.767,65	4,46%	636.810,02	4,10%	25.957,63	4,08%
Proveitos e Ganhos Correntes (D)	13.411.129,99	90,15%	14.317.710,04	92,28%	-906.580,05	-6,33%
Proveitos e ganhos Extraordinários	1.465.281,65	9,85%	1.197.542,48	7,72%	267.739,17	22,36%
Total dos Ganhos e Proveitos (F)	14.876.411,64	100,00%	15.515.252,52	100,00%	-638.840,88	-4,12%
Resultados Operacionais: (BA)	-376.314,67		370.358,02		-746.672,69	
Resultados Financeiros: (DB) - (CA)	551.816,07		530.396,47		21.419,60	
Resultados Correntes: (DC)	175.534,40		900.754,49		-725.223,09	
Resultados Extraordinários:	341.332,68		391.602,71		-50.270,03	
Resultado Líquido do Exercício (F-E)	516.851,08		1.292.357,20		-775.493,12	
Total dos Custos e Perdas +RLE	14.876.411,64		15.515.252,52		-638.840,88	

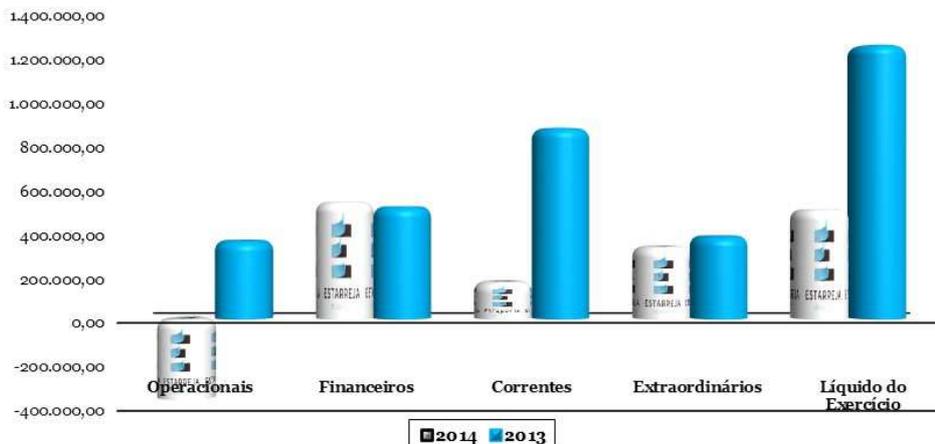
Numa primeira análise, destaca-se uma redução de 1,40 % no montante dos custos e perdas operacionais, comparativamente ao ano 2013, o que representa uma variação negativa de (-) 185.864,99 €. À exceção do CMVMC e das Amortizações/ Provisões do Exercício, que registaram aumentos, as restantes rubricas de Custos Operacionais viram reduzido o seu valor.

Quanto aos Proveitos e Ganhos Operacionais, verificou-se uma diminuição de -6,82%, o que se traduz, em termos absolutos, no valor de (-) 932.537,68 €, influenciado significativamente pela redução das Transferências e Subsídios Obtidos.

6.1.2.1. Estrutura dos Resultados

No exercício económico de 2014 o Resultado Líquido do Exercício decresceu 775.493,12 €, comparativamente ao exercício anterior. Para tal terão contribuído de forma mais significativa as variações negativas ocorridas na generalidade das rubricas de proveitos.

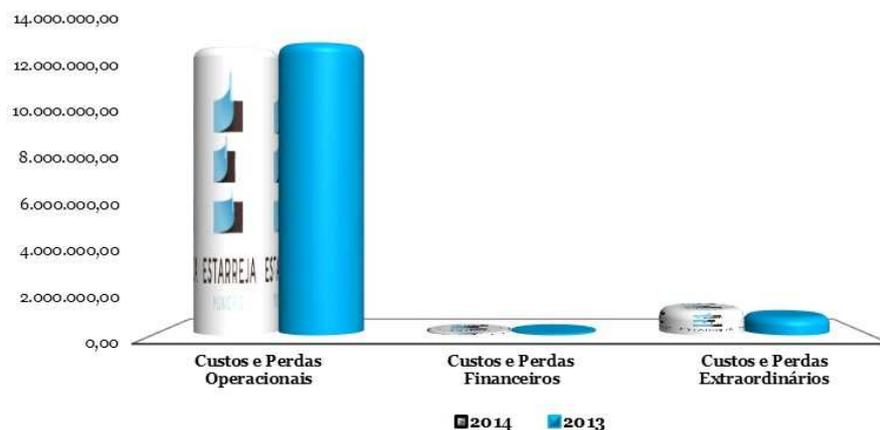
O gráfico apresentado de seguida demonstra a evolução ao nível dos resultados verificada entre o ano 2013 e o ano 2014.

Gráfico nº 64 – Evolução dos Resultados


Nos pontos seguintes serão analisadas as causas para esta variação ocorrida ao nível do Resultado Líquido do Exercício.

6.1.2.2. Estrutura dos Custos e Perdas

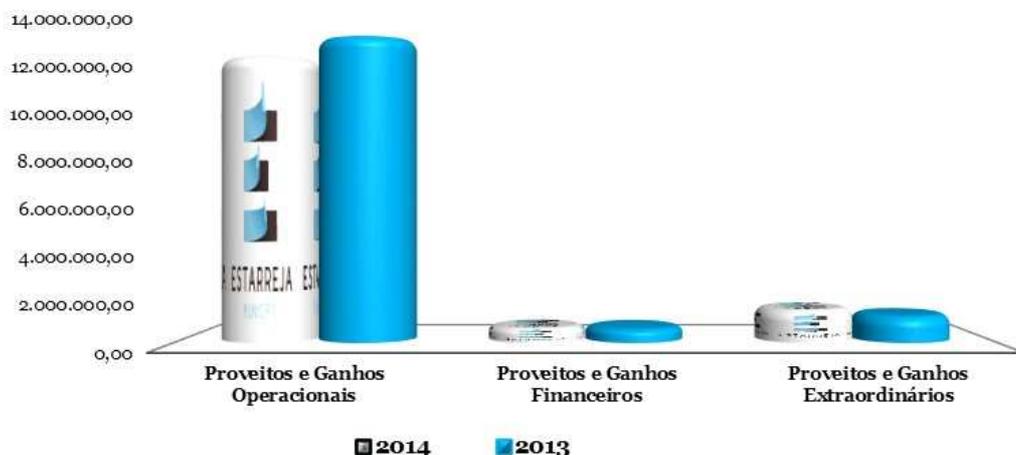
O valor dos Custos e Perdas teve um aumento de 0,96 %, resultante do aumento verificado nos Custos e Perdas Extraordinários, que foi superior à variação negativa ocorrida nos Custos e Perdas Operacionais.

Gráfico nº 65 – Estrutura de Custos e Perdas


6.1.2.3. Estrutura dos Proveitos e Ganhos

Os Proveitos e Ganhos obtidos no exercício económico de 2014 registaram uma diminuição de (-) 638.840,88 € relativamente ao ano anterior, o que representa um decréscimo de (-) 4,12%. Os Proveitos e Ganhos Operacionais evidenciam uma redução de (-) 932.537,68 €, contrariamente ao que se verifica nos Proveitos e Ganhos Financeiros e Extraordinários que, no seu conjunto, aumentaram 293.696,80 €.

Gráfico nº 66 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos



6.1.2.4. Resultados Operacionais – Proveitos e Ganhos Operacionais vs Custos e Perdas Operacionais

A atividade regular da autarquia gera um conjunto de Proveitos e de Custos Operacionais que, de forma recorrente se apresentam como os mais significativos no cômputo geral dos Proveitos e Custos por Natureza, contribuindo decisivamente para o comportamento do Resultado Líquido do Exercício.

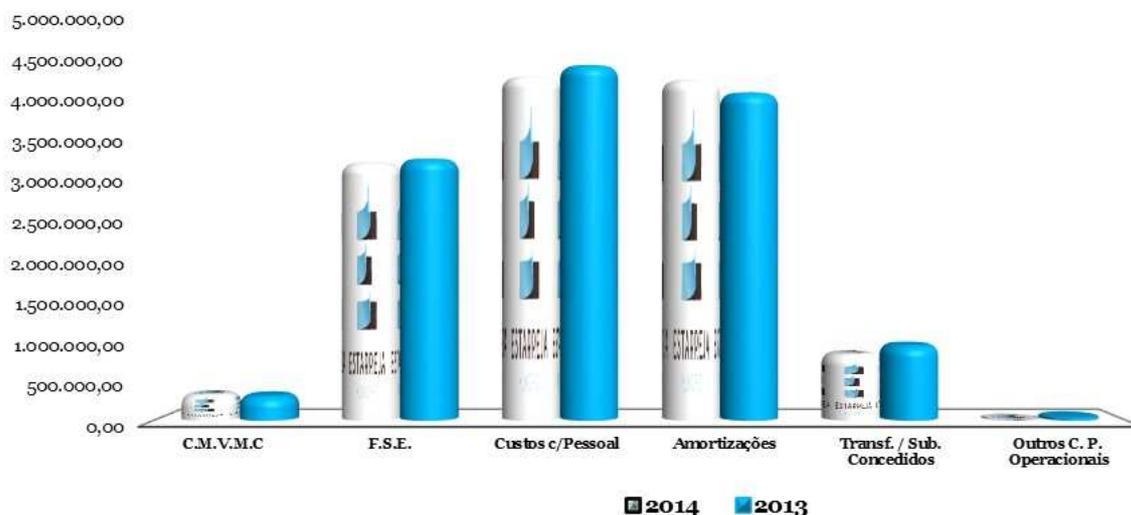
Durante o ano 2014, os resultados operacionais foram substancialmente inferiores aos do ano anterior, passando de um valor positivo de 370.358,02 € para um valor negativo de (-) 376.314,67 €. Esta variação, de (-) 746.672,69€ resulta da diminuição verificada nos Proveitos e Ganhos Operacionais, uma vez que os Custos e Perdas desta natureza registaram um decréscimo de (-) 185.864,99 €.

► Custos e Perdas operacionais

Os Custos e Perdas Operacionais resultam da atividade regular da entidade na prossecução das suas atribuições e competências, destacando-se os Custos com Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), Amortizações do Exercício e Transferências e Subsídios Correntes concedidos.

Em 2014 totalizaram € 13.124.677,01, destacando-se a rubrica de Custos com Pessoal que representou 30,36% do total de Custos e Perdas, logo seguida das Amortizações do Exercício com um peso relativo de 30,08%. Os Fornecimentos e Serviços Externos representaram 22,73% do total de Custos e Perdas de 2014.

Gráfico nº 67 – Estrutura dos Custos e Perdas Operacionais



Comparando os custos operacionais nos exercícios económicos de 2014 e 2013, deparamo-nos com uma estrutura muito semelhante em termos de peso de cada uma das rubricas no cômputo total. De destacar a ligeira diminuição do peso dos FSE e dos Custos com Pessoal, por oposição ao aumento do peso das Amortizações do Exercício.

Os Custos com Pessoal sofreram diminuição de (-) 149.531,60 € relativamente ao exercício anterior, fruto da manutenção das reduções remuneratórias e da aposentação de alguns funcionários.

No que se refere aos Fornecimentos e Serviços Externos, o quadro seguinte evidencia a variação ocorrida nas rubricas que compõem esta componente dos custos operacionais:

Quadro nº 86 – Fornecimentos e Serviços Externos

Unidade de medida: euros

Rúbricas de FSE	2014	2013	Variação
Sub-contratos	894.210,77	896.418,24	(2.207,47)
Transportes Escolares	196.205,05	202.867,33	(6.662,28)
Serviço de Refeições	225.509,49	217.024,89	8.484,60
Recolha e Tratamento de RSU	472.496,23	476.526,02	(4.029,79)
Energia	901.876,44	844.492,06	57.384,38
Iluminação Pública	612.705,32	575.662,45	37.042,87
Electricidade - Instalações	289.171,12	268.829,61	20.341,51
Gas	93.362,68	89.839,58	3.523,10
Água	70.705,43	61.827,18	8.878,25
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.030,08	993,31	36,77
Livros e documentação técnica	3.183,89	421,75	2.762,14
Material de escritório	812,02	613,61	198,41
Artigos para oferta	11.670,89	6.312,12	5.358,77
Rendas e Alugueres	109.161,36	66.831,31	42.330,05
Comunicação	62.430,37	70.254,48	(7.824,11)
Seguros	52.463,23	46.628,37	5.834,86
Deslocações e estadas	34.868,65	17.757,94	17.110,71
Honorários	1.230,00	2.706,32	(1.476,32)
Contencioso e notariado	20.535,97	5.039,75	15.496,22
Conservação e reparação	219.641,31	247.453,46	(27.812,15)
Publicidade e propaganda	56.614,73	30.087,39	26.527,34
Limpeza, higiene e conforto	45.608,57	30.637,09	14.971,48
Vigilância e Segurança	22.815,27	20.906,77	1.908,50
Trabalhos especializados	513.882,24	672.367,75	(158.485,51)
Serviços Informáticos	1.174,34	10.163,50	(8.989,16)
Trabalhos Gráficos/Fotograficos e Vídeo	14.640,59	24.733,27	(10.092,68)
Análises Laboratoriais/Tratamento Água	3.035,47	2.291,96	743,51
Execução de Cartazes e afins	625,58	1.721,93	(1.096,35)
Estudos e Consultadoria	116.900,90	183.280,04	(66.379,14)
Produção/Actuação espectáculos	166.432,76	156.633,51	9.799,25
Trabalhos Especializados Diversos	211.072,60	293.543,54	(82.470,94)
Encargos de cobrança	88.668,78	110.384,65	(21.715,87)
Outros fornecimentos e serviços	59.594,24	95.727,03	(36.132,79)
Aquisição/Assinatura de Jornais e Revistas	2.667,68	3.036,62	(368,94)
Publicações Oficiais	6.283,94	6.964,02	(680,08)
Emolumentos	3.254,40	29.531,93	(26.277,53)
Outros FSE-Diversos não especificados	47.388,22	56.194,46	(8.806,24)
Total	3.264.366,92	3.317.700,16	(53.333,24)

O custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) tem um peso de 2,28% no valor global dos Custos e Perdas Operacionais, no entanto, apesar da reduzida expressividade a sua análise permite complementar a informação apresentada no Quadro 87, nomeadamente no que se refere aos custos com combustíveis, material de escritório, material de limpeza, entre outros.

Quadro nº 87 – CMVMC

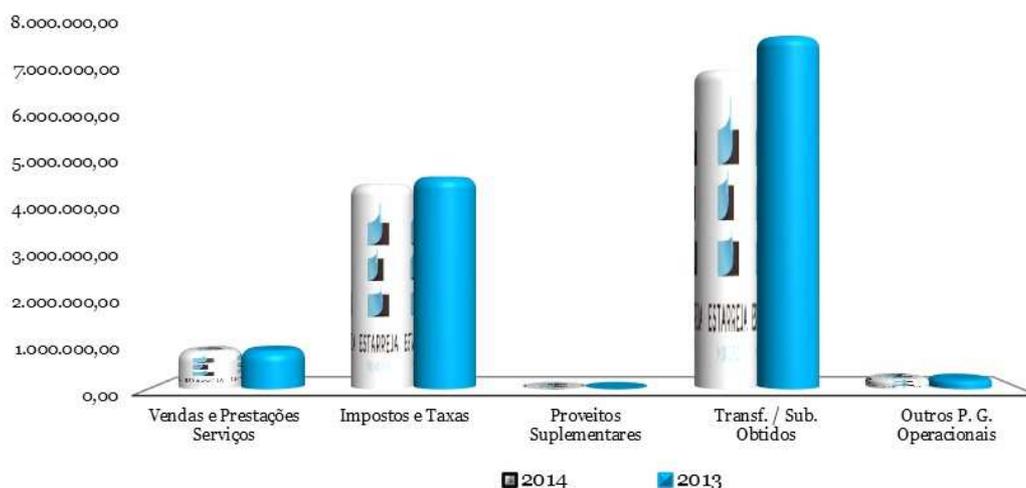
Unidade monetária: Euros

	2014	2013
Mercadorias	4.974,39	4.214,87
Matérias Primas e Outros Materiais de Consumo	323.127,95	310.650,86
Matérias Primas	73.544,46	60.543,84
Combustíveis	127.277,72	139.731,75
Gasóleo	90.199,12	95.184,28
Gasolina	9.364,73	9.923,76
Gas	25.456,40	33.483,27
Outros com bustíveis e lubrificantes	2.257,47	1.140,44
Materiais Diversos	122.305,77	110.375,27
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.320,44	2.340,19
Material de Escritório	19.533,61	21.331,07
Material de Limpeza, higiene e conforto	22.193,47	20.194,97
Peças e acessórios para viaturas	17.856,03	13.771,80
Artigos para ofertas	29.347,07	28.091,87
Vestuário e Proteção Pessoal	7.874,26	1.407,77
Outros materiais	21.180,89	23.237,60
Total do CMVMC	328.102,34	314.865,73

Finalmente, no que respeita às Amortizações do Exercício, estas aumentaram 158.972,45 €, por força das transferências de imobilizado em curso para firme ocorridas durante o ano 2014.

► Proveitos e Ganhos operacionais

Os Proveitos e Ganhos Operacionais totalizaram, em 2014, 14.876.411,64 €, revelando um decréscimo de (-) 638.840,88 € relativamente ao exercício 2013.

Gráfico nº 68 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos Operacionais


No ano 2014, verificou-se uma diminuição generalizada no valor das principais rubricas que compõem os Proveitos e Ganhos Operacionais, destacando-se as Transferências e Subsídios Obtidos e os Impostos e Taxas.

Comparativamente ao ano 2013, foram contabilizados menos 756.140,31 € na rubrica de Transferências e Subsídios. Esta significativa redução está relacionada com a diminuição verificada nas transferências da Administração Central, bem como nas transferências efetuadas por empresas. Sobre este aspeto é de salientar que, em 2013, foram contabilizadas transferências relacionadas com protocolos celebrados entre o Município de Estarreja e a ADRA, SA relacionados com repartição de responsabilidades em empreitadas de obras. Estas transferências decorrem do fato de o Município de Estarreja assumir a construção de infraestruturas que estão sob a responsabilidade da gestão e exploração da ADRA, S.A., nomeadamente rede de distribuição de água e águas residuais.

No que se refere aos Impostos e Taxas, a redução verificada é justificada através do quadro seguinte:

Quadro nº 88 – Impostos e Taxas

Unidade de medida: euros

Rubrica	2014	2013	Variação
Impostos Diretos	4.054.545,62	4.180.520,53	(125.974,91)
IMI	2.799.851,59	2.440.791,45	359.060,14
IUC	546.819,87	629.477,47	(82.657,60)
IMI	252.943,55	318.280,40	(65.336,85)
Derrama	454.930,61	791.917,27	(336.986,66)
Impostos Abolidos	-	53,94	(53,94)
Impostos Indiretos	500.467,77	627.312,99	(126.845,22)
Taxas	71.921,98	94.880,26	(22.958,28)
Reembolsos, Restituições e Anulações	(68.484,75)	(182.660,51)	114.175,76
Total	4.558.450,62	4.720.053,27	(161.602,65)

Apesar de o IMI em 2014 ser de valor superior ao registado no ano transato, os restantes impostos diretos conheceram reduções, sendo de destacar a Derrama com uma diminuição de 42,55% .

6.1.2.5. RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS – Proveitos e Ganhos Extraordinários vs Custos e Perdas Extraordinários

Os Resultados Extraordinários de 2014 fixaram-se em 341.332,68 €, traduzindo uma variação negativa, face a 2013, de (-) 50.270,03 €.

Através do quadro n.º 89, procede-se à apresentação detalhada das rubricas que concorrem para a formação dos Resultados Extraordinários de 2014, comparando-as com as de 2013.

Quadro n.º 89 - Proveitos e Ganhos Extraordinários

	2014	2013	Varição
Transferências Capital Concedidas	627.206,85	437.190,62	190.016,23
Perdas em existências	33.351,34	139,77	33.211,57
Perdas em Imobilizações	1.860,64	1.347,32	513,32
Aumentos de Amortizações e Provisões	270.314,95	71.664,43	198.650,52
Correções relativas a anos anteriores	167.386,05	273.911,45	(106.525,40)
Outros Custos e Perdas Extraordinários	23.829,14	21.686,18	2.142,96
Total Custos e Perdas	1.123.948,97	805.939,77	318.009,20
Ganhos em existências	13.727,64	671,55	13.056,09
Ganhos em Imobilizações	165.398,77	313.497,43	(148.098,66)
Benefícios e Penalidades Contratuais	57.062,11	11.605,94	45.456,17
Reduções de amortizações e provisões	98.217,62	-	98.217,62
Correções relativas a exercícios anteriores	31.776,42	127.060,07	(95.283,65)
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.099.099,09	744.707,49	354.391,60
Total Proveitos e Ganhos	1.465.281,65	1.197.542,48	267.739,17
Resultados Extraordinários	341.332,68	391.602,71	-50.270,03

Relativamente a 2013, verifica-se que todas as rubricas a custos e perdas extraordinários registaram aumentos, com exceção das correções relativas a exercícios anteriores.

Destacam-se as Transferências de Capital Concedidas que refletem a contabilização das transferências de fundos para Freguesias e Coletividades do Concelho destinadas ao financiamento de investimentos realizados por estas entidades.

De salientar o aumento nas Amortizações e Provisões resultante do reforço das Provisões para Cobranças Duvidosas, que foi superior ao registado no ano anterior (princípio da prudência).

No que se refere aos Proveitos e Ganhos Extraordinários, é de destacar o aumento verificado na rubrica de Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários (OPGE) que decorre da regularização de proveitos diferidos, ou seja, o reconhecimento do proveito no ano por correspondência ao valor das amortizações dos bens/investimentos financiados.

O processo de regularização do Subsídios para Investimento, que está na origem deste acréscimo dos OPGE, encontra-se descrito de forma detalhada no ponto 8.2.33 das Notas ao Balanço e DR.

6.1.2.6. RESULTADOS FINANCEIROS

Os Resultados Financeiros, que se demonstraram decisivos para a formação do Resultado Líquido do Exercício, apresentam-se com maior detalhe no ponto 8.2.31 das Notas ao Balanço e DR. Os Resultados Financeiros apresentaram em 2014 um aumento de 4,04%, passando de 530.396,47€ em 2013, para 551.846,07€ em 2014. Este aumento foi fruto de uma eficiente gestão de tesouraria inerentes a remunerações de aplicações financeiras (Depósitos á Ordem e a Prazo) da liquidez disponível ao longo do exercício 2014. Mostra desta gestão de tesouraria temos em 2014, remunerações de DO de 56.106,76€ e de DP que ascendeu a 25.533,82€. No ano 2013, as mesmas aplicações renderam ao Município, 23.966,54 em DO e 175,63€ em DP.

7. INDICADORES DE GESTÃO

INDICADORES	2011	2012	2013	2014	VARIÇÃO (pontos percentuais)				OBSERVAÇÕES		
					2011/2012	2009/2012	2012/2013	2013/2014			
GRAU DE COBERTURA DAS RECEITAS E DAS DESPESAS											
1	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial) *100	101,65%	106,20%	121,31%	17 410 021	130,16%	4,56	-0,13	15,11	8,84	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.
	Despesa Total Paga				13 376 350						
2	Receita Corrente Cobrada *100	115,24%	114,26%	126,19%	12 741 856	144,45%	-0,98	2,86	11,93	18,27	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas.
	Despesa Corrente Paga				8 820 700						
3	Receita Corrente Cobrada *100	67,94%	57,24%	69,37%	12 741 856	91,04%	-10,69	0,63	12,12	21,67	Mede o peso das receitas correntes nas receitas totais cobradas no exercício.
	Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)				13 995 540						
4	Receita Próprias Cobradas *100	40,36%	33,45%	41,94%	6 568 075	46,93%	-6,92	-13,12	8,49	4,99	Mede o peso das receitas próprias nas receitas totais cobradas no exercício e, por isso, de algum modo a independência financeira na perspectiva orçamental.
	Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)				13 995 540						
5	Despesa Corrente Paga *100	59,16%	52,39%	62,95%	8 820 700	65,94%	-6,77	-1,06	10,55	3,00	Mede o peso das despesas correntes nas despesas totais pagas.
	Despesa Total Paga				13 376 350						
6	Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados *100	98,68%	103,92%	117,02%	17 410 021	130,16%	5,24	10,12	13,10	13,13	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia que não são provenientes de empréstimos.
	Despesa Total Paga				13 376 350						
7	Receitas Próprias Cobradas *100	40,51%	34,98%	48,02%	6 568 075	49,10%	-5,53	-13,99	13,04	1,08	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias (ou seja, o valor total das receitas abatido das transferências recebidas e dos passivos financeiros) e controladas directamente pela autarquia.
	Despesa Total Paga				13 376 350						
8	Fundos Municipais *100	40,98%	38,19%	41,90%	6 558 186	49,03%	-2,79	2,84	3,71	7,13	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelos fundos municipais.
	Despesa Total Paga				13 376 350						
9	Transf da Administração Central *100	45,15%	42,75%	46,31%	7 061 916	52,79%	-2,41	2,87	3,56	6,48	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas oriundas de transferências da Adm Central
	Despesa Total Paga				13 376 350						
9	Receita Corrente Cobrada Localmente *100	15,38%	11,89%	14,57%	2 175 311	16,26%	-3,48	-7,86	2,67	1,70	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas cobradas localmente pela autarquia (Receitas totais abatidas das transferências, dos passivos financeiros e das receitas próprias cobradas por terceiros).
	Despesa Total Paga				13 376 350						
11	Receita Corrente Despesas de Funcionamento *100	128,42%	128,03%	140,56%	12 741 856	161,83%	-0,39	-0,13	12,53	21,27	Mede o grau de cobertura das despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços correntes e outras despesas correntes (despesas de funcionamento) pelas receitas provenientes desse mesmo funcionamento
	Despesas de Funcionamento				7 873 444						
12	Receitas de Capital Despesas de Investimento *100	126,33%	117,33%	127,62%	1 240 514	36,79%	-9,00	6,96	10,29	-90,83	Mede o grau de cobertura das despesas com investimento direto, transferências de capital e ativos financeiros pelas receitas de capital
	Despesas de Investimento				3 371 813						
ESTRUTURA DA RECEITA											
13	Receitas Próprias *100	39,85%	32,94%	39,58%	6 568 075	37,73%	-6,92	-13,12	6,65	-1,86	Mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadadas/disponíveis
	Receita Total Disponível				17 410 021						
14	Receitas cobradas localmente *100	15,13%	11,20%	12,01%	2 175 311	12,49%	-3,93	-7,37	0,81	0,49	Mede o peso das receitas cobradas localmente pela autarquia nas receitas totais
	Receita Total Disponível				17 410 021						
15	Impostos Diretos *100	20,96%	16,94%	21,20%	4 055 694	23,30%	-4,02	4,43	4,26	2,09	Mede o peso das receitas provenientes de impostos diretos na Receita total
	Receita Total Disponível				17 410 021						
16	Fundos Municipais *100	40,32%	35,96%	34,54%	6 558 186	37,67%	-4,36	2,72	-1,42	3,13	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.
	Receita Total Disponível				17 410 021						
17	Transf Adm Central *100	44,42%	40,25%	38,18%	7 061 916	40,56%	-4,17	2,75	-2,08	2,39	Mede o peso das Transferências da Adm Central na receita total
	Receita Total Disponível				17 410 021						
18	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) *100	2,92%	2,15%	3,54%		0,00%	-0,77	-9,64	1,39	-3,54	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia
	Receita Total Disponível				17 410 021						
19	Venda de Bens e serviços correntes e de investimento *100	9,08%	4,82%	4,84%	1 231 654	7,07%	-4,26	-14,87	0,02	2,23	Mede o peso da receita proveniente de venda de bens e serviços na receita total
	Receita Total Disponível				17 410 021						
ESTRUTURA DA DESPESA											
20	Despesa de Capital *100	40,84%	47,61%	37,05%	4 555 650	34,06%	6,77	1,06	-10,55	-3,00	Mede o peso da despesa de capital na despesa total paga
	Despesa Total				13 376 350						
21	Aquisição de bens de Capital *100	27,35%	38,19%	26,18%	2 744 606	20,52%	10,84	3,70	-12,02	-5,66	Mede o peso da despesa com investimento direto na despesa total paga
	Despesa Total				13 376 350						
22	Transferências de Capital (despesa) *100	4,98%	2,38%	2,86%	627 207	4,69%	-2,60	-0,79	0,48	1,83	Mede o peso do investimento realizado através de transferências de capital para outras entidades na despesa total
	Despesa Total				13 376 350						
23	Pessoal *100	27,10%	23,85%	28,05%	4 382 189	32,76%	-3,25	0,04	4,20	4,71	Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total paga
	Despesa Total				13 376 350						
24	Pessoal: Remunerações Certas e Permanentes *100	22,04%	19,26%	21,98%	3 288 631	24,59%	-2,77	0,46	2,72	2,60	Mede o peso com remunerações certas e permanentes na despesa total paga
	Despesa Total				13 376 350						
25	Aquisição de Bens e Serviços Correntes *100	24,87%	22,03%	27,01%	3 347 627	25,03%	-2,84	0,52	4,98	-1,99	Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total
	Despesa Total				13 376 350						

INDICADORES	2011	2012	2013	2014	VARIÇÃO (pontos percentuais)				OBSERVAÇÕES		
					2011/2012	2012/2013	2012/2013	2013/2014			
ESTRUTURA DE SERVIÇO DE DÍVIDA E EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS											
26	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)	2,92%	2,15%	3,54%	17 410 021	0,00%	-0,77	-9,64	1,39	-3,54	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia.
	Receita Total Disponível										
27	Passivos Financeiros Cobrados (Receita)	2,97%	2,28%	4,29%	13 376 350	0,00%	-0,69	-10,25	2,01	-4,29	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.
	Despesa Total Paga										
28	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita)	9,41%	5,70%	21,19%	3 244 058	0,00%	-3,71	-25,34	15,49	-21,19	Mede o peso das receitas provenientes dos empréstimos de terceiros de médio e longo prazos no financiamento do investimento municipal.
	Investimento (PPI)										
29	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	9,47%	7,83%	7,88%	1 283 352	9,59%	-1,64	0,97	0,05	1,71	Mede o peso da despesa com os custos financeiros (juros+amortizações) dos empréstimos de médio e longo prazos na despesa total.
	Despesa Total Paga										
30	Amortização de Empréstimos de MLP	8,51%	7,03%	7,39%	1 183 837	8,85%	-1,48	1,79	0,36	1,46	Permite apurar o peso da amortização de empréstimos de médio e longo prazos no conjunto das despesas da autarquia local.
	Despesa Total Paga										
31	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	9,31%	7,37%	6,50%	1 283 352	7,37%	-1,94	0,92	-0,88	0,88	Mede o peso dos custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos de médio e longo prazos na receita total da autarquia.
	Receita Total Disponível										
32	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP	61	52	47	1 283 352	48	-9,45	-0,16	-4,26	77,93	Permite apurar o custo do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos "per capita".
	População										
GRAU DE FINANCIAMENTO E DO INVESTIMENTO											
33	Fundos municipais de capital	43,32%	31,76%	25,06%	538 452	12,09%	-11,57	2,87	-6,69	-12,97	Mede o peso das receitas provenientes dos fundos municipais de capital no financiamento do investimento municipal.
	Investimento (PPI)										
34	Fundos municipais de capital	49,93%	33,25%	25,06%	538 452	12,09%	-16,67	-0,34	-8,19	-12,97	Mede o grau de cobertura das despesas com investimento pelas receitas provenientes dos fundos municipais de capital.
	Aquisição de bens de Capital										
35	Venda de bens de investimento	12,15%	0,34%	1,03%	337 070	7,57%	-11,80	-19,89	0,69	6,54	Mede o peso das receitas provenientes da venda de bens de investimento no financiamento do investimento municipal.
	Investimento (PPI)										
36	Transferências correntes e de capital obtidas no âmbito da U.E.	35,67%	61,25%	53,63%	352 379	7,91%	25,58	51,97	-7,62	-45,72	Mede o peso das receitas provenientes das transferências comunitárias no financiamento do investimento municipal.
	Investimento (PPI)										
37	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita)	9,41%	5,70%	15,43%	4 454 209	0,00%	-3,71	-25,34	9,74	-15,43	Mede o peso das receitas provenientes dos empréstimos de terceiros de médio e longo prazos no financiamento do investimento municipal.
	Investimento (PPI)										
RELAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS CORRENTES COM AS PRINCIPAIS COMPONENTES DA DESPESA											
38	Pessoal	99,18%	93,59%	80,32%	4 382 189	72,86%	-5,59	-6,95	-13,27	-7,52	Mede o grau de cobertura das despesas com pessoal pelas receitas provenientes dos Fundos municipais oriundos do OE.
	Fundos Municipais Correntes										
39	Aquisição de bens e serviços correntes	91,01%	86,44%	77,34%	3 347 627	55,61%	-4,57	-4,38	-9,11	-21,73	Mede o grau de cobertura das despesas com aquisição de bens e serviços correntes pelas receitas provenientes dos Fundos municipais oriundos do OE.
	Fundos Municipais Correntes										
ESTRUTURA DA DÍVIDA MUNICIPAL/ COMPROMISSOS ASSUMIDOS /DESPESA PAGA											
40	Compromissos Assumidos para o Exercício	111,35%	107,64%	103,52%	16 009 233	105,09%	-3,71	-4,78	-4,12	1,57	Se < 100% significa que foi realizada e facturada despesa no exercício sem que, previamente, se efectuasse o respectivo compromisso. Caso contrário significa que foram assumidos compromissos em cada um dos exercícios que ainda não se encontram facturados e, como consequência, irão, num futuro próximo, agravar o valor do endividamento municipal.
	Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam a CP)										
41	Despesa Total Paga	78,09%	88,66%	87,11%	13 376 350	83,55%	10,58	14,54	-1,55	-3,56	Permite apurar a relação entre as despesas pagas e os compromissos totais assumidos (quer se encontrem facturados ou não) no mesmo exercício.
	Compromissos Assumidos para o Exercício										
42	Saldo Final Orçamental da Gerência	6,15%	39,48%	195,61%	4 033 671	217,13%	33,33	20,55	156,13	21,52	Mede o grau de cobertura do saldo final gerência em relação às dívidas a fornecedores e empreiteiros, que têm sempre a natureza originária de curto prazo, não obstante poderem ter sido consideradas ao nível do MLP no balanço.
	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)										
43	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)	23,28%	15,00%	9,82%	1 857 725	12,19%	-8,28	-12,88	-5,17	2,37	Peso da dívida comercial/administrativa, originariamente de curto prazo (excepto O.T.), nas despesas totais realizadas e facturadas (ou seja, as despesas pagas acrescidas da dívida administrativa/comercial, quer de CP, quer de MLP).
	Despesas totais realizadas e facturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam no CP ou MLP)										
44	Dívida Municipal em sentido lato	101,96%	85,12%	83,54%	12 166 948	90,96%	-16,84	-22,12	-1,59	7,42	Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.) / Despesa total paga.
	Despesa Total Paga										
45	Receita Total Disponível	99,69%	124,77%	145,22%	17 410 021	143,09%	25,08	25,61	20,46	-2,13	Receita total disponível / Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
	Dívida Municipal em sentido lato										
46	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	96,78%	122,09%	140,08%	17 410 021	143,09%	25,31	34,62	18,00	3,01	Receita total disponível deduzida da rubrica orçamental "2. Passivos Financeiros - Emprést. contraídos a médio e longo prazos" / Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
	Dívida Municipal em sentido lato										
47	Dívida financeira de MLP	64,09%	55,41%	51,12%	8 342 408	47,92%	-8,67	-12,82	-4,29	-3,20	Somatório do capital em dívida dos empréstimos/obrigacionistas a médio e longo prazos, do capital em dívida dos contratos de leasing / Receita total disponível deduzida da rubrica orçamental "2. Passivos Financeiros - Emprést. contraídos a médio e longo prazos".
	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)										
48	Dívida Municipal em sentido lato	657	560	501	12 166 948	456	-96,49	-247,95	-59,09	-457,03	Permite apurar a dívida "per capita".
	População										
DÍVIDA MUNICIPAL/ RECEITA											
49	Dívida Municipal em sentido lato	1,3	1,3	1,0	12 166 948	1,0	-0,1	-0,3	-0,2	-0,1	Conjunto de indicadores relativos ao período de recuperação da dívida, ou seja, estimativa do número de anos em que a Autarquia é capaz de pagar as suas dívidas com base num conjunto de receitas próprias regulares, admitindo alguma estabilidade nas grandezas consideradas.
	Receita próprias regulares										
50	Dívida financeira de MLP	0,8	0,8	0,7	8 342 408	0,7	0,0	-0,1	-0,1	-0,1	A dívida municipal em sentido lato corresponde ao somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).
	Receita próprias regulares										
51	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)	0,3	0,2	0,1	1 857 725	0,1	-0,1	-0,3	-0,1	0,0	As receitas próprias regulares resultam da soma das seguintes rubricas: 01 - Impostos directos; 02 - Impostos indirectos; 04 - Taxas, multas e Outras Penalidades; 05 - Rendimentos da Propriedade; 06.03.01.01 e 10.03.01.01 - Fundo de Equilíbrio Financeiro; 06.03.01.02 - Fundo Social Municipal; 06.03.01.03 - Participação no IRS; 07 - Venda de bens e serviços correntes; 08 - Outras receitas correntes.
	Receita próprias regulares										
52	Dívida Municipal em sentido lato	2,1	2,0	1,6	12 166 948	1,5	-0,10	-0,54	-0,40	-0,09	As receitas próprias regulares resultam da soma das seguintes rubricas: 01 - Impostos directos; 02 - Impostos indirectos; 04 - Taxas, multas e Outras Penalidades; 05 - Rendimentos da Propriedade; 06.03.01.01 e 10.03.01.01 - Fundo de Equilíbrio Financeiro; 06.03.01.02 - Fundo Social Municipal; 06.03.01.03 - Participação no IRS; 07 - Venda de bens e serviços correntes; 08 - Outras receitas correntes.
	Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)										
53	Dívida financeira de MLP	1,3	1,3	1,1	8 342 408	1,0	0,05	-0,16	-0,21	-0,11	As despesas rígidas e vinculadas resultam da soma das despesas com pessoal e do juros dos EMLP e dos contratos de locação financeira.
	Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)										
54	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)	0,5	0,4	0,2	1 857 725	0,2	-0,18	-0,42	-0,16	0,02	As despesas rígidas e vinculadas resultam da soma das despesas com pessoal e do juros dos EMLP e dos contratos de locação financeira.
	Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)										

INDICADORES	2011	2012	2013	2014	VARIACÃO (pontos percentuais)				OBSERVAÇÕES		
					N-3 / N-2	N-2 / N-1	N-1 / N	N-3 / N			
RÁCIOS DE LIQUIDEZ											
Liquidez geral	Activo Circulante	32,02%	87,81%	176,44%	6 400 869	205,96%	-55,79%	-88,63%	29,52%	173,94%	Mede o grau em que as dívidas de curto prazo se encontram cobertas pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo.
	Passivo Circulante				3 107 848						
Liquidez reduzida	Activo circulante - existências	28,18%	81,85%	168,23%	6 163 695	198,33%	-53,67%	-86,38%	30,10%	170,15%	Idêntico ao anterior, mas não é considerado o valor das existências.
	Passivo Circulante				3 107 848						
Liquidez imediata	Disponibilidades	7,77%	30,95%	115,99%	4 292 036	138,10%	-23,18%	-85,04%	22,11%	130,33%	Idêntico ao primeiro, mas no numerador apenas considera o valor das disponibilidades
	Passivo Circulante				3 107 848						
IMOBILIZAÇÕES											
Indicador das imobilizações I	Capitais Permanentes				57 388 478						Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.
	Imobilizações Líquidas	58,08%	56,83%	58,15%	95 700 094	59,97%	-1,24%	1,32%	1,82%	1,89%	
Indicador das imobilizações II	Capitais Alheios de Curto Prazo				3 107 848						Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos).
	Imobilizações Líquidas	6,33%	4,16%	3,19%	95 700 094	3,25%	-2,17%	-0,97%	0,06%	-3,08%	
ENDIVIDAMENTO											
Endividamento	Passivo				13 178 394						Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia.
	Activo Líquido	17,80%	14,76%	13,00%	104 154 750	12,65%	-3,04%	-1,76%	-0,35%	-5,15%	
Estrutura de Endividamento I	Dívidas de MLP				10 070 546						Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP.
	Passivo	65,87%	73,37%	77,23%	13 178 394	76,42%	7,50%	3,86%	-0,81%	10,55%	
Estrutura de Endividamento II	Dívida financeira de MLP				8 349 445						Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo financeiro (empréstimos e leasing) de MLP.
	Passivo	53,41%	59,36%	61,63%	13 178 394	63,36%	5,95%	2,27%	1,73%	9,95%	
Estrutura de Endividamento III	Dívidas de Curto Prazo				3 107 848						Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o penúltimo indicador.
	Passivo	34,13%	26,63%	22,77%	13 178 394	23,58%	-7,50%	-3,86%	0,81%	-10,55%	
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	Dívidas a fornecedores de CP no final do período				689 964						Tempo que, em média, a entidade demora a pagar aos seus fornecedores
	Aquisições efetuadas durante o período	x365 126	68	38	9 141 363	x365 28	-58	-30	-10	-98	
SOLVABILIDADE E AUTONOMIA											
Autonomia Financeira	Fundos Próprios e Passivo				104 154 750						Quando inferior a 50% a entidade encontra-se na dependência dos seus credores nessa mesma percentagem
	Passivo Total	178,19%	174,68%	178,33%	56 836 818	183,25%	-3,51%	3,65%	4,92%	5,06%	
Capacidade de Endividamento de Médio e Longo Prazo	Dívidas a Terceiros (MLP)				10 070 546						Mede o peso do passivo de MLP nos capitais permanentes
	Capitais permanentes	21,03%	20,16%	18,61%	57 388 478	17,55%	-0,87%	-1,55%	-1,06%	-3,48%	

8. CONTABILIDADE DE CUSTOS

O Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), estabelece a obrigatoriedade de implementação da Contabilidade de Custos no apuramento dos custos por funções, e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços.

A implementação da contabilidade de custos consubstanciou-se nas seguintes principais etapas:

Pessoal - Tratamento e sistematização do universo de funcionários do Município para a respetiva afetação do valor/hora;

Gestão de Máquinas - Tratamento da informação existente na aplicação de gestão de máquinas necessária para o cálculo do custo/hora máquina;

Codificação de Artigos – Elaboração de nova tabela de artigos a utilizar pelos serviços na aplicação OBM;

Ações de Sensibilização e Formação – Foram realizadas sessões de esclarecimentos e ações de formação individualizada e direcionada às necessidades de cada funcionário/setor interveniente;

Acompanhamento – Durante o processo de implementação, existe um constante acompanhamento por parte da Subunidade de Contabilidade e aperfeiçoamento constante da aplicação, a fim de dar resposta as necessidades sentidas.

Ao implementar a contabilidade de custos, pretende-se atingir os seguintes objetivos:

- Clarificar a utilização dos recursos públicos numa perspetiva de economia e eficiência;
- Facilitar a elaboração e avaliação de orçamentos;
- Fundamentar a valorização dos bens e serviços produzidos pela atividade autárquica;
- Apoiar a adoção de decisões sobre a produção de bens e/ou a prestação de serviços com o conhecimento aprofundado dos respetivos custos e proveitos;

No decorrer do ano, 2014, já foi possível obter valores referentes às afetações de custos efetuadas a fim de dar cumprimento aos objetivos preconizados.

No entanto, e uma vez que 2014 foi um ano “experimental” nesta matéria, foi necessário efetuar um trabalho de recuperação para afetação de custos na aplicação OBM de todas as faturas registadas diretamente na Subunidade de Contabilidade, a fim de complementar a informação contabilística já existente.

